

Diário do Legislativo de 17/04/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO PROGRESSISTA (PMDB/PPS/PSD):

Líder: Ivair Nogueira

Vice-Líderes: José Henrique e Márcio Cunha

2) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Agostinho Silveira

Vice-Líder: Anderson Aauto

3) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Antônio Carlos Andrada

Vice-Líder: Kemil Kumaira

4) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Arlen Santiago

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Costa

Vice-Líder: Alberto Bejani

6) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Alencar da Silveira Jr

Vice-Líder: Marcelo Gonçalves

7) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

8) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Durval Ângelo

Vice-Líder: Edson Rezende

9) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Miguel Martini

Vice-Líder: Elaine Matozinhos

10) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Antônio Andrade (PMDB)

Vice-Líderes: João Pinto Ribeiro (PTB), Gil Pereira (PPB) e Bené Guedes (PDT)

11) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Luiz Tadeu Leite (PMDB)

12) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Ermano Batista (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Eduardo PL Presidente
Brandão

Deputado Hely PSDB Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

Deputado Cristiano PTB
Canêdo

Deputado Antônio BPDP
Andrade

Deputado Sargento PDT
Rodrigues

Deputado Rogério PT
Correia

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Agostinho PL
Silveira

Deputado Amílcar Martins PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Luiz Tadeu BPDP
Leite

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marco PL Presidente
Régis

Deputado Ailton PTB Vice-Presidente
Vilela

Deputado Alberto PFL
Bejani

Deputado João Leite PSB

Deputado Pinduca PPB
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pastor George PL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Miguel Martini PSB

Deputado Glycon Terra PPB
Pinto

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Geraldo BPDP Presidente
Rezende

Deputado Agostinho PL Vice-Presidente
Silveira

Deputado Ermano PSDB
Batista

Deputado Eduardo PFL
Hermeto

Deputado Ailton PTB
Vilela

Deputado Sávio BPDP
Souza Cruz

Deputado Durval PT
Ângelo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Tadeu BPDP
Leite

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Antônio Carlos PSDB
Andrada

Deputado Sebastião PFL

Costa

Deputado Fábio Avelar PTB

Deputado Márcio BDPD
Kangussu

Deputado Edson Rezende PT

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria PT Presidente
José Haueisen

Deputado João PL Vice-Presidente
Paulo

Deputado Doutor BDPD
Viana

Deputado Agostinho PTB
Patrús

Deputado Bené PDT
Guedes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Anderson PL
Aduino

Deputado Antônio BDPD
Andrade

Deputado Ailton Vilela PTB

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Márcio BDPD Presidente
Kangussu

Deputado Marcelo PDT Vice-Presidente
Gonçalves

Deputado Edson PT
Rezende

Deputado Elbe PSDB
Brandão

Deputado João Leite PSB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana BDPD

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Antônio Carlos PSDB
Andrada

Deputado Elaine PSB
Matozinhos

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Piau PFL Presidente

Deputado Antônio PSDB Vice-Presidente
Carlos Andrada

Deputado José BDPD
Henrique

Deputado João Pinto PTB
Ribeiro

Deputado Dalmo PPB
Ribeiro Silva

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião PFL
Costa

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Jorge Eduardo BDPD
de Oliveira

Deputado Cristiano PTB
Canêdo

Deputado Glycon Terra PPB
Pinto

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Mauro PSB Presidente
Lobo

Deputado Ivair BDPD Vice-Presidente
Nogueira

Deputado Anderson PL
Aauto

Deputado Rêmoló PFL
Aloise

Deputado Dilzon PTB
Melo

Deputado Luiz PPB
Fernando Faria

Deputado Antônio PSDB
Carlos Andrada

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

Deputado Antônio BDP
Andrade

Deputado Eduardo PL
Brandão

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Gil Pereira PPB

Deputado Kemil Kumaira PSDB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José PL Presidente
Milton

Deputado Fábio PTB Vice-Presidente
Avelar

Deputado Antônio BDP
Andrade

Deputado Miguel PSB
Martini

Deputado Maria PT
José Haueisen

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pastor George PL

Deputado Agostinho PTB
Patrús

Deputado Sávio Souza BDP
Cruz

Deputado João Leite PSB

Deputado Rogério Correia PT

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João PDT Presidente
Batista de Oliveira

Deputado Chico BPDP Vice-Presidente
Rafael

Deputado Jorge BPDP
Eduardo de Oliveira

Deputado Kemil PSDB
Kumaira

Deputado Paulo Piau PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Sávio Souza BPDP
Cruz

Deputado Luiz Menezes BPDP

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dimas BPDP Presidente
Rodrigues

Deputado Agostinho PTB Vice-Presidente
Patrús

Deputado Elaine PSB
Matozinhos

Deputado Antônio BPDP
Genaro

Deputado Amilcar PSDB
Martins

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Henrique BPDP

Deputado Ailton Vilela PTB

Deputado Mauro Lobo PSB

Deputado Irani Barbosa BPDP

Deputado Maria Olívia PSDB

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Cristiano PTB Presidente
Canêdo

Deputado José BDPD Vice-Presidente
Braga

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Cabo PL
Morais

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Agostinho PTB
Patrús

Deputado Jorge Eduardo BDPD
de Oliveira

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

Deputado Marco Régis PL

Deputado Edson Rezende PT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo PPB Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Edson PT Vice-Presidente
Rezende

Deputado Paulo PL
Pettersen

Deputado Djalma PSDB
Diniz

Deputado Luiz BDPD
Menezes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PPB

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Adelino de PMN
Carvalho

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Márcio BDPD
Kangussu

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Melo	Dilzon PTB	Presidente
Deputado Pinto	Bilac PFL	Vice-Presidente
Deputado Barbosa	Irani BPDP	
Deputado Pereira	Gil PPB	
Deputado Pinheiro	Dinis PL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago	PTB
Deputado Rêmoló Aloise	PFL
Deputado Ivair Nogueira	BPDP
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PPB
Deputado Brandão	Eduardo PL

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIAE COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Olívia	Maria PSDB	Presidente
Deputado Pereira	Gil PPB	Vice-Presidente
Deputado Cunha	Márcio BPDP	
Deputado Pinto	Ambrósio PTB	
Deputado George	Pastor PL	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elbe Brandão	PSDB
Deputado Luiz Fernando Faria	PPB
Deputado José Braga	BPDP
Deputado Ribeiro	João Pinto PTB
Deputado Marco Régis	PL

SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÃO DA MESA

2 - ATAS

2.1 - 234ª Reunião Extraordinária

2.2 - Reunião de Comissão

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.279/2002

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Mauro Lobo, a vigorar a partir de 17/4/2002, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2.229, de 2/1/2002, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18

Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Atendente de Gabinete - 8 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 16 de abril de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

ATAS

ATA DA 234ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 10/4/2002

Presidência dos Deputados Antônio Júlio, Olinto Godinho e Wanderley Ávila

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Suspensão e reabertura da reunião - Chamada para verificação de quórum; existência de número regimental para discussão - Discussão de Proposições: Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.048; emissão de parecer pelo relator; encerramento da discussão - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.050; emissão de parecer pelo relator; discurso do Deputado Ermano Batista; questão de ordem; chamada para recomposição do número regimental; existência de quórum para discussão; questão de ordem; discurso do Deputado Sargento Rodrigues; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Ivo José - Olinto Godinho - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adeldo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira -

Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Anderson Aduino - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Milton - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 40 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. A Presidência, nos termos da Decisão Normativa nº 7, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a verificação de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Wanderley Ávila) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 34 Deputados. Portanto, não há quórum para a votação, mas o há para a discussão da matéria constante na pauta.

Discussão de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.048, que dispõe sobre o pagamento de débitos decorrentes de propriedade de veículo automotor. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Foi designado relator da matéria o Deputado Mauro Lobo. Com a palavra, o Deputado Mauro Lobo, para emitir o seu parecer.

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

Parecer sobre o veto PARCIAL à proposição de lei Nº 15.048

Relatório

Por meio da Mensagem nº 261/2002, o Governador do Estado apresentou veto parcial à Proposição de Lei nº 15.048, que dispõe sobre o pagamento de débitos decorrentes da propriedade de veículo automotor.

Tendo em vista que a Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer sobre a matéria, o veto governamental foi encaminhado ao Plenário para inclusão em ordem do dia, nos termos do art. 222, § 3º, do Regimento Interno.

Fundamentação

O veto incide apenas sobre dois dispositivos da proposição de lei em tela: o art. 1º e o parágrafo único do art. 2º.

Os dispositivos vetados se referem à remissão total e genérica de créditos tributários relativos ao valor principal do IPVA não recolhido nos exercícios de 1997 a 1999.

O argumento principal contido nas razões do veto é que os dispositivos importam em renúncia de receita que não está acompanhada das medidas de recomposição e de estudo do impacto financeiro e orçamentário exigidas pela Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Importa salientar, todavia, que a própria taxa de licenciamento de veículos criada em dezembro de 2001 e que já vem sendo cobrada, constituindo fonte de receita tributária nova para o Estado, é por demais suficiente para recompor a perda de receita tributária resultante dos valores dos créditos tributários do IPVA remetidos na forma dos dispositivos legais vetados.

Desta forma, entendemos que não há forte impacto negativo no orçamento do Estado, devendo ser lembrado ainda que os créditos tributários

do IPVA relativos ao exercício financeiro de 1997 já se encontram praticamente prescritos, não sendo viável sua cobrança administrativa ou judicial. Quanto aos créditos tributários do referido imposto relativos aos exercícios financeiros de 1998 e 1999, deve ser sublinhado que sua remissão decorre da própria inviabilidade operacional de sua cobrança pelo Estado, que não ocorreu até agora.

Conclusão

Diante do exposto, nosso parecer é pela rejeição do veto parcial à Proposição de Lei nº 15.048.

O Sr. Presidente - Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.050, que dispõe sobre o Programa de Fomento ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado de Minas Gerais - Micro Geraes. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado como relator em Plenário, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva solicitou o prazo regimental para emitir parecer. Com a palavra, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva para emitir seu parecer.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

Parecer sobre o veto total à proposição de lei Nº 15.050

Relatório

Por meio da Mensagem nº 267/2002, o Governador do Estado apresentou veto total à Proposição de Lei nº 15.050, que dispõe sobre o Programa de Fomento ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado de Minas Gerais - Micro Geraes -, estabelece tratamento diferenciado e simplificado para elas nos campos administrativo, tributário, creditício e de desenvolvimento empresarial e dá outras providências.

Tendo em vista que a Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer sobre a matéria, o veto governamental foi encaminhado ao Plenário para inclusão em ordem do dia, nos termos do art. 22, § 3º, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição de lei vetada cuidou de implantar o novo Programa Micro Geraes e resultou do Projeto de Lei nº 1.512/2001, do Deputado Chico Rafael.

Nas razões do veto, o Governador do Estado informa que encaminhou à Assembléia Legislativa o Projeto de Lei nº 1.936/2002, que institui nova versão do Programa Micro Geraes, daí por que a proposição de lei não deve prosperar, em face de sua incompatibilidade com o novo projeto de lei do Poder Executivo, destinado a dar tratamento tributário diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte.

Sob o prisma do interesse público, as razões do veto sublinham que a desoneração da carga tributária contida na proposição de lei vetada é muito mais ampla, adotando-se redutores maiores e ampliando-se as faixas de enquadramento das microempresas e das empresas de pequeno porte.

Outro argumento, utilizado nas razões do veto, que merece ser destacado é o relativo à elevação do limite de receita bruta anual para o enquadramento da microempresa, ampliado de R\$98.000,00 para R\$277.598,80, o que supera em 131,33% o limite previsto na legislação federal do SIMPLES, que é de R\$120.000,00.

Segundo as razões do veto, o interesse público presente na atividade arrecadatória seria prejudicado pelo regime de destaque do crédito integral por todos os contribuintes optantes pelo Micro Geraes, inclusive os varejistas, restabelecendo-se antigo dispositivo legal que havia sido revogado, o que tornaria impossível o controle efetivo dos créditos apropriados pelos contribuintes inscritos no regime normal de apuração.

Consoante as razões expendidas no veto governamental, as medidas contidas na proposição que excluem a metodologia de equalização entre as alíquotas internas e as interestaduais constituem fator de inibição à proteção da economia mineira, restringindo a instalação de novas indústrias no Estado e mesmo o crescimento das já instaladas, em razão de condições desiguais de concorrência com a alíquota interestadual.

Entende o Poder Executivo Estadual que o regime atual de apuração para as microempresas e as empresas de pequeno porte, disciplinado na Lei nº 13.437, de 1999, representa a evolução e o aperfeiçoamento dos dois regimes antes vigentes, incorporando os benefícios e as vantagens de cada qual, corrigindo-se as imperfeições constatadas. Acrescenta que não é possível simplesmente retornar ao modelo tributário instituído pela Lei nº 10.992, de 1992, que vigorou até o exercício de 1997.

Alega ainda que a proposição esbarra na Lei de Responsabilidade Fiscal, por conceder benefício fiscal sem as medidas estabelecidas no art. 14, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4/5/2000.

Entendemos que o veto não deve prosperar, em face das seguintes razões:

Em primeiro lugar, o projeto de lei encaminhado pelo Governador do Estado não atende à aspiração maior das microempresas e das empresas de pequeno porte, traduzida em inúmeros debates realizados nesta Casa e no interior, sobretudo quanto ao diferencial de alíquota cobrado pela aquisição de mercadorias em outros Estados, mantido no projeto de lei do Executivo, e quanto aos valores das faixas de classificação daquelas empresas.

A proposição vetada resgata o tratamento tributário anterior, previsto na Lei nº 12.708, de 1997, que introduziu a primeira versão do Micro Geraes, beneficiando o contribuinte mineiro que adquirir mercadoria fora do Estado em face da sistemática de apuração do ICMS, tornando o setor mais competitivo, uma vez que a aquisição de sua mercadoria era tributada com base na alíquota interestadual de 12% ou 7%, conforme a região, enquanto a alíquota interna genérica do ICMS em Minas é de 18%.

Por força da Lei nº 13.437, de 1997, que a proposição vetada revoga expressamente, as compras efetuadas fora do Estado pelas empresas optantes pelo Micro Geraes são tributadas pelo diferencial de alíquotas, ou seja, pela diferença entre a alíquota interestadual aplicável e a alíquota interna, normalmente, 6% de diferencial pelas compras realizadas nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o que tem provocado

protesto generalizado das microempresas e das empresas de pequeno porte que são obrigadas a adquirir produtos fora do Estado, em razão da insuficiência do parque industrial mineiro e do fator preço.

Em segundo lugar, não há falar-se em renúncia de receita tributária, não prosperando o argumento de que a proposição de lei vetada esbarra no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4/5/2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal.

A estrutura prevista no novo Programa Micro Geraes, consubstanciada na proposição vetada, possibilita o pagamento do ICMS em todas as faixas de classificação. Não há renúncia de receita, e, sim, o tratamento tributário diferenciado estabelecido no art. 179 da Constituição Federal. A lei infraconstitucional, no caso, a Lei de Responsabilidade Fiscal, não pode restringir o alcance da norma contida na Lei Maior, que se encontra no topo da pirâmide da hierarquia das leis. O tratamento tributário a microempresas e empresas de pequeno porte não se traduz em renúncia de receita. Ao contrário, visa cumprir mandamento constitucional.

Quanto às faixas de classificação dessas empresas, importa assinalar que os valores definidos na proposição vetada estão em sintonia com os definidos no Estatuto Federal das Micro e Pequenas Empresas, aprovado pela Lei Federal nº 9.841, de 1999.

Por outro lado, no Estado de Minas Gerais, o ICMS não foi absorvido pelo SIMPLES federal, criado pela Lei nº 9.137, de 1996, uma vez que dependeria de convênio a ser celebrado entre o Estado e a União. Desta forma, o modelo a ser adotado é o previsto no Estatuto Federal das Micro e Pequenas Empresas, e não, no Programa SIMPLES, pelo que, também sob esse prisma, o veto governamental não deve prosperar.

Conclusão

Diante do exposto, nosso parecer é pela rejeição do veto total à Proposição de Lei nº 15.050.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Participamos efetivamente, desde o início, da ampla discussão promovida nesta Casa, particularmente quando instituímos uma Comissão Especial para buscar soluções em todo o Estado de Minas Gerais. Das várias audiências de que participamos em todo o Estado, trouxemos as mais tristes recordações de microempresários e de pequenos empresários.

Com todo o respeito que temos pelo Governador do Estado, entendemos que esse parecer faz com que a sua decisão seja rejeitada por unanimidade nesta Casa, uma vez que já tivemos um pleito da mesma grandeza quando discutimos esse projeto de lei do Deputado Chico Rafael.

Conclamo todos os Deputados a nos acompanhar nesse relatório, pois estaremos restabelecendo a aspiração dos microempresários. Daremos a todos a garantia da continuação do seu trabalho, nos seus pequenos afazeres, nas suas pequenas empresas e microempresas, para o desenvolvimento do nosso Estado.

São essas as nossas razões. Temos certeza de que a Assembléia Legislativa, mais uma vez, dará uma demonstração de estar voltada ao bem comum.

Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, precisamos de 26 Deputados para discutir e de 40 Deputados para votar; para derrubar veto, são necessários 50 Deputados. Solicito a V. Exa. que faça a chamada para recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Sargento Rodrigues) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 14 Deputados, havendo mais 12 em comissões, perfazendo o total de 26 Deputados. Portanto, há número para a continuação dos trabalhos.

Questão de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, gostaria de orientar os nossos companheiros das galerias que estão interessados nos vetos. Sentimos aqui embaixo que não está havendo acordo para a votação deles. Entendemos também que há um trabalho muito grande, hoje, para a derrubada de vários vetos. Orientaria os senhores, sindicalistas, pessoas que têm interesses nos vetos, para que peçam aos Deputados a presença no Plenário. Não peçam o voto "sim" nem o "não". Isso foi feito pelo pessoal do IPSEMG. "Deputado, o senhor pode comparecer ao Plenário em que dia? Terça-feira? Podemos ter a sua palavra? Então, na terça-feira, em tal horário." Do contrário, acontecerá isto que ocorre. Vocês vêm com uma expectativa, e sentimos aqui embaixo que não há clima.

Falei com alguns companheiros, aqui na porta, que o veto mantido ao projeto do Deputado João Leite, ontem, deu a impressão - e o João também achou isso - de uma coisa muito pessoal, com ele. Aí, a Oposição não quer saber de votar. Acho que devemos votar contra ou a favor. Devemos votar. O próprio Deputado João Leite pode não levar a coisa para o lado pessoal. Expliquei ontem que, quando o Deputado João Leite votou contra o projeto dos bingos - que traria para Minas Gerais uma receita da ordem de R\$2.000.000,00 por mês, tirando de Brasília a fiscalização, o ordenamento, a arrecadação dos bingos e trazendo-a para Minas Gerais -, o fez por ser evangélico e por ter a sua proposta. Isso não estava na sua programação. Respeitei isso e não levei o negócio para o lado pessoal. Ontem, tive o prazer de ser um dos 17 votos favoráveis ao seu projeto, porque é bom. Mas acho que não se pode levar isso para o lado pessoal.

Acho que devemos ter esse trabalho de encher as galerias. Fico tentando entender. Lembrarei o saudoso Kafunga, quando dizia que só queria entender por que o errado era o certo. Por que, Sr. Presidente? Se a Assembléia votou o projeto, se a Assembléia aprovou um projeto, na sua maioria, como teremos duas caras? Na hora de votar aqui um veto, não vamos derrubar o veto? O que faz mudar a cabeça dos Deputados? O que faz mudar o voto dos Deputados - se o voto é aberto, é de um jeito; se é secreto, é de outro jeito? Então, acho que esse trabalho olho no olho dos sindicalistas, das pessoas interessadas nesses vetos tem que acontecer aqui. À tarde, Sr. Presidente, devemos votar alguma coisa ou não? Faço esta pergunta a V. Exa.

Cabe, agora, fazer esse trabalho com cada um dos Deputados, em cada um dos gabinetes, olhando cara a cara, olho no olho, perguntando: "Deputado, posso acreditar que o senhor virá votar?".

Amanhã, estarei viajando à região de Viçosa, compromisso anteriormente assumido, e não poderei estar presente. Na sexta-feira, também não.

Estarei de volta no domingo, que passarei com minha família. Entendo, então, que é difícil haver a aprovação de alguma coisa amanhã. Na parte da tarde, pode acontecer a votação, que também depende do trabalho dos colegas que estão nas galerias.

Sr. Presidente, gostaria, ainda, de dizer que está aqui o Deputado Durval Ângelo, sem gravata, nessa altura do campeonato. Ele escolheu esta Casa, escolheu. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Ermano Batista.

O Deputado Ermano Batista - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta oportunidade não poderia deixar de manifestar um protesto e também um elogio. Protesto contra o comportamento de S. Exa. o Governador do Estado, que, contrariando a vontade unânime desta Casa, tenta impor a sua vontade, apondo veto a um projeto de lei de interesse do Estado de Minas Gerais.

Felizmente, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, designado por V. Exa. para emitir parecer sobre tão esdrúxulo comportamento, houve por bem, com explicações plausíveis, demonstrar à sociedade o equívoco cometido por S. Exa. o Governador do Estado, ao vetar essa matéria.

Trata-se, sem dúvida, de um procedimento altamente censurável, de alguém que procede de forma a sucatear o Estado de Minas Gerais. Veja V. Exa. que ele apregoa aos quatro ventos que tem procedido de forma a sanear a economia do Estado; no entanto, fecha o balanço de 2001 com um déficit primário de R\$1.300.000.000,00. A dívida flutuante, que, no início de seu Governo, era da ordem de R\$3.000.000.000,00, foi acrescida de quase R\$4.000.000.000,00, e hoje é de R\$7.300.000.000,00. Também quanto aos recursos que vão para o caixa único e que devem ser remetidos às empresas públicas, às autarquias e aos fundos, houve sonegação. Somente na área de saúde, quase R\$500.000.000,00 não foram repassados, o que significa um total de quase R\$2.640.000.000,00 que entraram no caixa único e evaporaram, deixando de cumprir sua finalidade.

Não obstante esse descaso e esse desmando, vem o Governador, agora, vetar um projeto da natureza do Micro Geraes, que tem por objetivo estimular a economia e estabelecer um ponto de partida para o crescimento deste Estado estagnado, foi criado a partir da vontade unânime desta Casa, depois de um processo bem trabalhado e engendrado, com a participação competente de vários parlamentares, que se empenharam na construção dessa matéria, que, ao final, representou a vontade de 77 Deputados. Agora, Presidente, uma vontade única quer se sobrepor a 77 vontades, que representam os 18 milhões de habitantes do Estado de Minas Gerais. Isso é prepotência, além de ser uma falta de responsabilidade.

Há Estados que, em atendimento ao interesse social, entram no empreendimento, caminhando junto com o pequeno empresário e com o microempresário, saindo no momento em que a jornada deslancha e deixando-os caminhar na direção do progresso e do desenvolvimento. Há outros que estabelecem a postergação de ICMS ao longo de três, quatro ou cinco anos para aqueles que desejam montar o seu trabalho e estabelecer a sua fonte de economia. Mas o Estado de Minas Gerais é bastante diferente. O Governador quer afogar essas iniciativas e impedir que os pequenos também participem do processo econômico. Isso é uma pílula que esta Casa não pode deglutir. Precisamos nos insurgir contra esse comportamento, que é contrário aos interesses do Estado, que precisa retomar o processo de desenvolvimento e recomeçar a trabalhar na direção do crescimento.

Sr. Presidente, o Sr. Governador merece ser energeticamente censurado pela série de vetos que opôs a proposições de lei originadas de projetos de lei desta Casa durante o ano 2001. Prejudica o funcionário público quando opõe veto à Proposição de Lei nº 15.052, que institui gratificação-saúde para o servidor do quadro especial da Secretaria de Saúde.

Entendo, Sr. Presidente, que funcionário público não pode ser tratado apenas como prioridade de Governo, tem de ser encarado como estrutura do poder, como estrutura do Governo. Se essa estrutura for abalada, com certeza, o corpo claudicará.

S. Exa., ao opor veto, a proposição de lei de interesse do pessoal do IPSEMG, como fez com outros setores governamentais, está, sem dúvida alguma, estabelecendo um processo de definhamento da estrutura de Governo, que é embasada no servidor público do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, quando ele opôs veto àquela proposição de lei que criava recursos para a implementação do esporte, atendendo à juventude de Minas Gerais, o Sr. Governador foi demasiadamente insensível prejudicando o Estado, prejudicando a sua população, sobretudo a população do futuro, essa juventude esplendorosa que o Estado de Minas tem.

Sr. Presidente, o Governador opõe veto total à proposição de lei que determina às instituições bancárias, detentoras dos maiores lucros da economia nacional, que ofereçam instalações sanitárias, um mínimo de conforto para aqueles que ficam de castigo em razão da precária estrutura dessas instituições, a fim de dar mais lucro para seus proprietários.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Quero elogiar V. Exa. pela lucidez do seu discurso. Temos a responsabilidade de mostrar para a sociedade mineira os desmandos, o descontrole, a irresponsabilidade, a insensibilidade, a incompetência gerencial administrativa desse Governo.

Aliás, neste momento, nem sei se temos Governador, porque ontem o Estado ficou abandonado. Ele está abandonado administrativamente, desde que esse Governo começou. O Governador Itamar Franco nunca governou. Dizem até que ele saiu de férias, mas férias são só para quem trabalha. Depois de trabalhar você se cansa e precisa descansar, mas ele não trabalha, está fazendo turismo pelo Brasil afora. Vive no Hotel Glória. Até já sugeri que ele fizesse uma visita ao Palácio da Guanabara, que é pertinho, para aprender com o Governador Garotinho do Rio de Janeiro. Se ele quiser uma audiência para aprender com o Garotinho, a gente marca.

Mas não podemos concordar com tudo isso que V. Exa. está dizendo. Outro dia disse da tribuna que não sabia qual critério ele usa para vetar, mas veta tudo. Mas ele veta tudo, porque não acompanha nada, não tem informação sobre nada. A impressão que dá é que colocam na mesa dele, e ele vai assinando. É isso que estamos vendo, porque quase todos os vetos que opôs prejudicarão a sociedade mineira.

V. Exa. se referia ao Micro Geraes, por exemplo. Ele não só diminuiu o número de microempresas e pequenas empresas em Minas Gerais, como também foi responsável por atrofiar aquelas que estavam tentando sobreviver, não só cobrando mais impostos, mas inibindo a comercialização dessas empresas. O FUNDESE, que criamos no bom Micro Geraes, que foi o primeiro, arrecadou, em uma parte de 1998, R\$30.000.000,00. E essa quantia foi creditada no FUNDESE. E para que é esse dinheiro? Para capital de giro, para aparelhar as empresas, treinar os funcionários, a fim de que essa empresa cresça e se desenvolva. E precisa do suporte do Estado.

Em 1999, a receita aumentou para R\$48.000.000,00, mas apenas R\$22.000.000,00 foram creditados no FUNDESE. Os outros sumiram, não sabemos onde estão. O Governador tem de dar conta de R\$25.631.000,00, de 1999. Em 2000, cresceu ainda mais. E não é dinheiro do Estado porque a lei foi muito clara. E o microempresário e o pequeno empresário podem optar. Em vez de pagar uma parcela, o dinheiro vai todo para o FUNDESE, que tem o objetivo de gerar crescimento e desenvolvimento.

Em 2000, foram R\$56.000.000,00 arrecadados dos microempresários e pequenos empresários. Apenas R\$33.000.000,00 foram para o FUNDESE, R\$23.000.000,00 foram desviados. Em 2001, R\$61.509.000,00; apenas R\$24.000.000,00 foram para o GERAMINAS; R\$37.000.000,00 desviados. No total, deveria haver, no FUNDESE, R\$197.585.753,64, mas existem apenas R\$111.098.787,12, ou seja, esse Governo, antes de sair, tem de devolver para o microempresário e pequeno empresário, que é para o FUNDESE, também batizado de GERAMINAS, R\$91.691.896,79.

Sabe o que o Governador fez, Deputado Ermano Batista? Pegou esse dinheiro e criou outro programa, dizendo que ele está emprestando. E um dinheiro que não é dele, mas do microempresário e do pequeno empresário. Falaremos da tribuna depois, mas cada empresa gera de três a cinco empregos. E veja V. Exa. que estamos falando de quase 250 mil empresas, o que significa mais de 1 milhão de empregos.

É lamentável que Minas tenha que conviver com uma situação como essa. Espero, realmente, que esta Casa mostre a sua independência e derrote mais esse veto, que vem prejudicar o povo de Minas Gerais, especialmente aqueles que esperam por um emprego. Sei que V. Exa. deve receber diariamente diversos pedidos de emprego e que, como Deputado, não tem como atender. A forma de fazê-lo seria votando isso aqui, porque aí geramos condições de o Estado se desenvolver e os empregos serem gerados. Obrigado pelo aparte, continuaremos a discutir depois.

O Deputado Antônio Andrade (em aparte) - Deputado, primeiro quero falar sobre o Garotinho, de quem o Deputado Miguel Martini sempre dá exemplos. Hoje ele pede que o Governador Itamar Franco procure o Garotinho para ter aula com ele. Em primeiro lugar, o Garotinho tem que estudar muito, tem que fazer mestrado, doutorado para aprender o que é governo. Assim que ele acabar de sair do governo, estou vendo a manchete no jornal "O Globo", em que o Garotinho, no seu último ato, saindo do governo, pede aposentadoria de R\$9.600,00 por mês, por três anos de trabalho no Governo do Estado. Gostaria até de saber a opinião do Deputado Miguel Martini sobre um Governador com 41 anos... Está aqui: "Aos 41 anos, Garotinho se dá pensão vitalícia de R\$9.600,00. A repercussão o leva a prometer recuo". Quer dizer, acho que esse não é o Governador, o homem público que serve de exemplo em nenhum lugar deste País. Um homem que trabalha três anos, tem 41 anos de idade e requer uma aposentadoria do Governo do Estado de R\$9.600,00, uma pensão vitalícia. Acho também que o Rio não serve de exemplo para o nosso País, devido à insegurança que lá existe, as guerras de favelas e tudo que é feito.

Quero dizer ao nobre Deputado Ermano Batista, que se pronuncia muito bem, a sua eloquência é um exemplo para esta Casa, a forma bem-colocada das suas palavras sobre os desmandos das coisas ocorridas no Estado de Minas Gerais. Primeiro, o Deputado pertence a um partido que recentemente estava no governo, o PSDB. Lá, negociaram mal uma dívida com a União, deixando o Estado com um comprometimento de R\$1.040.000.000,00 anual com o Governo Federal. O Governador Itamar Franco, nos seus primeiros três anos, só com a União, pagou mais de R\$3.000.000,00 de uma dívida que não foi contraída neste Governo. Ela foi contraída nos governos anteriores, de um dos quais V. Exa. fez parte, como nobre Deputado que estava neste parlamento. Foram pagos mais de US\$800.000.000,00 de comprometimento de governos anteriores, e no atual Governo não se contraiu sequer um centavo de dívida. São mais de R\$5.000.000.000,00 de pagamento de dívidas. São R\$5.000.000.000,00, que poderiam hoje estar sendo investidos na infra-estrutura, na saúde, na educação, melhorando ainda mais as condições de vida do povo mineiro. Isso não ocorre porque o Governo anterior negociou mal, e muito mal. Também no Governo anterior, houve a venda de algumas estatais. A CEMIG foi vendida por US\$1.130.000.000,00, tendo o caixa do Governo passado aportado, o que não houve neste Governo. Além de deixar essa dívida imensa, ainda venderam uma estatal como a CEMIG e outras mais.

O Governo a que V. Exa. pertenceu no passado, nos momentos críticos deste Estado, quando a nossa Polícia Militar estava em pé de guerra, estava ausente. Tivemos que nos reunir no gabinete da Presidência para saber qual providência seria tomada, porque o nosso Governador estava ausente. Quando o Sul de Minas se afogava nas enchentes, o Governo de V. Exa. também estava ausente do Estado de Minas Gerais, estava sempre ausente nos momentos críticos. Ele estava sempre ausente, e o Vice-Governador determinava... O Governador do Estado, naquela época, não sabia qual era a posição que o Vice-Governador tomaria em determinados momentos, tal era a sua omissão administrativa. Então, acho que, se um Governador está ausente do Estado, do País, em outro Estado, ele não está ausente administrativamente. A sua administração, os seus Secretários têm comandado muito bem o Governo do Estado.

Vejo isso até com uma certa ironia, ou seja, quando V. Exa. fala do funcionalismo público. O Governador de Minas tem procurado, com sacrifício, pagando uma dívida que não é sua, uma dívida contraída por Governos anteriores, fazer alguns acertos no funcionalismo público; tem procurado valorizar, na medida do possível, aquele patrimônio maior do Estado, os seus recursos humanos. Só não o faz da melhor forma, só não dá os aumentos necessários, aumentos esses acumulados há mais de sete anos sem que o funcionalismo os receba, que precisam ser corrigidos ao longo do tempo, por falta de recursos financeiros, por falta de caixa. Se ele o tivesse, faria e faria muito bem.

Quero agradecer o aparte do nobre Deputado e dizer que o Governador está sempre presente no nosso Estado e tem corrigido os desmandos ao longo do tempo. Se hoje não estivesse aqui, se não fosse o Governador do Estado, não teríamos tido a oportunidade de votar o projeto do IPSEMG, porque ele deveria ter sido privatizado, o que era proposta do Governo de V. Exa.

Vamos fazer, na medida do possível, o que for viável para a valorização do servidor público. Ontem mesmo, contrariando a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi votada e aprovada pelo Governo de V. Exa., o PSDB, o Governador nos autorizou a derrubar o veto, atendendo ao pedido de aumento desejado pelo IPSEMG. O funcionalismo não tem tido o aumento desejado devido à lei que foi imposta pelo Governo do PSDB, em nível nacional. A lei foi aprovada a mando do Presidente da República, que é do PSDB. É preciso sabermos, primeiramente, o que o Governo Federal, do PSDB, tem feito, para, depois, cobrarmos do Governo do Estado de Minas Gerais. Algumas distorções do funcionalismo têm sido corrigidas na medida do possível. Muitas ainda terão de ser corrigidas. Se o Governador dobrar o salário do funcionalismo, ainda assim será pouco. É preciso corrigir as distorções ao longo do tempo. Muito obrigado.

O Deputado Ermano Batista - Deputado, quando V. Exa. falava, vi o Deputado Miguel Martini se levantar do seu assento e dirigir-se ao microfone de apertes. Quero dizer ao Deputado Miguel Martini que me permito negar-lhe o aparte neste momento, porque não pretendo permitir que os meus curtos minutos sejam transformados numa pugna envolvendo apologias, seja do Governo Garotinho, seja do Governo Itamar.

Estamos discutindo questões de alto alcance, problemas estruturais. O Deputado Antônio Andrade diz que o funcionalismo público do Estado de Minas Gerais tem sido atendido de forma satisfatória. Mas eu não enxergo essa realidade. O que vejo é o tratamento desigual, até separando-o em castas, propiciando condições de esquentar determinados ambientes, com um funcionário extraído de outra repartição ganhando muito, porque exerce um cargo de confiança. (- Palmas.) Isso prejudica aquele que pratica o mesmo trabalho. Vejo nisso uma injustiça.

O Deputado Antônio Andrade é extremamente competente. Ele é um Deputado que consegue defender o indefensável, extrair doçura da amargura, arrancar mel de espinheiro. Deputado Miguel Martini, V. Exa. foi muito claro quando disse que o Estado está desgovernado. Essa é a grande realidade. Não adianta fugirmos. Não sou oposição por oposição. Sou extremamente racional. Duas coisas me movem, e meu comportamento nesta Casa tem sido um atestado fiel disso: movo-me pela minha convicção e pela minha consciência.

Se quiserem, têm de me convencer. Tenho disposição para me assentar à mesa e discutir, saindo dali convencido ou convencedor. Entendo que posso defender minha idéia com todo o ardor, com toda a bravura, com toda a coragem, mas não posso deixar de admitir que meu contendor pode ter um fio de razão. Temos que ter humildade para discutir e chegar a uma conclusão, e não vejo como defender a insanidade, a insensibilidade de um Governador de Estado que veta um procedimento desta Assembléia que proíbe as empresas concessionárias de serviço público de desligar o relógio do pobre infeliz num sábado ou num domingo, quando muitas vezes deixou de pagar sua conta porque é um

funcionário público e não recebeu seu salário no dia certo. E esta Casa impõe a essas empresas a responsabilidade de não cortar a energia desses cidadãos num sábado, num domingo ou num feriado, impedindo-o de ter alegria no fim de semana no seio de sua família. E esse Governador, insensivelmente, veta um procedimento dessa natureza, contrariando o pensamento de 77 Deputados que representam a população do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vou utilizar o tempo total, mas não poderia deixar de falar a respeito dos desmandos que ocorrem na área da educação. V. Exa. poderia dizer: "Mas V. Exa. está falando sobre o veto. Não pode fugir a essa questão, porque o Regimento Interno proíbe". Mas meus colegas Deputados entendem, e V. Exa. também, que o autor do veto é o Governador do Estado de Minas Gerais, e ninguém consegue definir uma obra sem traçar o perfil do seu autor. Por isso, ao falar em veto, obrigatoriamente tenho que falar sobre a personalidade, o caráter e os interesses que levaram o Sr. Itamar Franco a opor esses vetos. Vejam V. Exas. que esses vetos dizem respeito a interesses de grandes empresários porque afogar o microempresário é dar alento ao grande. Não autorizar as empresas concessionárias dos serviços a desligar o telefone, o relógio de luz ou o hidrômetro é atender ao interesse dos grandes. Vetar a obrigatoriedade de uma instituição bancária construir sanitários para os usuários de serviços é atender ao interesse de grandes. Num ano eleitoral, isso é extremamente sintomático. Precisamos acordar para essa realidade.

Srs. Deputados, de vez em quando, as instituições do Governo Estadual impõem a certos profissionais determinados comportamentos incompatíveis com seus princípios e com sua capacidade de trabalho, propiciando resultados maldosos e malfazejos para a população de Minas Gerais. Vejam V. Exas. que, de vez em quando, eles causam ao funcionalismo até mesmo condições constrangedoras, como ocorreu recentemente, fato que passo a relatar. A imprensa veiculou uma notícia segundo a qual a Secretaria da Educação promoveu uma pesquisa entre os estudantes de uma escola da rede pública que constatou um quadro triste de desconhecimento dos motivos mais comezinhos da modernidade, particularmente daqueles ligados à ciência e à técnica.

Na verdade, aquela pesquisa lembra alguém que, amargurado, se vê refletido no espelho, após lutas inglórias, sem sucesso. Efetivamente, em linhas gerais, a realidade da educação encontra-se presente nos descaminhos que a nossa sociedade enfrenta.

São muitos aqueles que buscam, em vão, uma justificativa sensata e que levante alternativas para reverter esse estado de coisas.

Em todos os diagnósticos sobre o quadro, encontramos fatores comuns, entre os quais a carência de profissionais de fato gabaritados e a implantação da malfadada escola plural, que trata o aluno como peça de mercado, que deve ser promovida a qualquer custo, com ou sem mérito, apenas para sanear os recursos oficiais.

É evidente que tais fatores se entrelaçam para constituir essa vocação errônea e desastrosa da falsa cultura, mas vê-se que, no fundo, o principal elemento de desgaste do ensino é a sua desvalorização pelo Governo do Estado, que prefere usar muitas palavras, às vezes falaciosas, em vez de agir com determinismo, usando a vontade política.

"A priori", temos de convir que o pessoal docente, mal remunerado, insatisfeito e, sobretudo, sem material didático básico para exercício de sua difícil missão, não pode, absolutamente trabalhar de forma ideal, donde começam a acontecer fenômenos negativos em série.

Há, ainda, o fato de o Governo do Estado falar uma coisa, acenar com um tipo de gesto positivo e agir totalmente ao contrário. E não se constrói a verdade com mentiras, com engodos.

Para suprir essa tremenda falha desmoralizadora da infra-estrutura do ensino, criou-se, então, a irreverente escola plural, que antes de pensar na instrução propriamente dita, segura, eficiente, preocupa-se primeiro com o processo de promoção atabalhoada do estudante, ainda que não tenha assimilado a essência de cada série. Dessa forma, desprestigia-se o diploma, que se tornou um registro inócuo.

Não será com inaugurações fajutas, eleitoreiras, sem razão de ser, que o descaso oficial continuará iludindo nosso povo. O efeito cascata da omissão governamental, por si mesmo, desmascara os expedientes daninhos contra a educação em nosso Estado.

A comunidade está bem ciente do que acontece no âmbito das escolas da rede pública e não perdoará a administração negligente, utilizando-se dos devidos termos e da maneira apropriada.

É de se elogiar, sim, a classe do magistério, que, lutando contra todos os fatores negativos, de desestímulo, ainda consegue sobreviver a duras penas e com resultados que estão aí, à mostra.

Para que surja uma nova geração de mestres habilitados, entusiasmados com a profissão, convictos, com dedicação exclusiva e de alto nível, propulsores de uma sociedade civilizada nos moldes da modernidade, é preciso que se trate o ensino e o profissional com respeito, seriedade.

O Governador do Estado há de convir, em última análise, se tem sensibilidade para isso, que o professor é centro de equilíbrio de todo o processo educativo e, como tal, não deve ser tratado com promessas, mas com atos que vislumbrem uma valorização real da classe.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Agradeço a V. Exa.; apenas gostaria de fazer uma intervenção. O Deputado Antônio Andrade deveria ter permanecido no Plenário, pois para quem quer, o debate permanece. Estando ele ausente, fica chato fazermos o debate.

De qualquer maneira, ele leu o jornal "O Globo" que diz que o Garotinho recebe. Tenho em minhas mãos o jornal "O Tempo", de Minas Gerais. Um jornal idôneo, que diz também: "Garotinho desiste de pensão de R\$9.600,00". Quem ler a matéria vai perceber que a Constituição do Rio de Janeiro, como também as dos outros Estados, prevê essa aposentadoria. Leonel Brizola, Marcello Alencar, todos os ex-Governadores recebem. Garotinho também teria direito. Aliás, tem o direito, porque trabalhou. O Itamar Franco é que não tem. Estou certo de que, quando terminar seu mandato, ele vai abrir mão da aposentadoria de Governador, porque não trabalhou. Só pode aposentar-se quem trabalha. (- Palmas.)

Digo tudo isso apenas para restaurar a verdade. Obrigado, Deputado Ermano Batista, pelo aparte. Depois, ao discutir, terei a oportunidade de falar outras coisas.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira está lembrando aqui que o Governador, por acaso, foi Presidente da República - e só por acaso, mesmo, poderia ser Presidente da República -, ficando um ano e meio ou dois anos no poder, e recebe aposentadoria como Presidente. Quem sabe o Deputado Antônio Andrade não vai lhe sugerir que desista da aposentadoria como Presidente da República?

O Deputado Ermano Batista - Fica aí a sugestão ao Líder do Governo.

Não poderia encerrar minha participação neste debate sem, por questão de justiça, fazer uma defesa. Dívida de Estado não é dívida de um ou de outro Governador. É dívida do Estado. É compromisso do Estado. O Estado é permanente, é perene. Os Governos são fugazes, são provisórios.

O Deputado Antônio Andrade, demonstrando total desconhecimento da realidade do Estado de Minas Gerais, fala a respeito de uma dívida mal negociada pelo ínclito Governador Eduardo Azeredo.

Eduardo Azeredo assumiu o Governo do Estado em circunstâncias muito piores que as que se apresentaram a Itamar Franco no período seguinte. E, mesmo assim, Itamar não se furtou a um procedimento totalmente espalhafatoso após a posse. Tenho certeza de que, se tivesse encontrado o que Azeredo encontrou, teria renunciado ou ter-se-ia suicidado.

Vejam os senhores que Eduardo Azeredo assumiu o Governo com uma dívida de R\$20.000.000.000,00, que rolava dia a dia, a juros do dia: 30%, 40%, 50% ao ano. E aquele Governador, num gesto de coragem, acreditando até mesmo no impossível - o homem público tem de acreditar no impossível, porque no possível qualquer medíocre acredita -, lançou-se na empreitada de convencer o Governo Federal de assumir a dívida, propiciando um novo contrato com juros menores, com juros baixos. Se aquela situação de rolagem persistisse, hoje a dívida do Estado de Minas Gerais já teria ultrapassado os R\$100.000.000.000,00.

O Dr. Eduardo Azeredo lançou-se nessa empreitada em favor do Estado, em favor dos interesses maiores de Minas e conseguiu convencer o Governo Federal a assumir a dívida. O Estado, por sua parte, assumiu o compromisso de, a partir daquele momento, pagar, anualmente, um percentual de 10% do total da dívida, a juros de apenas 7,5% ao ano. A dívida, hoje, ultrapassa muito pouco os R\$20.000.000.000,00 daquela ocasião.

Se continuasse da forma como vinha, se Eduardo não acreditasse em sua capacidade de convencer, Minas estaria devendo cerca de R\$100.000.000.000,00. Este Governo diz que assumiu com uma dívida flutuante. Essa dívida é de empreiteiras, de R\$3.000.000,00. Mas fechou agora, lançando em restos a pagar, R\$7.300.000.000,00.

O funcionário público recebia atrasado, mas até o dia 5, no máximo. Agora, sabe Deus quando recebe. Eduardo Azeredo passou três anos sem dar aumento ao funcionalismo, mas, em muitos casos, teve a coragem de dobrar o salário do funcionário público, em seu primeiro ano de governo. É patente que o procedimento não foi demagógico. Qualquer um pode enxergar.

Que aumento Itamar Franco deu, a não ser à Polícia Militar? O resto é tratado com desdém, com descaso. É isso que o Deputado Antônio Andrade tem de entender.

Não adianta tampar o sol com a peneira. Temos de ser realistas. Eduardo Azeredo foi um herói, não um algoz da economia mineira, não um verdugo do nosso orçamento. Foi um autêntico herói na defesa dos interesses de Minas Gerais.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Obrigado, Deputado Ermano Batista. Aprecio suas palavras equilibradas, de um homem cujo conhecimento a respeito do Estado de Minas Gerais é profundo. Vou mais além. Acho que a população deveria prestar atenção nos que têm a responsabilidade de falar sobre nosso Estado com conhecimento. Com certeza, V. Exa. estará novamente nesta Casa, a partir de janeiro ou fevereiro, porque precisamos de pessoas inteligentes, que falam o que sentem e o que conhecem, para que nós, os principiantes, aprendamos.

Falo com tranqüilidade a respeito do Governador Itamar Franco. É de minha cidade, foi Prefeito de Juiz de Fora, como eu. Conheço o temperamento do cidadão Itamar Franco, sei dos momentos em que está equilibrado e dos momentos em que o equilíbrio não lhe pertence. Conheço praticamente toda a sua carreira política, desde que foi Prefeito daquela cidade, Senador, chegou à Presidência por uma fatalidade, em virtude da primeira cassação, no mundo, de um Presidente da República. Chegou ao governo depois de uma negociação com Newton Cardoso.

Assistimos, pela televisão, à propagandas que não são verdadeiras, para não chamar de mentirosas, mostrando que a Polícia Militar está adquirindo carros. Nada mais nada menos do que 86 municípios não têm sequer um carro da polícia. Os moradores são obrigados a levar o policial à companhia da Polícia Militar a pé, de carro próprio ou de táxi. Essa propaganda não condiz com a realidade.

Lamento a construção do aeroporto próximo à cidade de Piau, que tem 8 mil habitantes. A pista tem quase 3.000m de comprimento, o que nos dá a certeza do desequilíbrio do Governo. São R\$60.000.000,00 para construir um aeroporto internacional.

No aeroporto existente em Juiz de Fora, há uma linha que serve a São Paulo. Começou atendendo São Paulo, Rio, Belo Horizonte e Brasília. Por falta de passageiros, só faz Juiz de Fora-São Paulo, com uma média de 6 a 8 passageiros por dia. E também já estão ameaçando eliminar essa linha. Aí, gastam-se R\$60.000.000,00 para construir um aeroporto internacional em Piau, terra da banana. Entendemos que o aeroporto internacional é para transportar banana de Juiz de Fora para o Paraguai.

É o máximo que pode acontecer. Enquanto isso, só de ontem para hoje, 11 pessoas morreram em acidente por falta de segurança nas estradas. Morrem muito mais pessoas nas estradas mal-conservadas que em acidentes de avião. Por aí, vemos o desequilíbrio do Sr. Governador.

Torcemos para que o próximo Governo tenha a consciência de que foi eleito para governar Minas Gerais, e não para servir de "candinha", com briguinhas bobas, como o atual Governador, fazendo com que o nosso Estado perdesse até agora R\$40.000.000,00 com investimentos que viriam para cá e outros tantos que saíram daqui.

Lamento profundamente a falta de seriedade desse Governo. Não tenho nada contra a Polícia Militar, mas hoje um soldado ganha mais do que um médico que trabalha no Estado. É um desequilíbrio. Não estou dizendo que a Polícia Militar ganha bem, e, sim, que há falta de coerência. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Ermano Batista - Agradeço a V. Exa. os elogios que me foram dirigidos. Permito-me excluir da sua fala o termo "principiante", referindo-se a si mesmo. V. Exa. chegou a esta Casa jogando no primeiro time, e tivemos de tomar muito cuidado para não irmos para o banco de reserva.

V. Exa. colocou com muita propriedade o irracionalismo e a incoerência deste Governo, que passou três anos jogando pedra no Presidente da República, fechou as portas de Minas para o Brasil e o mundo, proporcionando um enorme prejuízo para o Estado de Minas Gerais. Depois de três anos de tanto prejuízo, de um procedimento tão malfazejo, atendendo a um interesse pessoal - o seu jogo é só para si; se sobra alguma coisa, é para os seus acólitos de Juiz de Fora -, ele chega até a sorrir quando lhe acenam com a possibilidade de ser Vice-Presidente na chapa do Serra. Quando viu que o PSDB reagiu a essa indesejável investida e que o próprio PMDB não via nele consistência partidária nem densidade

eleitoral, refutou a idéia e, logo, disse que não queria. Não, ele sempre quis, sempre desejou, porque é incoerente, é irresponsável, é irracional, joga para si, com interesse pessoal acima de todos. Mas depois não teve pejo para negar a idéia. Não foi ele que não quis, ele foi rejeitado, foi expurgado.

Digo mais, hoje Itamar Franco é uma maldição. Vamos ser francos: onde ele está, só há problemas. Consegui destruir o pensamento unitário da oposição. Quando assumiu o Governo de Minas, arvorou-se em candidato único da oposição e, com isso, conseguiu desarticulá-la; conseguiu desagregar o PMDB, nele estabelecendo tal cizânia e discórdia, que mais parece a contenda entre judeus e árabes: não tem conserto.

Esse homem, que se diz construtor de um Estado, está levando Minas Gerais a retornar à condição de capitania hereditária, à condição de colônia, só que, agora, entre os marginais. Como disse o Deputado Alberto Bejani, em alguns lugares, a polícia não tem carro para andar; digo mais: em alguns lugares, não há nem polícia para dar assistência à população.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Estamos seguindo o seu raciocínio relativo ao comportamento do Governo de Minas Gerais, permitindo que haja evasão fiscal e não se arrecade, e agora vem colocar dificuldades no projeto do Micro Geraes, mostrando que o Governador não tem seguido a álgebra, para arrecadar de forma a permitir que as microempresas e outros setores da sociedade possam coadjuvar com o Governo, de maneira racional e de forma a promover a sobrevivência do povo do Estado de Minas Gerais.

Nesse contexto, o Deputado Alberto Bejani nos falou há pouco sobre uma obra fora de hora e caracterizada como faraônica, próxima a Juiz de Fora: o aeroporto internacional de Piau. Então, aproveito para apresentar o requerimento de que uma comissão desta Casa vá a Juiz de Fora, fazer uma visita "in loco" e deixar realmente caracterizado que é uma obra faraônica e não é prioridade para o Estado, que atravessa uma situação econômica e financeira deficiente. Deficiente até pela ausência de governo. Talvez tenha faltado diálogo com os Secretários da Fazenda e do Planejamento na avaliação da situação econômica e financeira de Minas Gerais, para que não acontecesse um veto a esse Micro Geraes, exaustivamente estudado por esta Casa. E ainda há outros mecanismos de arrecadação com os quais, ao que parece, a Fazenda e o Planejamento não estão sintonizados, ou não estão em sua busca. Às vezes, podem até estar trabalhando, mas, com a indiferença do Governador, torna-se difícil buscar o melhor caminho.

Então, apresentaremos esse requerimento, esperando que seja aprovado pelo Presidente da Casa, para que possamos constatar mais essa aberração. Sei que Juiz de Fora é uma cidade de grande porte, merece, mas talvez isso não seja prioridade, ou seja, isso estaria vindo em prejuízo das prioridades do Estado. Faço coro com suas palavras, Deputado, e agradeço o aparte.

O Sr. Presidente (Deputado Olinto Godinho) - Solicito ao Deputado Hely Tarquínio que formalize seu requerimento por escrito.

O Deputado Ermano Batista - Quero lembrar ao Deputado Hely Tarquínio que o aeroporto que se constrói está bem distante de Juiz de Fora - fica a cerca de 50km da cidade. Portanto, não atende satisfatoriamente à população de Juiz de Fora, da mesma forma como o Aeroporto de Confins não atende à população de Belo Horizonte. Tanto é que as passagens das saídas de Confins são de menor valor; ainda assim, ninguém se arrisca, porque demora muito mais para ir lá e voltar aqui do que para chegar ao destino, se for de carro; ou seja, são obras sem planejamento.

São a expressão da loucura, a expressão da insanidade. Permito-me fazer a defesa do Presidente Fernando Henrique Cardoso - injustamente censurado pelo Deputado Antônio Andrade, Líder do PMDB nesta Casa - por ter dotado o País da Lei de Responsabilidade Fiscal. Logo o PMDB, que, em Brasília, é Situação, tece elogios ao Presidente e participa do Governo ocupando vários cargos, ousa, em Minas - com a intenção de agradar ao Governador Itamar Franco -, censurar o Presidente da República por um procedimento que, à luz da moralidade, merece elogios. Refiro-me à lei que veio moralizar o que de errado ocorria. É uma lei necessária e moralizadora. Ela veio para consertar o que de errado estava acontecendo no País. Ela não atinge apenas os Governadores de Estado, atinge Governador, Prefeito, Deputado e o Presidente da República, que não teve dificuldade de se submeter a uma lei dessa natureza. Isso é motivo de elogio, e não de escárnio. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembléia, companheiros das galerias, o nosso intuito, ao solicitar a palavra, é encaminhar favoravelmente à derrubada do veto do Governador Itamar Franco.

Na qualidade de autor da emenda que estendeu o aumento para os servidores do setor administrativo da saúde, entendemos que não poderíamos deixar que funcionários da Secretaria da Saúde, tais como médicos, técnicos de laboratório, auxiliares de enfermagem, chefes de gabinete e diretores tivessem aumento, enquanto a outra parte que dá sustentação a essa ponta da linha, a essa área chamada operacional, que é o setor administrativo da secretaria, ficasse fora desse reajuste salarial.

Conseguimos, com a liderança dos sindicatos, a tabela de vencimento dos funcionários. Temos informações de que os servidores estão há sete anos sem reajuste salarial, portanto é imprescindível que nós, Deputados, derrubemos esse veto.

O Líder da minha bancada, o Deputado Alencar da Silveira Júnior, disse muito bem que votamos e aprovamos a matéria em 1º turno e, depois, em 2º turno. Não é possível que mudemos de norte e entendamos, a partir deste momento, que agora não podemos votar a favor da matéria. Não acreditamos que isso possa ocorrer, mas é necessário o empenho dos senhores e das senhoras, funcionários da saúde, nessa luta incessante junto aos Deputados, pedindo apoio e a derrubada do veto, ou seja, para que votem "não" ao veto do Governador Itamar Franco. Sete anos não são sete dias. De lá para cá, temos certeza, há uma inflação enorme a ser corrigida. O mínimo que poderia ser feito seria estender o aumento da derrubada do veto de ontem a essas categorias. Portanto, o administrador público, o Analista, o Técnico Administrativo, o Auxiliar Administrativo, o Agente Administrativo, o Motorista, o Oficial de Serviços Gerais e o Ajudante de Serviços Gerais não podem ficar fora desse reajuste.

Portanto, entendemos que, apesar da boa vontade do Governador Itamar Franco de conceder um abono de R\$50,00 a R\$70,00 por meio de Lei Delegada nº 41, ele ainda está longe, muito longe de atender aos funcionários desse setor. Entendemos que derrubar esse veto é, no mínimo, estar em sintonia com aquilo que votamos ontem. Não posso permitir que, em uma mesma secretaria, se possa estender um aumento da ordem de 27% a 30% para um determinado setor, deixando outro sem nenhum reajuste. Não há como entender a manutenção desse veto. O Deputado Alencar da Silveira Júnior e eu, que somos do PDT, pertencemos à base do Governo, mas estamos aqui para dizer "não" ao veto. Estamos aqui para dizer que continuamos votando da mesma forma que votamos no 1º turno. Não foi à toa que, quando procurados pela liderança do sindicalismo pedindo-nos a apresentação de emenda na Comissão de Administração Pública, ouvindo suas argumentações e justificativas, consideramos que apenas elas seriam suficientes para que acatássemos o pedido do Renato Barros e apresentássemos a emenda, bem como para que ela fosse aprovada e referendada pelos Deputados.

Por isso, considero a derrubada do veto necessária, e precisamos, no mínimo, de continuar em sintonia com o comportamento de ontem, quando derrubamos o primeiro veto e deixamos as pessoas que estavam lotando as galerias satisfeitas e felizes. A Assembléia demonstrou, mais uma vez, que tem um termômetro bem afinado com a vontade dos servidores públicos, retratando isso em suas votações. Há uma série de argumentações que poderíamos utilizar. Entendemos que precisamos derrubar mais esse veto do Governador.

Ouvimos o pronunciamento de outros Deputados, e quero deixar claro que o Governo anterior deixou sua marca registrada no que diz respeito ao comportamento para com esse funcionalismo que aqui se encontra. E os servidores não querem mais ver essa marca. Foram quatro anos de massacre, sem um canal de diálogo sequer, sem uma conversa ou uma aproximação que permitisse que a base do Governo pudesse negociar. Hoje, podemos até dizer que o Governador não recebeu as lideranças sindicais da maneira como gostariam de ser recebidas para discutir a matéria. Mas, em compensação, o Líder do Governo e os Deputados que compõem sua base têm dado vez e voz a esses servidores, o que o Governo anterior não fazia. Ele se calou, trancando-se no Palácio da Liberdade. Não teve sensibilidade sequer para promover o diálogo.

É por tudo isso que estamos sem reajuste salarial há sete anos. São quatro anos do Governo anterior. A razão para eu estar ocupando esta tribuna é o descaso do Governo anterior, do ex-Governador Eduardo Azeredo para com o funcionalismo público. Ele sucateou a Polícia Militar, a Polícia Civil, entregou os servidores às baratas, como se diz no jargão popular. Um companheiro nosso - Soldado Jaime - chegou até a praticar o suicídio após furtar duas latas de leite em pó na região de Venda Nova. Foram inúmeras e devastadoras as consequências de um Governo que sequer abriu um canal de diálogo para negociar com os servidores.

Rechaçamos qualquer tipo de pronunciamento que vá em direção à pessoa do Governador Itamar Franco. Dizem que o Governador passeia muito, vive muito fora do Palácio da Liberdade. Disse há poucos instantes ao coordenador do sindicato, Sr. Renato Barros, que, mesmo o Governador passeando tanto, ficando tanto tempo fora, como diz a Oposição, tem sensibilidade e feito muito mais do que o Governo anterior, que ficava todos os dias no Palácio. Só não ficou em um dos momentos que mais precisava: quando eclodiu o movimento das polícias no Estado, ele foi passear na Europa logo depois de uma manifestação em praça pública, mais precisamente com as passeatas de 13 e 24 de junho de 1997, que ficaram conhecidas como marco histórico nas Polícias Civil e Militar de Minas, bem como a participação dos Agentes Penitenciários. Rechaçamos esse tipo de denúncia, de pronunciamento pelos Deputados que me antecederam.

Entendemos que qualquer tipo de comparação entre o Governador Itamar Franco e o ex-Governador Azeredo é, no mínimo, injusta, tendo em vista que o Governo pegou o Estado em situação de calamidade, com falta de pagamento aos fornecedores durante três anos, com o controle acionário da CEMIG entregue a grupos norte-americanos, sem a devida quitação do 13º salário de 1998, com um rombo de R\$1.500.000.000,00 do IPSEMG desviado para o caixa único, com R\$900.000.000,00 do IPSM desviados para o caixa único e assim por diante.

O Sr. Walfrido dos Mares Guia destruiu praticamente tudo que havia no setor da educação. O Vice-Governador fazia uma parceria brilhante, espetacular: na cabeça de chapa, Azeredo; como vice, Walfrido. Foi a dupla que verdadeiramente conseguiu passar um rolo compressor no Estado e deixá-lo entregue às baratas.

Quando eleito, o Governador Itamar Franco encontrou um caos e tentou recuperar os pedaços que ficaram, pagando dívidas e mais dívidas. Há também aquela dívida que o Governo Azeredo pegou com juros de 7% e elevou a 13%, causando uma dívida enorme. Hoje, o Governador tem de depositar nas contas da União cerca de R\$120.000.000,00 todos os meses, ficando difícil governar Minas Gerais, fazer investimentos. É por isso que não vemos grandes obras realizadas neste Governo e o Governador não está endividando cada vez mais o Estado com empréstimos a juros exorbitantes, como ocorreu no Governo anterior, na renegociação daquela dívida.

Teria motivos de sobra para estar fazendo paralelo entre os dois Governos, mas tenho consciência de que o mais importante a ser tratado é a situação dos servidores do setor administrativo da saúde. Entendo que, se o Técnico Administrativo, o Auxiliar Administrativo, o Agente Administrativo têm hoje um salário da ordem de R\$500,00, como é o caso do Motorista, do Auxiliar de Serviços Gerais, é mais do que justo que estendamos esse aumento a eles. Sabemos que o poder de compra desse salário está completamente corroído pela inflação e entendemos que é mais do que justo que venhamos a estender o aumento a todos, em uma mesma Secretaria. Não poderia conciliar em minha cabeça que, na Polícia Militar - esse foi um dos grandes motivos e a gota d'água para que tudo aquilo acontecesse em junho de 1997 -, o aumento seria apenas para os oficiais.

As praças - Soldados, Cabos, Sargentos e Subtenentes - iriam mandar uma mensagem à Assembléia. Tal mensagem foi mandada à Assembléia apenas depois que estávamos na rua, manifestando-nos.

Vocês têm de estar presentes nas galerias, pedindo aos Deputados que derrubem o veto, agindo, assim, em sintonia com o que foi votado em 1º e 2º turnos.

Espero que os Deputados do PFL, do PSB e do PSDB, que estão na Oposição, tenham sensibilidade e derrubem o veto, porque fomos nós mesmos que apresentamos e votamos a matéria. Não há mais necessidade de ficarmos fazendo paralelo entre os Governadores Itamar Franco e Eduardo Azeredo. Temos de discutir o que votamos favoravelmente no 1º e no 2º turnos e derrubar o veto do Governador.

O Deputado Antônio Andrade, Líder do Governo, tem procurado sentar-se com o sindicato, discutir a matéria, conversar com os Deputados da Situação e da Oposição, na busca de uma solução para a votação da matéria.

Não procede o argumento de que, se concedermos aumento de 30% para o servidor administrativo da Secretaria, teremos de estendê-lo aos demais. Na emenda, ficou claro que os beneficiados seriam os servidores da administração da saúde. Portanto, aquele que se transfere para outro órgão não recebe mais o reajuste. Não podemos, portanto, permitir que esse argumento vá adiante.

Fica um apelo ao Deputado Antônio Andrade. Vamos discutir a matéria e votá-la, mas atendendo aos anseios dos servidores da administração. Não podemos permitir que uma parcela de servidores seja alijada do aumento salarial. Como lidar com os médicos e os enfermeiros da Secretaria, sabendo que votamos um projeto que os beneficiou, e, ao mesmo tempo, deixamos de lado os servidores que dão suporte para que a linha de execução da Secretaria cumpra bem sua tarefa? É o mesmo que dar aumento para a área operacional, que trabalha no combate ao crime, e não para o Delegado, o Soldado, o Sargento, o Escrivão, o Detetive, o Inspetor, que trabalham cumprindo a parte burocrática.

É inegável que se tem de fazer um enxugamento da máquina burocrática na polícia. Todos têm formação policial, e temos defendido constantemente a substituição de funcionários, para que a administração seja também levada às ruas, já que temos o grave problema de segurança pública no Estado. Mas não podemos deixar que o Cabo que trabalha atendendo ao telefone venha a ganhar menos que os que estão na rua. Isso vale também para a Polícia Civil.

Não há argumentação que nos convença de que temos de manter o veto do Governador. Não podemos admitir que o servidor da administração fique sem o reajuste salarial que foi dado aos médicos, técnicos de laboratórios, auxiliares de enfermagem, chefes de gabinete e diretor. É necessário que se faça justiça, mesmo porque essas categorias têm uma carga horária de 4 horas, e o setor administrativo, de 6 horas. Nunca é justa a prática de dois pesos e duas medidas.

Não é à toa que sempre lembro que o símbolo da justiça é uma balança. Nela, há dois pratos, e tem de haver equilíbrio para que a justiça seja feita. Se uma parcela dos servidores da Secretaria da Saúde recebeu esse aumento, a outra parcela também tem de receber. Não consigo imaginar que servidores que fazem a parte burocrática, encaminham tudo o que os técnicos e os médicos precisam, dão esse suporte, na hora de receber o pagamento, fiquem alijados de aumento salarial.

Não me estenderei muito mais, porque já sabemos que tanto os servidores quanto os Deputados querem votar essa matéria coesamente, com sintonia com o que foi votado na data anterior.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Sr. Presidente, Deputado Olinto Godinho, Deputado Sargento Rodrigues, essas matérias vêm colocar pingos nos "is". Realmente, consertaram-se alguns erros. O Governador Itamar Franco tem tido um carinho todo especial com o funcionalismo público e tem recebido apoio da Assembléia em todas as matérias com relação ao funcionalismo público. Os funcionários da área da saúde têm sido esquecidos durante muito tempo. E não há como um médico fazer seu serviço em um posto de saúde ou em um hospital sem o apoio do setor administrativo. Hoje temos de pedir aos Deputados que desçam, participem, para que possamos votar esses vetos. Há um veto importante, como o que já está negociado com o Governo do Estado, que é a gratificação de eficiência de serviço para os funcionários da UNIMONTES. Os funcionários da área da saúde da UNIMONTES trabalham muito bem, no Hospital Clemente Faria e na Policlínica da Faculdade de Medicina de Montes Claros, trazendo produção e fatura para o SUS. Seus companheiros da FUNED, da HEMOMINAS ou da FHEMIG recebem incentivo de gratificação por essa produção de faturamento. Aos da UNIMONTES, é negado isso. Então, estaremos também votando esses projetos. É importante que os Deputados estejam presentes, para atender a essa parcela do funcionalismo que ainda não tinha sido atendida pelo Governador Itamar Franco. Daí para a frente, poderemos tratar de outras matérias relevantes. Refiro-me à cidade de Rio Pardo de Minas, aonde chega hoje a empreiteira Hermeto Costa, que começará a fazer tratamento de esgoto e elevatórias de esgoto. Desde 1997, nós nos dedicamos a essa obra, e hoje a COPASA está chegando com essa empreiteira, para atender o saneamento básico daquela cidade.

Também em Rio Pardo de Minas, no dia 15 de abril, será finalmente homologada, depois de mais de 20 anos de trabalho, de muita dedicação, o Governador Itamar e o Secretário Murílio Hingel autorizaram a licitação da Escola Marlene Carlos. São R\$800.000,00 para a construção dessa escola. A empresa vencedora já participou da licitação, e, dia 15 de abril, termina o prazo para atendimento desse pessoal. Em Rio Pardo, tanto o Prefeito Edson Paulino quanto o Vice-Prefeito, os Secretários, D. Antonina, da área da saúde, a Igreja, o Padre Ivan, os Vereadores, presididos pelo Tuchinha, o Vereador Newtinho, a Beta, o Jorginho, vários deles, o Gera, a D. Raimunda, que já foi Prefeita da cidade, todos estão muito interessados nessas matérias.

Há outras matérias para discutir na Assembléia, como o projeto que modifica a Lei Robin Hood, que vai levar mais recursos para os municípios mais pobres, porque os mais ricos, que já têm empregos, têm o VAF maior, estão recebendo indevidamente 4,6%.

Precisamos votar esses vetos com a maior urgência possível para que possamos tratar de outras matérias, como outros pontos importantes como esses que falamos. Muito obrigado, Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradecemos o aparte do Deputado Sargento Rodrigues. Realmente, só com a votação dos vetos, é que vamos desemperrar essa pauta. Enquanto não votarmos os vetos, não poderemos votar outras matérias como outras também na área de segurança pública, matérias de extrema relevância para a população de Minas Gerais.

Esses salários de R\$400,00, R\$450,00, R\$500,00, R\$700,00, pagos hoje aos servidores administrativos não dão para atender às necessidades vitais básicas do servidor: transporte, moradia, alimentação, vestuário, saúde, etc. Portanto, esse aumento que deverá ser votado pelos Deputados irá minimizar os problemas desses servidores, gerados por um longo período sem reajuste.

Neste momento, faço um apelo ao Governador Itamar Franco para que tenha a sensibilidade, como sempre teve, de um grande estadista e entre em contato com o Deputado Antônio Andrade para que libere a votação desse veto. Pedimos a V. Exa. que solicite à bancada que dá sustentação ao Governo nesta Casa que derrube o veto a fim de que V. Exa. efetive o reajuste salarial para esse setor. Sabemos que o Governador é uma pessoa sensível, sensata, coerente e, acima de tudo, quer ver o servidor público de Minas Gerais cada vez melhor.

Fica o apelo deste Deputado, que acompanha a sua trajetória, respaldou a sua candidatura desde o primeiro momento, em 1998, quando o apoiamos. Não é porque essa emenda foi feita pelo Deputado Sargento Rodrigues, mas porque há coerência nela, busca de igualdade de direitos, de justiça para com os servidores desse setor. Que o Governador possa, realmente, fazer essas famílias felizes, atendendo a esse pleito, acima de tudo, justo e necessário para o seu sustento.

Sr. Presidente, o nosso encaminhamento é pela derrubada do veto. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Deputado Olinto Godinho, e Deputado Arlen Santiago, presentes a esta reunião, sei que ainda há comissões em funcionamento, mas, dada a relevância da matéria que queremos discutir e tendo em vista que tenho um estudo sobre o assunto, solicito a V. Exa. o encerramento, de plano, da reunião, pedindo que me seja garantido o tempo de discussão na próxima reunião.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição do número regimental.

O Sr. Secretário (Deputado Arlen Santiago) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente (Deputado Olinto Godinho) - Responderam à chamada oito Deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À Constituição nº 66/2001

Às dez horas e trinta e três minutos do dia nove de outubro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Alberto Bejani e José Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por ser esta a primeira reunião da Comissão, destinada a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar relator da matéria no 1º turno. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado José Henrique para atuar como escrutinador. Realizada a votação, o escrutinador anuncia o seguinte resultado: para Presidente foi eleito o Deputado Alberto Bejani e para Vice-Presidente, o Deputado José Henrique, ambos com três

votos. Ato contínuo, o Presidente "ad hoc" faz a proclamação dos Deputados eleitos e, logo após, declara empossado como Presidente o Deputado Alberto Bejani, a quem convida para tomar assento à mesa e passa a Presidência da reunião. O Deputado Alberto Bejani agradece a escolha de seu nome e, em seguida, declara empossado como Vice-Presidente o Deputado José Henrique. Após, o Presidente designa o Deputado Ermano Batista como relator no 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2002.

Alberto Bejani, Presidente - Ermano Batista - Dilzon Melo.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 345ª reunião ordinária, em 17/4/2002

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.061, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2002. Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Dilzon Melo opinou pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.024, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimento bancário. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.026, que dispõe sobre a exigibilidade de demonstrativo detalhado do serviço prestado pelas operadoras de telefonia no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.042, que proíbe empresa concessionária de serviço público de água, energia elétrica ou telefonia de efetuar a suspensão do fornecimento residencial de seu serviço nos dias que especifica e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.055, que dispõe sobre a política de proteção à fauna e à flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aqüicultura no Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.063, que dispõe sobre a exploração e a fiscalização de loterias de bingo pela Loteria do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.052, que institui gratificação-saúde para servidor do Quadro Especial de Pessoal da Secretaria da Saúde e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.048, que dispõe sobre o pagamento de débitos decorrentes da propriedade de veículo automotor. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Mauro Lobo opinou pela rejeição do veto.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 15.050, que dispõe sobre o Programa de Fomento ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado de Minas Gerais - Micro Geraes. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva opinou pela rejeição do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 80ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10h30min do dia 17/4/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 971/2000, do Deputado Fábio Avelar; 1.833/2001, do Deputado Ivair Nogueira; 1.015/2000, do Deputado Arlen Santiago; 1.372/2001, do Deputado Rogério Correia; 1.460/2001, do Deputado Pastor George; 1.764/2001, do Governador do Estado; 1.844/2001, da Deputada Maria José Haueisen; 1.889/2001, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.926/2001, do Governador do Estado; 2.017/2002, do Deputado Antônio Júlio; Projeto de Lei Complementar nº 46/2001, do Deputado João Leite.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta e ouvir convidados para debater o Projeto de Lei nº 1.372/2001, do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 92ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 17/4/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte(Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.907/2001, do Deputado Luiz Menezes.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.151 e Cunha; 1.837/2001, do Deputado Márcio Cunha.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 88ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 14h30min do dia 17/4/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.865 e 1.912/2001, 1.939 e 1.969/2002, do Governador do Estado; 1.948/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.688/2001, do Deputado Luiz Menezes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 81ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 18/4/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.218/2002, do Deputado Geraldo Rezende; 3.238/2002, do Deputado Márcio Kangussu.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 17/4/2002, destinadas, ambas, à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 15.061, que estima as receitas e fixa as despesas do Oramento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2002; 15.024, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimento bancário; 15.026, que dispõe sobre a exigibilidade de demonstrativo detalhado do serviço prestado pelas operadoras de telefonia no Estado; 15.042, que proíbe empresa concessionária de serviço público de água, energia elétrica ou telefonia de efetuar a suspensão do fornecimento residencial de seu serviço nos dias que especifica e dá outras providências; 15.055, que dispõe sobre a política de proteção à fauna e à flora aquáticas e de desenvolvimento da pesca e da aqüicultura no Estado e dá outras providências; 15.063, que dispõe sobre a exploração e a fiscalização de loterias de bingo pelo Loteria do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 15.052, que institui gratificação-saúde para servidor do quadro de pessoal da Secretaria da Saúde e dá outras providências; 15.048, que dispõe sobre o pagamento de débitos decorrentes da propriedade de veículo automotor; e 15.050, que dispõe sobre o Programa de Fomento ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado de Minas Gerais - Micro Geraes -; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 16 de abril de 2002.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 70

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Antônio Carlos Andrada, Cristiano Canêdo e Eduardo Brandão, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/4/2002, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2002.

Geraldo Rezende, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Agostinho Silveira, Ailton Vilela, Durval Ângelo, Eduardo Hermeto, Ermano Batista e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/4/2002, às 11h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.988/2002, do Deputado João Paulo; 1.762/2001, do Governador do Estado; 1.964/2002, do Deputado João Paulo; 2.004/2002, da Comissão Especial do Esporte; 2.007/2002, do Deputado Diniz Pinheiro; 2.026/2002, do Deputado Ivair Nogueira; 2.030/2002, do Deputado Luiz Fernando Faria; 2.048/2002, do Deputado Cristiano Canêdo; 2.055/2002, do Deputado Olinto Godinho; 2.064/2002, do Deputado Arlen Santiago; 1.815/2001, do Deputado Fábio Avelar; 1.891 e 1.959/2002, do Deputado Bené Guedes; 2.019/2002, do Deputado Ivo José; 2.023/2002, do Deputado Márcio Kangussu; 2.031/2002, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.033, 2.034 e 2.036/2002, do Deputado João Leite; 2.037/2002, do Deputado Márcio Kangussu; 2.039/2002, do Deputado Paulo Pettersen; 2.040/2002, do Deputado Rêmoló Aloise; 2.041/2002, do Deputado Cristiano Canêdo; 2.042/2002, do Deputado Marcelo Gonçalves; 2.044/2002, do Deputado Edson Rezende; 2.046/2002, do Deputado Ivair Nogueira; 2.067/2002, do Deputado Djalma Diniz; 2.075, 2.077 e 2.079/2002, do Deputado Antônio Andrade.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2002.

Geraldo Rezende, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Dalmo Ribeiro Silva, João Pinto Ribeiro e José Henrique, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/4/2002, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a atual situação do Instituto Estadual de Educação, tendo em vista denúncias apresentadas contra a Direção-Geral e a Presidência do colegiado desse órgão, de apreciar, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 521/1999, do Deputado Antônio Júlio; em turno único, o Projeto de Lei nº 2.032/2002, da Deputada Elaine Matozinhos, e os Requerimentos nºs 3.250 e 3.251/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2002.

Paulo Piau, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.032/2002

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De iniciativa da Deputada Elaine Matozinhos, a proposição sob comento tem por objetivo seja declarada de utilidade pública a Associação Patatas Tae-Kwon-Do Clube, com sede no Município de Uberlândia.

O projeto foi considerado jurídico, constitucional e legal pela Comissão de Constituição e Justiça e vem agora ao presente órgão colegiado a fim de ser apreciado conclusivamente, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

De acordo com o art. 3º de seu estatuto, a Associação tem por finalidade "o incentivo e a prática de artes marciais, especialmente na modalidade de Tae-Kwon-do, integrado ao estilo unificado kuk ki won e ainda ao hap ki do, expressão corporal, danças e fisiculturismo, bem como demais atividades relacionadas com as artes marciais (...)".

Devido à notória contribuição da entidade ao estímulo à atividade desportiva, de inegável importância ao pleno desenvolvimento das potencialidades do ser humano, entendemos que ela faz jus ao título declaratório de utilidade pública de âmbito estadual.

Conclusão

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.032/2002 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2002.

Paulo Piau, relator.

Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição Nº 66/2001

Comissão Especial

Relatório

De autoria de um terço dos membros da Assembléia e tendo como primeiro signatário o Deputado Alencar da Silveira Júnior, a proposição em exame objetiva acrescentar artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado.

Compete a esta Comissão Especial emitir parecer sobre a matéria, nos termos regimentais.

Fundamentação

A Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2001 tem por objetivo aditar o seguinte artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

"Art. 111 - Os Policiais Cíveis designados para prestarem serviços em Seção Técnica de Criminalística e para efetuar as perícias que lhes forem atribuídas pelo Instituto de Criminalística do Estado de Minas Gerais, Chefia de Divisão e Chefia de Delegacia Regional de Segurança Pública, passam a integrar o quadro efetivo de Perito Criminal, com os vencimentos e as vantagens da classe inicial da carreira.

Parágrafo único - Os servidores de que trata este artigo farão jus à promoção na carreira por merecimento e antiguidade".

Na verdade, a proposição visa a adequar juridicamente a situação funcional de servidores que, conquanto exerçam de fato as atribuições típicas de Perito Criminal, não desfrutam dos direitos e vantagens inerentes a esse cargo. Assim, não obstante terem os mesmos encargos dos Peritos Criminais e se sujeitarem aos riscos próprios da função, tais servidores não recebem os vencimentos nem as vantagens do cargo e ainda ficam impedidos de receber o benefício da promoção, visto não estarem devidamente enquadrados na carreira, mas tão-somente designados para o exercício da função.

Trata-se, pois, de conferir reconhecimento jurídico a uma situação fática já consolidada, pois todas as designações de que trata o projeto são anteriores à data da promulgação da Constituição Federal de 1988, de modo que os servidores designados têm larga experiência no exercício das atribuições próprias de Perito Criminal, possuindo, inclusive, os cursos exigidos pela ACADEPOL para o bom desempenho de suas atribuições.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2001.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2002.

Alberto Bejani, Presidente - Ermanno Batista, relator - Dilzon Melo.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

341ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 9/4/2002

O Deputado Amílcar Martins* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, os noticiários de ontem à tarde, nas rádios de Minas Gerais, e de hoje, nos jornais, anunciavam com estardalhaço: Minas está sem governo. Isso foi visto, por exemplo, na pág. 3 do jornal "Estado de Minas" e em vários

outros jornais do Estado. É claro que se trata de uma abordagem equivocada do problema. Se tivesse sido dito nas rádios de Minas, nas televisões e nos jornais que o Estado continua sem governo, haveria mais exatidão na informação. De qualquer maneira, não posso deixar de subir a esta tribuna para registrar o protesto veemente meu e do povo de Minas Gerais contra mais esse descaso, essa desconsideração do Governador Itamar Franco para com o nosso povo, que, bem ou mal, o elegeu Governador do Estado.

Isso acontece num momento de caos político e administrativo em Minas Gerais. As denúncias sobre corrupção e malversação do dinheiro público surgem de todos os lados. Ainda nesses dias, numa manifestação veemente, um Conselheiro do Tribunal de Contas, Sylo Costa, dizia, com clareza, que queria saber por que só a empreiteira que constrói o aeroporto de Juiz de Fora está recebendo em dia.

Vários representantes da sociedade mineira e vários Deputados - por uma questão de justiça, cito aqui o Deputado Mauro Lobo - estão chamando a atenção do povo de Minas Gerais para o descontrole das contas públicas no nosso Estado.

No jornal de domingo, dia 7/4, o Deputado Mauro Lobo reiterou que a dívida do Estado com fornecedores chega a R\$7.300.000.000,00. Na história de Minas Gerais, e não apenas na história republicana, mas em todo o período de 300 anos da história gloriosa do nosso Estado, desde que era capitania e província, nunca se deveu tanto, com tanta irresponsabilidade e com tanto descaso. Hoje, mais uma vez, o descontrole fiscal e financeiro do Estado é manchete nos jornais mineiros, quando se fala que a dívida flutuante de Minas cresce 31,6%, como consta em um relatório da Secretaria da Fazenda. Com serviços, juros, encargos e parcelas vencidas, o débito subiu R\$207.000.000,00, fechando em R\$473.000.000,00. O crescimento foi de 77,8% em relação ao ano de 2000.

O Estado está literalmente abandonado. As coisas acontecem aqui com um descontrole absoluto, porque temos um Governador que esteve ausente desde o seu primeiro dia de mandato. Aparentemente, está disposto a encerrar a sua passagem pelo Governo absolutamente ausente e descomprometido com as questões do nosso Estado. É um Governo que teve a chance de fazer o ajuste fiscal que outros Estados fizeram. No período compreendido entre 1995 e 1998, a inflação brasileira foi controlada, e, portanto, o compromisso fixo e efetivo de despesas dos Estados aumentou muito, porque não havia o mecanismo da inflação para ser manipulado pelo Governo às custas dos salários dos funcionários públicos. O que se fazia no Brasil era isso, ou seja, atrasavam a reposição, as perdas salariais causadas pela inflação durante um, dois ou três meses. Com isso, restabelecia-se o equilíbrio das contas públicas do Estado. Mas a partir de 1995 isso não foi mais possível, por causa da estabilidade da economia brasileira e da inflação desprezível que se estabeleceu em nosso País. A partir do último Governo, os Governos estaduais brasileiros tiveram a grande oportunidade de restabelecer o equilíbrio das contas públicas, não pelo lado das despesas, porque existe grande rigidez nas despesas públicas, mas pelo lado da receita, por uma razão muito simples e conhecida de todos: o ICMS cobrado em cima do aumento do preço dos combustíveis, das tarifas de eletricidade e de telecomunicações permitiu aos Estados brasileiros estabelecer, da maneira mais fácil e menos penosa, sem custo social algum, o equilíbrio das contas públicas, porque houve aumento de receita. No caso de Minas Gerais, esse dado é confirmado pela Secretaria da Fazenda, ou seja, mais de R\$200.000.000,00 por mês, todos os meses, sem mérito daquela Secretaria para aumentar a receita. Repito: a receita aumentou por causa do aumento do preço dos combustíveis, das tarifas de energia elétrica, das tarifas de telecomunicações, entre outros.

No entanto, ao invés de Minas Gerais conseguir o equilíbrio das suas contas públicas, o Governador Itamar Franco hoje está sujeito, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a sair preso do Palácio da Liberdade, por não cumpri-la em várias de suas determinações.

O Deputado Alberto Bejani - Um aparte, Deputado?

O Deputado Amílcar Martins* - Ainda hoje a "Folha de S. Paulo" publicou que "seis Estados estouraram o limite da dívida" e, evidentemente, Minas Gerais faz parte desse seleto grupo de Estados não cumpridores de suas obrigações.

Vou conceder aparte ao Deputado Alberto Bejani. Antes, porém, vou terminar o meu raciocínio rapidamente.

Dizia, então, que Minas Gerais continua sem governo. E para espanto de todos, a informação que nos vem é que o Governador Itamar Franco está de férias, está descansando. É um escárnio, é um desrespeito, é uma brincadeira de mau gosto com todos os mineiros. Ele está descansando de quê? Do seu trabalho como Governador? Por que está exausto? Qual o motivo da exaustão do Governador?

Ele precisa de umas férias, mas não se sabe se está no Rio ou se foi para o exterior. Apenas faz questão de manter sigilo, para o povo de Minas Gerais e a Assembléia de Minas Gerais, a respeito da informação de seu paradeiro. Será que, mais uma vez, está de volta a Foz do Iguaçu? Está de volta a Ciudad, no Paraguai, para comprar muamba, como foi flagrado há alguns meses? Não, Srs. Deputados, meus amigos, o Governador está exausto por outro esforço que fez, está de ressaca devido a um esforço malsucedido: tentou, desesperadamente - e olhem que, quando eu disse isso, as pessoas não acreditaram -, viabilizar-se como candidato a Vice-Presidente na chapa do Senador José Serra.

Dissemos isso de viva voz na Rádio Itatiaia e em outras emissoras, além de ser publicado em jornais: o Governador Itamar Franco está se oferecendo de maneira inadequada, de maneira indevida - e até usei uma expressão forte -, está se oferecendo despididamente para se viabilizar como candidato a Vice-Presidente na chapa do Senador José Serra, sem compromisso com coerência, sem compromisso com seu passado, sem compromisso com sua trajetória, sem compromisso com seu passado recente, que são três anos de desrespeito, de insultos, de covardia contra o Presidente Fernando Henrique Cardoso, contra o Governador Eduardo Azeredo e contra todos nós, do PSDB. No entanto quis, desesperadamente.

Para que fique registrado nos anais desta Casa, repito parte da coluna do jornalista Batista Chagas Almeida, no "Em Dia com a Política", da sexta-feira, 5 de abril, pág. 2 do jornal "Estado de Minas": "A Itamar, restou o ônus de uma iniciativa política infrutífera e desgastante. Nas palavras de um aliado seu, o que torna o comentário insuspeito, 'oferecer-se como vice, depois de ter batido tanto no Governo FHC, é um horror. Ter sido rejeitado é pior ainda'."

Havia dito isso aos jornalistas, e muitos não acreditaram. Hoje, na coluna do jornalista Baptista Chagas Almeida, mais uma vez, está a confirmação disso: ele foi rejeitado. Ele tentou e foi duplamente derrotado, tentou e não conseguiu. Foi rejeitado pelos seus companheiros de partido e pelos meus companheiros de partido. Foi rejeitado pelo PMDB e pelo PSDB. Foi rejeitado por todo o mundo. Eu dizia isso, e, mais uma vez, o Baptista, com precisão, reafirmou que o ódio do Governador Itamar Franco, neste momento, está voltado para Newton Cardoso e para o Senador José Serra. Por que o Senador José Serra? Ele diz: "De Serra, Itamar reclama da falta de empenho. O ex-Ministro da Saúde, assustado com a reação de seu coordenador de campanha, o ex-Ministro Pimenta da Veiga, e do ex-Governador Eduardo Azeredo, deixou aberta a possibilidade de ter Itamar...".

Essa é a realidade dos fatos. O Governador está ausente, Minas está abandonada, com sua dívida na estratosfera, com um desgoverno, com denúncias de corrupção, de falta de coordenação política, de falta de ação administrativa, e o Governador está descansando, está exausto. Na verdade, ele está com ressaca, por ter sido rejeitado, por ter sido preterido. Para a honra de Minas e dos mineiros, dissemos "não". Disse, também, e repito aqui: temos vergonha na cara, Governador Itamar Franco. Temos e teremos. Fazemos política com coerência, fazemos política com lealdade, fazemos política com nossos aliados, repudiamos qualquer aproximação, qualquer tentativa de aproximação, de interlocução política com adversários desleais, com pessoas que dedicaram os últimos anos a nos insultar e a nos desrespeitar. Minas lava sua alma. Nós, mineiros, lavamos nossa alma com o repúdio manifestado pela direção nacional do PMDB, pela direção nacional do PSDB, pela direção regional do PSDB, por todos nós, a mais essa tentativa do Governador Itamar Franco de desrespeitar as regras do convívio político. Ele

será vice de quem ele quiser, mas de nós, não. Não o aceitamos.

Nós, de cabeça erguida, traçaremos nosso rumo, tomaremos nossas decisões e, dessa forma, resgataremos a dignidade para a vida política de Minas Gerais. O tema é extenso, e peço desculpas aos dois Deputados aos quais não pude conceder aparte, mas voltarei outras vezes a esta tribuna, porque esse assunto merece ser exaustivamente examinado por todos nós, mineiros. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Wanderley Ávila, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos honram com sua presença nesta reunião da tarde, povo de Minas Gerais, um assunto muito grave me traz novamente à tribuna da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, talvez repetindo vários pronunciamentos que se sucederam ao longo desses últimos dois meses. Falo sobre a violência que chegou à cidade de Montes Claros e tem causado uma preocupação muito grande à população da nossa cidade. Refiro-me à violência que se instala e toma proporções imensuráveis, nas portas das escolas, principalmente causada pelo tráfico de drogas de Monte Claros. O jornal de Montes Claros desta última semana traz duas matérias. A primeira diz: "Quem não usa apanha". A segunda: "Traficantes agredem estudantes que não querem comprar drogas". Vejam bem a que situação chegamos. Há pouco tempo, sabíamos que os traficantes, esses elementos absolutamente perniciosos não só à sociedade, mas à vida humana, tinham ações nas portas das nossas escolas. Como se isso não bastasse, entram nas escolas e querem, a todo custo, vender as drogas aos estudantes. Quem não as compra apanha e é ameaçado. A reportagem é do dia 6 de abril. (-Lê:) "Traficante agride estudantes que não querem comprar drogas". O caso é grave. Os traficantes de drogas estão atuando nas portas das escolas primárias de Montes Claros, oferecendo drogas aos alunos. Aqueles que se recusam a receber maconha ou pedras de "crack" são agredidos fisicamente pelos traficantes. Foi o que ocorreu às 12 horas de quinta-feira, nas proximidades da Escola Crisantino Borem, com o estudante J.R.F.N., de 12 anos.

Ao deixar a escola para ir embora, o aluno foi abordado por um traficante conhecido por Quin, residente no Bairro Itatiaia (antigo Bairro Murici), oferecendo tóxicos ao adolescente. Ao recusar a receber a droga, o estudante foi agredido a tapas, socos, chutes, sendo ainda, ao tentar fugir, apedrejado por traficante.

Ao chegar em sua residência apresentando escoriações no corpo, o estudante contou à sua mãe, Maria do Rosário Fonseca, Auxiliar de Saúde, os motivos de sua agressão. Acionada pela genitora do menor, a PM realizou rastreamento, mas não conseguiu localizar o traficante Quin, que faz o comércio de drogas livremente nas portas das escolas. A Polícia Militar e a Civil combaterão o tráfico de drogas nas escolas de Montes Claros.

Nesse mesmo jornal, em outro bairro de Montes Claros, os traficantes instalaram o toque de recolher. A partir das 22 horas, ninguém pode transitar pelas ruas dos bairros. Há o toque de recolher, e só sai de casa cidadão, principalmente a juventude, para ir ou voltar da escola, se houver aquiescência, boa-vontade dos marginais, dos traficantes, mostrando claramente a impunidade e o que está acontecendo em Montes Claros.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Quero cumprimentar V. Exa. por trazer a esta tribuna um assunto da mais alta relevância no Estado, que é a questão da insegurança. Um dos principais fatores que influenciam no crescimento dessa insegurança, comprovadamente, é o tráfico de drogas.

Gostaria, para colaborar com V. Exa., de mencionar a matéria publicada no jornal "Estado de Minas" de segunda-feira, dia 8 de abril, que destaca "Dívida de drogas faz três vítimas na Região Metropolitana de Belo Horizonte". Tentei me inscrever para fazer um pronunciamento, no entanto, o tempo não deve permitir. Então, de antemão, já agradeço o aparte permitido.

Mas gostaria de falar sobre a morte de um companheiro que tivemos, o soldado José Santana de Azevedo, morto em operação na favela do Jardim Teresópolis neste final de semana. Os motivos também foram o combate ao tráfico de drogas. Entendemos que mais do que nunca temos que estar preocupados em nos dar as mãos e cobrar das Polícia Militar e Civil, especialmente a região de V. Exa., com o Cel. Mauro Gregório, Comandante da 3ª Região da Polícia Militar, responsável pela polícia ostensiva. Não podemos permitir que as escolas públicas de Montes Claros ou de qualquer cidade do Estado sejam comandadas, supervisionadas, até com toque de recolher, por traficantes.

Cumprimento V. Exa. e quero dizer que outro dia parabeneizei o jornalista da Itatiaia Laudívio Carvalho, que disse que naqueles episódios a Polícia Militar foi firme em sua ação. É assim que queremos a nossa polícia, reprimindo a ação dos delinquentes. Como V. Exa. disse muito bem, são vermes que a sociedade hoje tem em seu seio. Não podemos permitir que o nosso Estado e a família mineira sejam violados de forma tamanha pela ação de narcotraficantes.

O Deputado Carlos Pimenta - Obrigado pelo aparte.

Faço esse desabafo nesta tarde mostrando que os nossos filhos, principalmente aquelas crianças, jovens e adolescentes que estudam e são chamados para dentro das escolas pelos governos que fazem esforço sobrenatural para dotar as escolas de boas condições físicas e bons professores, correm esses riscos exatamente na porta das escolas.

No ano passado, tive a honra de apresentar à Casa um projeto de lei, que hoje é lei, em que se criou a Ronda Escolar. Ocorre que o nosso projeto, apresentado no ano 2000, foi votado e sancionado pelo Governo de Minas e copiado por outros Governos, principalmente do Sul do País, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e por mais dois Estados do Centro-Oeste brasileiro. Nesses Estados os projetos foram transformados em leis e já estão sendo implementados. Os Governos já cumprem os programas de ronda escolares nas escolas, com a ronda policial, com a ronda educativa e com a ronda de assistência social.

Em Minas Gerais, Estado que primeiro criou a sua lei, infelizmente isso ainda está sendo discutido pelas Secretarias da Educação e da Segurança Pública. Então, a lei ainda não se concretizou verdadeiramente em ações para proteger as nossas escolas. Temos que procurar alternativas.

É claro que os traficantes sempre vão ficar impunes, mas se a sociedade não tomar uma posição firme, fazendo denúncias como as do "Jornal de Notícias", de Montes Claros será pior. Se as autoridades policiais militares e civis, os governos e os governantes não optarem verdadeiramente por programas de assistência de combate ao narcotráfico, volta e meia vamos deparar com notícias dessa natureza. E o policial militar vai perder a sua vida quando se confrontar com os traficantes.

Sabemos o quanto a Polícia Militar está desaparecida em Minas Gerais.

Tenho no meu gabinete, seguramente, mais de uma centena de ofícios de Prefeituras, de Câmaras Municipais, de guarnições policiais pedindo viaturas, que nunca chegam ao Norte de Minas. Parece que eles renovam as frotas de Belo Horizonte, do Sul de Minas ou de outros lugares e mandam os carros velhos para o Norte. Infelizmente, a Polícia Militar não tem condições de confrontar-se com os bandidos.

Ocorreu um episódio há 15 dias, quando bandidos de São Paulo foram roubar um Banco na cidade de Ubaí, e a Polícia, de uma maneira corajosa, conseguiu matar quatro bandidos. Agora fiquei sabendo que há uma ameaça dos marginais de São Paulo que querem invadir a delegacia de Januária, porque um dos bandidos está preso lá. Estão criando um desconforto e um medo terrível para a população de Januária. Cartas anônimas chegam à Câmara Municipal dizendo que irá para Januária um batalhão de marginais de São Paulo para resgatar o companheiro que está preso lá.

Fiquei sabendo que a Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional quer apurar o fato que aconteceu em Ubaí. Fico indignado. Sou pelos direitos humanos, mas temos que defender a vida de quem produz. A Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional quer passar a limpo o que aconteceu em Ubaí. Não querem saber dos policiais que morrem todos os dias, não querem saber dos seqüestros que acontecem todos os dias, das viúvas e dos órfãos que ficam, mas querem saber em que circunstância foram mortos quatro bandidos que saíram de São Paulo e foram roubar um Banco na cidade de Ubaí.

É necessário tomar atitudes corajosas. A Governadora do Rio, recém-empossada, em seu primeiro ato, aumentou em 1.800 o efetivo de policiais militares para fazer o policiamento ostensivo. Adquiriu 350 veículos novos para o Estado do Rio de Janeiro, e vemos Minas Gerais sendo tomada de assalto pelos bandidos. A fama que temos de ser um Estado seguro, de que nossas famílias estão seguras está indo por água abaixo por falta de assistência e prioridade para nossa Polícia Militar e nossa Polícia Civil. O Governo Federal, nas suas ações de combate à criminalidade, no ano passado, designa para o Estado de São Paulo R\$220.000.000,00, e para Minas Gerais, apenas R\$40.000.000,00, mais uma vez, numa atitude visivelmente contra nosso povo e nosso Estado. Vemos por aí policiais militares combatendo a criminalidade apenas com um revólver que têm a obrigação de comprar. Parece que até sua munição o policial é obrigado a comprar, e os traficantes com fuzis e armamentos cada vez mais sofisticados.

É por isso, Srs. Deputados, povo de Montes Claros, que vamos procurar o Comandante-Geral da Polícia Militar, o Sr. Secretário da Segurança Pública, cobrando inclusive o helicóptero que foi prometido para Montes Claros. A sociedade de Montes Claros se mobilizou construindo o hangar do helicóptero do 10º Batalhão, e esse helicóptero nunca apareceu em Montes Claros. Vamos mostrar a necessidade da próxima ação da Polícia Militar, de designar para a nossa região veículos novos, armamentos e condições para que a sociedade norte-mineira possa sentir-se verdadeiramente segura. Esses marginais que querem pegar nossas crianças na escola, obrigando-as a experimentar maconha e "crack", que estão forçando nossa juventude a experimentar drogas cada vez mais pesadas, colocando toque de recolher nas nossas ruas e nos nossos bairros têm, efetivamente, que ser recebidos a bala, como foram recebidos na cidade de Ubaí. Muito obrigado.

A Deputada Maria José Haueisen* - Sr. Presidente em exercício, Deputado Wanderley Ávila, Srs. Deputados, senhores e senhoras que me escutam nesta Casa, funcionários do Sind-Saúde, parabéns a vocês que se organizam, lutam, buscam seus direitos.

Senhores e senhoras, democracia é um processo de alto risco. O verdadeiro democrata não tem medo de perder espaço, não tem medo de enfrentar uma discussão e, ainda, não tem medo de ouvir, da Oposição, suas idéias e reivindicações. O verdadeiro democrata sabe que o diálogo é o melhor caminho para buscar soluções, sobretudo quando os problemas são polêmicos e necessitam de compreensão e paciência para serem resolvidos. O verdadeiro democrata, além de não se furtar ao diálogo, jamais usa a força e o poder para cassar a palavra daqueles que querem reivindicar e conseguir vitória nos seus direitos. Sabemos como os ditadores de todos os tempos e lugares se impuseram: dominaram, castigaram, cortaram cabeças de lideranças, mas sua vitória sempre foi uma vitória de Pirron. Não construíram democracia, não construíram cidadania, não construíram a história da libertação em canto algum e para nenhum povo.

Daí, senhores e senhoras, pessoas que nos escutam, Sr. Presidente em exercício, o meu espanto ao ter a notícia de que quatro cabeças rolaram nesta Casa, porque, como líderes, organizaram um movimento reivindicatório. Quatro cabeças de sindicalistas que se organizam para defender seus direitos. Assusta-me saber que o parlamento, que a Casa da palavra, não permita que seus funcionários se pronunciem, não permita que seus funcionários exerçam o direito fundamental do cidadão, que é falar, dialogar, reivindicar, buscar direitos. Preocupa-me demais saber que outros estão ameaçados. A manifestação que o SINDALEMG fez, na semana passada, nesta Casa, foi ordeira, pacífica, educada e até simpática. Os sindicalistas atuaram como qualquer sindicato organizado, como qualquer povo organizado se manifesta para conseguir alguma coisa. Não acredito que nenhum Deputado desta Casa tenha-se sentido ofendido ou agredido por ter sido procurado pelos sindicalistas que, festivamente, pediam o nosso apoio para seu movimento. Também não houve ofensa à Mesa Diretora. Muitos de nós fomos ou somos sindicalistas. Lembro-me de 1979, quando participei de uma greve histórica no Estado de Minas Gerais, uma greve de professores. Naquele tempo, reivindicávamos justiça no salário e qualidade para a educação. Foi uma greve em que houve muito sofrimento e angústia, mas foi vitoriosa. Vitoriosa, sobretudo, porque conseguimos fundar o Sind-UTE, um dos sindicatos mais organizados do Estado. Na segunda tentativa, em 1980, fizemos nova greve, no Governo de Francelino Pereira. Mal começamos, fomos ameaçados, punidos, castigados como exemplo para que ninguém mais ousasse levantar a cabeça.

Vários professores foram demitidos e perderam o cargo. Perdi o cargo de designada e fui suspensa por um mês do cargo efetivo. Para mim, foi um orgulho ter conservado a cabeça erguida e participado de tantas outras greves. Digo até que sou PhD em greve, por causa das tantas greves de que já participei. Já adquiri a experiência de como lutar para conseguir as coisas. As greves e os movimentos de professores fizeram-me muito bem. Eu vivia numa esfera familiar e eclesial, sem nenhuma cidadania, sem nenhuma preocupação que não fosse a minha família e a minha igreja e achava que tudo bastava por ali. Adquiri consciência da luta de classes, ajudei a fundar o sindicato dos professores. Foi o meu salto de qualidade para um mundo mais politizado e mais conscientizado. Daí foi um passo a mais para uma conscientização no partido político do qual me orgulho muito e tenho certeza de que muitos companheiros do nosso PT vieram exatamente desse movimento de organização dos professores.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Nobre Deputada Maria José Haueisen, estamos atentos ao pronunciamento de V. Exa. e quero fazer coro e endossar todas as palavras ditas por V. Exa. Não podemos permitir que esta Casa dê ao Estado de Minas Gerais o mau exemplo. Nós, democratas, nós, que participamos de movimentos reivindicatórios como é o caso de V. Exa. e deste Deputado, que surgiu num movimento reivindicatório, defendendo os interesses de uma classe, não nos podemos calar diante da situação que se coloca. Se o sindicato dos servidores estava reivindicando, estava reivindicando, como disse V. Exa., na mais plena democracia, numa paz, numa atitude de respeito a todos os Deputados desta Casa, bem como à Mesa e ao Presidente Deputado Antônio Júlio.

Não nos podemos calar neste momento, em que esses servidores querem ouvir a voz da democracia e os autênticos democratas e representantes do povo, porque somos nós os porta-vozes desses cidadãos, para dizer que repudiamos o ato, para dizer que esses servidores têm o direito de estar reivindicando aquilo que é justo, é coerente e que qualquer cidadão, neste Estado e neste País, deve estar reivindicando. Fica o nosso total apoio ao pronunciamento de V. Exa. Muito obrigado.

A Deputada Maria José Haueisen* - Muito obrigada, Sargento Rodrigues; V. Exa. já sofreu na pele, mas tenho certeza de que se orgulha da sua luta e das suas reivindicações.

O Deputado João Leite (em aparte) - Muito obrigado, Deputada. Tive a oportunidade de me manifestar nesta manhã sobre esse lamentável episódio. É lamentável que a Assembléia Legislativa tome essa decisão. "Na luta do oceano contra o rochedo, o marisco paga o pato". Tenho a lista dos servidores apenados, identificados por fotografia, lembrando o tempo da ditadura. Foram identificados dessa maneira e retirados das suas funções. Todos sempre nos assessorando e ajudando a Assembléia Legislativa e, por se manifestarem em uma casa democrática, na Casa do povo, receberam de presente um ato violento como esse contra a democracia.

Quero inscrever-me também para, da tribuna, fazer justiça aos servidores perseguidos por um ato autoritário como esse. Quero lamentar e parabenizar V. Exa. por essa manifestação.

A Deputada Maria José Hauelsen* - Muito obrigada, Deputado João Leite. Quero lembrar que os quatro que tiveram a cabeça cortada são funcionários que se destacaram e tinham cargo de confiança, exatamente porque se mostraram competentes, eficientes e sérios.

Agiu-se como se, para ter cargo de confiança, a pessoa precisasse dizer amém a quem a comanda, ou fosse preciso haver subserviência e submissão. Tenho certeza de que não é essa a situação dos funcionários desta Casa. Nem os que têm cargo de confiança são submissos e servis àqueles que querem mandar e ter o poder a qualquer custo.

Sr. Presidente em exercício, senhores membros da Mesa, não há desdouro em rever posições e mudar decisões equivocadas. O pior erro é persistir na falha, é querer ser opiniático e viver naquele contexto de que "quem manda aqui sou eu". Essa era já não existe, já não é aceita. Por isso, fica, Sr. Presidente, meu apelo, e tenho certeza de que V. Exa. o levará ao Presidente Antônio Júlio, para que seja feita a revisão da decisão tomada.

Os funcionários desta Casa são exemplares, eficientes e competentes. Acodem e salvam-nos a cada momento, nas lutas que temos aqui, fornecendo-nos tudo a tempo e hora, para facilitar o exercício da democracia. Merecem respeito por suas reivindicações e seus direitos. Será um gesto de grandeza desta Mesa Diretora rever as punições e encerrar esse quadro triste, que ficará na memória desta Casa se não for revisto.

A Assembléia Legislativa é a Casa do povo; tem que ser um exemplo de justiça e, sobretudo, de respeito à democracia. O parlamento é o lugar da palavra. Não tem cabimento que a palavra seja cassada no parlamento. Só a ação é coerente. Não será e nunca poderá ser suportado um gesto de tamanha agressividade contra aqueles que ousam falar na Casa que é o lugar do parlamento.

De maneira especial, quero apresentar minha solidariedade e os meus cumprimentos a todos os sindicalizados, especialmente aos do SINDALEMG e muito especialmente aos que ousaram ser líderes, puxar o movimento e encorajar os companheiros, não para desprezar ninguém, mas para reivindicar direitos que são garantidos na Constituição do Estado. Quero parabenizar todos os que têm coragem e ousadia de continuar, sem agressividade, mas com seriedade e firmeza, mostrando grandeza nas suas posições.

É preciso continuar. Não podemos ter medo porque quatro caíram. É necessário que o grupo esteja forte. Ninguém ousa lutar contra muitos. Mas, quando o grupo se enfraquece, o resultado é outro. Isso foi o que aconteceu quando fomos punidos em 1980. A punição apareceu porque muitos tiveram medo da truculência do Governo. Entretanto, quando fizemos greve unidos e firmes, conseguimos a vitória.

Para terminar, invoco, para todos os que estão se organizando, sofrendo e lutando por direitos, Fernando Pessoa: "Tudo vale a pena quando a alma não é pequena". Muito obrigada.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto a esta tribuna para fazer alguns comentários sobre o andamento das votações em Plenário. Já há algumas semanas, esta Assembléia Legislativa vem demonstrando ao povo mineiro um lamentável exemplo de inércia parlamentar, principalmente por parte da base do Governo. Os vetos governamentais estão para ser votados, e não o fazemos, mesmo sabendo que a matéria nova não poderá ser examinada antes que as questões vetadas recebam a tramitação final. O fato reveste-se da maior gravidade, porque estamos em um ano eleitoral. Com efeito, ao observador menos avisado, poderia parecer que nós, Deputados, não estamos trabalhando porque estamos ocupados com a cata de votos para a reeleição. A realidade é muito outra, porém; continuamos com os vetos atravancando a pauta, porquanto a base do Governo nesta Casa não permite que nós os votemos. A sustentação do Governo adota tal postura para atender aos mandos e desmandos do Governador Itamar Franco. A verdade é que a vontade autocrática de S. Exa. se confunde com o seu jogo de interesses pessoais e políticos, os quais nada dizem respeito aos interesses populares e a eles nada acrescentam. Se ao Governador e à sua equipe falta responsabilidade política, este Legislativo não pode compactuar com tal irresponsabilidade.

Faço uma ressalva. A Oposição está sempre atenta e presente para votar. Os senhores das galerias podem ver que sempre estamos prontos para votar. Podem contar que verão que os Deputados da Oposição estão presentes no Plenário em maior número do que os da Situação. Este Legislativo está compactuando com tal irresponsabilidade ao fazer com que as nossas lides continuem paralisadas. Esta Casa está comandada e orquestrada pela base governista, que parece não entender que estamos trabalhando para o povo, e não para o poder público.

Esse é o motivo que nos trouxe a esta tribuna. Não podemos persistir na aceitação dessa postura injustificável. Vejamos, por exemplo, essa legião de servidores públicos, que lotaram permanentemente as galerias até hoje, na esperança de que votaríamos os seus justos pleitos. Já perdemos a conta das vezes em que os funcionários e os servidores partiram sem uma definição da nossa parte, haja vista os funcionários da saúde que estão aguardando a votação do veto. Da mesma maneira estão os empresários de todas as regiões do Estado que vêm acompanhando a tramitação do veto ao Micro Geraes, sem obter resultado. E o Deputado Chico Rafael, que é da base do Governo - a ele, a nossa homenagem -, teve o seu projeto exaustivamente discutido. Foi votado e aprovado nesta Casa, e está aí, aguardando. E a base do Governo aqui não comparece.

Não podemos mais decepcionar esses cidadãos que aqui acorrem na defesa dos seus direitos. Vamos discutir e votar os vetos que lhes dizem respeito, apesar da morna vontade da base do Governo. Além de legislar com justiça, estaremos limpando a pauta para que tramitem vários projetos novos, de grande interesse, inclusive, dos Deputados. Há vetos também de projetos de Deputados.

Não nos esqueçamos da LDO. Já estamos em meados de abril, e nem começamos a discutir a matéria. É uma imprevidência que ainda pode ser corrigida, até porque a sociedade não mais aceita que o orçamento público continue a ser uma peça de ficção e um "imbroglio". Deve espelhar a realidade e a factibilidade das finanças, tal como é expresso na Constituição Estadual e enfatizado na LRF.

Tudo isso é uma seqüência. A LDO traz os princípios que vão nortear o orçamento, fixar as despesas e estimar as receitas. Só esse projeto necessita de, mais ou menos, três meses de discussão. O orçamento já vem, mais ou menos, embasado na LDO. E estamos com vetos atravancando a pauta. O nosso pronunciamento é exatamente para pedir à Mesa Diretora, a todas as bancadas, principalmente da base do Governo, que compareçam, porque a Oposição está sempre presente. Não para votar contra, mas para fiscalizar melhor e estabelecer normas condizentes com a realidade. Chamamos a atenção para esse fato, para que depois a LRF possa ser discutida.

O orçamento sempre foi peça de ficção, mas, em determinado momento, precisamos partir para uma base real, porque o mundo está requerendo isso. A moda do mundo é a ditadura de mercado, e temos de vencer. Não estamos aceitando essa ditadura. Temos de nos organizar para competir e intervir, a fim de criarmos um modelo mais justo para a sociedade e para que a soberania das nações possa acontecer, bem como a soberania do Estado. Hoje a soberania das nações acabou. A Geografia está acabando. Quem está mandando na Geografia é a ditadura de mercado. Não podemos aceitar isso. Só poderemos competir se tivermos um planejamento. E esse planejamento

vem nessa peça - que ainda é de ficção -, que é o orçamento. Isso não pode acontecer. Temos de começar a fazer valer a realidade, senão o País não se torna viável e continuará sempre com muitos excluídos, com uma administração que decide tudo politicamente e a favor das elites. E este parlamento tem responsabilidade sobre isso.

É por isso que estamos pedindo a presença dos Deputados, para um entendimento rápido, se é que há desentendimento, porque, às vezes, os Deputados querem votar, mas, devido à subserviência ao Governador, a Assembléia Legislativa continua orquestrada pela vontade do Poder Executivo. Aqui temos os funcionários, os consultores, que ficam à disposição da base do Governo para fazer valer a vontade do Governador. Essas mazelas, esses vícios precisam acabar. Precisamos estar juntos, discutir, mas partir logo para a ação, porque discurso temos muito, e só dessa forma poderemos viabilizar, por exemplo, a estruturação do Estado.

O Estado nunca foi estruturado. Somente 20% são funcionários de carreira. O resto foi colocado artificialmente, por meio de mecanismos espúrios. Os designados também precisam receber amparo. Somente com o tempo de serviço é que vão entrando para o quadro de servidores permanentes, sempre por meio de quadro suplementar. Os mecanismos usados não são os mais recomendáveis. O melhor meio é o concurso público. O Estado somente realizará concurso quando tiver um orçamento compatível com as suas necessidades funcionais, quando estiver organizado. Para isso, temos de ter a lei do orçamento, o PPAG, a LDO, caracterizados num percentual de recursos que permitam a realização de concursos e a organização funcional do Estado, a fim de termos auditorias e consultorias qualificadas, o que somente será conseguido por meio de concurso.

Por isso, existe uma grande demanda de servidores públicos mineiros - sete ou oito categorias -, que não são de carreira, procurando os seus direitos. A Assembléia sempre procurou uma forma política de corrigir as injustiças, que seriam muito menores se o nosso orçamento fosse real, se tivesse dinheiro caracterizado no orçamento para pagar os precatórios. Dizem que tem, mas não os pagam. Sempre existe uma demanda reprimida para pagá-los. Aí, surge uma porção de leis nesta Casa, às vezes, obedecem à Constituição, mas as coisas não acontecem, não fluem constitucionalmente.

Vejam a importância da LDO. Por isso, estou apelando para que votemos rapidamente os vetos e os projetos em pauta, a fim de analisarmos a LDO no mês de junho. A LDO é que irá balizar o orçamento, que precisa ser discutido com antecedência, senão será empurrado goela abaixo, na última hora. Tudo será feito politicamente, conforme os interesses partidários e eleitorais. Depois, como sempre acontece, vamos reclamar na última hora. É um videoteipe permanente. Em razão desses acontecimentos, o Legislativo, como fiscal e legislador da vontade do povo, no sentido de construir uma sociedade estruturalmente sadia e funcionalmente responsável, tem de contribuir para que isso aconteça.

Sobre esse último aspecto, não podemos deixar de louvar a iniciativa do Presidente da República e de alguns políticos responsáveis, que tudo têm feito para consolidar a LRF como efetivo instrumento de moralização do manuseio dos recursos públicos. Fala-se muito que a lei veio de cima para baixo, foi aplicada fora de hora. Mas é o primeiro instrumento. É lógico que deverá sofrer correções no momento certo, com as reclamações dos Prefeitos, com reuniões da base do Governo e da Oposição, para que possamos corrigir os defeitos, porque é aplicada no Brasil, um verdadeiro continente, com 6 mil municípios que apresentam diferenças regionais gritantes. De acordo com o tamanho do município, muitas vezes é difícil que uma lei atenda todas as situações. Mas o Legislativo está aí para fazer as correções na medida em que essa lei for sendo aplicada.

Esta Assembléia, na qualidade de mentora e curadora do patrimônio dos mineiros, deve seguir na mesma linha, procurando tornar o orçamento de 2003 um documento respeitado e respeitável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em respeito aos cidadãos que aqui estão acompanhando os nossos trabalhos, servidores, empresários e representantes de classe, conclamamos a todos para que votemos a pauta e os vetos nela contidos. Assim procedendo, estaremos cumprindo o nosso dever e não nos curvando às maquinações e às fantasias de um Executivo ausente, displicente e tendencioso.

Digo isso porque em nossa Bandeira está escrito o lema "Ordem e Progresso". E, nessa ótica, para termos ordem, para termos progresso, é preciso que trabalhem com ética e responsabilidade. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, servidores, telespectadores da TV Assembléia, como disse no aparte que fiz à Deputada Maria José Hauelsen, estou aqui, nesta tribuna, para me solidarizar com os servidores desta Assembléia.

Hoje a Casa foi vítima de um ato de arbitrariedade há muito não visto. Ao mesmo tempo que aplaudia a manifestação de funcionários de outros Poderes, a Mesa da Assembléia Legislativa exonerava e desconvoava os nossos servidores. E o maior espanto é saber que todos fazem parte da área do processo legislativo, dedicam-nos assessoria necessária para o funcionamento das Comissões e do Plenário desta Casa. Quero ler a lista. Conhecemos todos e sabemos que dedicam atenção, tempo e assessoria para o nosso trabalho. Quantas vezes vimos, neste Plenário, o Maurício Machado de Castro ajudar-nos? Os outros são Aloísio de Araújo Monteiro, Augusto César Veríssimo, Mirlene de Oliveira, Celise Barreiros, Maria Marta Navarro Barra e Fernando José Rocha Nascimento. Todos foram desconvidados, exonerados.

Foi usada medida de força contra esses servidores. O motivo seria justo? Simplesmente manifestaram o desejo de receber em dia e reivindicaram o recebimento da URV. Foi isso que ocorreu. Por que, então, houve a punição? Não posso compreender. Talvez a Mesa possa explicar aos parlamentares. São indisciplinados? Não parece. Não cumprem seus deveres? Ao contrário, quero dar um testemunho da dedicação de todos esses servidores. Conheço-os todos e o trabalho deles nesta Casa. Quem sabe é a avaliação de desempenho de cada um? Quem sabe? São corajosos, não temem, por isso, estão aceitando a punição, mas não se calam, demonstram, em seus olhares, a indignação, que deveria ser reflexo de toda a Casa.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Quero, nobre Deputado João Leite, cumprimentar V. Exa. pelo seu pronunciamento e dizer que um dia passei pelas mesmas circunstâncias que estão passando esses servidores.

Fui ultrajado num direito sagrado da Constituição Federal, que é a liberdade de expressão e manifestação. Portanto, não podemos ficar calados diante de tal absurdo. Foi um ato de arbitrariedade.

Além do mais, quando disseram que foram fotografados às escondidas, lembrei-me do velho tempo da P-2, o Serviço de Inteligência da Polícia Militar, infiltrado no meio dos manifestantes do movimento dos praças, em 1997, justamente para deflagrar a "caça às bruxas", para cortar as cabeças das lideranças dos policiais. Isso nos rendeu 186 policiais expulsos e 1.759 indiciados. Mas esta Casa fez com que fôssemos anistiados. Assim, não aceitarei esse descalabro nem me calarei diante dele.

Obrigado a V. Exa. pelo pequeno aparte, em virtude do curto tempo de que dispõe.

O Deputado João Leite - Obrigado. Lamento, pois gostaria de conceder um aparte ao Deputado Alencar. Fica, aqui, nosso repúdio por essa decisão arbitrária. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras, senhores, imprensa, estamos preparando-nos para a votação do projeto do Deputado Chico Rafael, que foi vetado pela insensibilidade do Governador Itamar Franco. Vejo aqui o Deputado Chico Rafael, que nos honra com sua presença. Este Governo é insensível, não consegue perceber as prioridades de um governo responsável. Aliás, hoje ele não poderá saber do que falei, porque não se sabe onde ele se encontra. Mas também o Vice-Governador se recusou a assumir o Governo. O Presidente da Assembléia também não o assumiu. Hoje está ocorrendo a consumação de algo que sempre houve nestes três anos e pouco: Minas está acéfala, Minas está desgovernada. E, olhem, um Estado deste tamanho desgovernado! Mas o que queremos fazer nesta tarde, até vamos usar aqui o "power point", é tentar mostrar um pouco dessa realidade, dessa grave realidade de Minas Gerais, mostrar por que estamos defendendo a derrubada do veto ao projeto de lei do Micro Geraes. Queremos mostrar objetivamente qual a situação do Estado e como carecemos de um governante. Perdemos quase quatro anos. Os números é que vão comprovar isso. Tenho assistido, estarrecido, à propaganda que este Governo está fazendo, usando a mídia no horário mais nobre, para fazer de conta que está realizando algo que já ocorria no passado. Há poucos dias, ele falava do Projeto Jaíba, como se este fosse sua invenção. Mas é bem compreensível. Aquele que não fez tem de tomar emprestado daquele que fez, para parecer que fez. Como o povo não tem todas as informações e não as pode ter, fica achando que o Governador Itamar Franco é responsável pelo Projeto Jaíba. Se formos olhar a fundo o Projeto Jaíba, poderemos ver que este Governo o prejudicou em alguma coisa. A dívida de Minas aumentou assustadoramente. Os jornais estão mostrando isso. Temos o exemplo da dívida flutuante. A outra dívida não tem como aumentar, porque já está negociada. O que vemos é um desrespeito pelo cidadão mineiro.

Então, o que fizemos? Dividimos as atividades em cinco grandes grupos. O primeiro compreende as empresas que faturam entre R\$1.000.000.000,00 e R\$100.000.000,00; o segundo de R\$99.000.000,00 a R\$50.000.000,00; o terceiro de R\$49.000.000,00 a R\$30.000.000,00; o quarto de R\$29.000.000,00 a R\$20.000.000,00; o quinto de R\$19.000.000,00 a R\$15.000.000,00.

Esse grupo perfaz um total de 748 empresas e abrange 39 atividades econômicas correspondendo apenas a 2,78% de todas as empresas existentes no Estado. Há 302 mil empresas. Vejam a concentração das atividades econômicas. E o Governador está preocupado com as microempresas e pequenas empresas. No ano de 1999, apenas dez atividades econômicas do Grupo nº 1 foram responsáveis pelo faturamento de R\$3.594.000.000,00. Em 2001, chegou-se a R\$5.365.000.000,00.

Do total da receita do Estado, somente as atividades dessas dez empresas do Grupo nº 1 correspondem a cerca de 58% de toda a receita do Estado. Vejam que concentração. O Grupo nº 2 vem com quatro. E assim por diante. Dessas 748, dessas 39 atividades, o total desses cinco grupos corresponde a 70% de toda a receita do Estado.

Somente as empresas de combustível, energia elétrica e telefonia correspondem ... Por exemplo, na fabricação e no refino de petróleo, dez empresas faturaram, em 2001, R\$1.904.000.000,00. Só essa empresa teve um aumento de R\$854.000.000,00. Já a geração e a distribuição de energia elétrica, num total de 31 empresas, corresponderam a uma receita de R\$1.018.000.000,00, com aumento de R\$156.000.000,00; e o serviço de telecomunicações, com 60 empresas, com aumento de R\$500.000.000,00.

Apenas o total de aumento que essas três atividades geraram foi de R\$2.864.799.000,00. Isso significa que no aumento dessa receita do Estado, que foi de 61%, não houve sequer uma ação desse Governo.

Esse aumento de receita foi única e exclusivamente pelos aumentos decretados pelo Governo Federal - energia elétrica, telefonia e combustível, ou seja, R\$2.864.799.783,87. Setecentas e quarenta e oito empresas em dez atividades econômicas foram responsáveis por 61% desse aumento. Isso significa dizer que 60% do crescimento da economia de Minas não teve uma vírgula, um ponto, uma letra, nenhuma ação desse Governo.

Agora vejam a concentração que temos. O Governo, ao vetar o Micro Geraes, vem causar enorme prejuízo à sociedade como um todo. Temos a concentração de 19 atividades econômicas. O comércio corresponde apenas a 5% de toda a receita do Estado. Os serviços correspondem, em média, a 2%. A indústria corresponde apenas a 1,1%. Estamos excluindo aquelas 748 grandes, que estão concentradas. A mineração, 1%. Existem 210.314 empresas ativas concentradas em 43 atividades econômicas presentes nos quatro setores - comércio, indústria, serviços e mineração. Representam 69% das empresas ativas do total de 302. Essas 43 atividades representam em média 9% em todo o bolo. Vejam que estou falando que 748 empresas são responsáveis por 60% da receita do Estado, e essas 210.000 correspondem apenas a 9% do Estado.

Agora vejam esse quadro. Concentração das empresas mineiras em 34 atividades econômicas nas 10 regiões de planejamento. São 214.267 empresas, num total de 302.789 empresas ativas no Estado. No primeiro quadro temos: total de empresas - 70.045. Na região 1 das 70.045 empresas existentes, 58.465 são microempresas e pequenas empresas. Vejam a concentração: 83% das empresas existentes são microempresas e pequenas empresas. Na região 2, sobe para 88%. Região 3, região Sul, 89%. Triângulo, 85%. Região 5, Alto Paranaíba, 86%. O número de municípios da Central é de 158; região 2, 142; região 3, 155; região 4, 35; região 5, 31. Significa que as microempresas e pequenas empresas é que vão permitir o desenvolvimento e o crescimento da economia de Minas Gerais, porque estão pulverizadas.

Mas o Governo é totalmente insensível a elas. As 34 atividades econômicas, as 214 mil empresas, em 1999, foram responsáveis por 12,8%.

- Apresentação de transparências.

Vejam: a realidade econômico-financeira de Minas Gerais. Síntese. Distribuição estatística das empresas mineiras por setor - 82% das empresas ativas - 250 mil. Temos 247.355 microempresas e pequenas empresas. O que isso significa? As microempresas e pequenas empresas estão distribuídas por todo o Estado de Minas Gerais. Cada uma delas gera, em média, de três a cinco empregos. Se esse veto for mantido, teremos como prejuízo o comprometimento do emprego de 1.200.000 trabalhadores, num momento em que o mundo vive uma terrível crise de desemprego. Neste momento, o Governador simplesmente veta um projeto que prejudicará 1.200.000 empresas. Essa realidade é comprovada em todas as dez regiões de planejamento do Estado, pois, em média, os pequenos negócios representam 86% das empresas existentes. O Governo prefere legislar para a minoria, administrar pensando na minoria. As microempresas e pequenas empresas constituem a única opção de sobrevivência das populações, principalmente nos pequenos municípios, que não contam com médias e grandes empresas em seus territórios. Encontramos uma concentração brutal de empresas em apenas 100 municípios. Temos um total de 853 municípios, e, destes, 753 encontram-se esquecidos, porque as grandes e médias empresas neles não se instalam. E não se instalam por um motivo óbvio: o Governo não investe em saneamento, em capacitação profissional, em estradas, o Governo não faz investimento de integração. Logicamente, elas querem escoamento da produção, mão-de-obra qualificada, querem as facilidades que as grandes e médias cidades oferecem. Mas como fica a população do Alto Jequitinhonha, do Norte de Minas, a população que se encontra quase escondida e para a qual o Governo vira as costas?

O quadro que lhes apresento é bem esclarecedor. Tomamos, como referência, alguns Estados: Minas, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo. Tomei o Rio de Janeiro como exemplo, porque se pode entrar no "site" de sua Secretaria da Fazenda e ficar informado sobre tudo o que lá ocorre, já que os dados são atualizados. Minas Gerais não dispõe dessa facilidade. Foi difícil conseguir, através dos técnicos, o trabalho que ora lhes apresento. Foi uma luta conseguir sistematizar essas informações, mesmo porque o Governador Itamar Franco descumpra a lei de minha autoria que obriga a disponibilização dos dados do SIAFI-Cidadão: receita, despesa, investimento.

É direito do cidadão conhecer os números do Estado. Precisa saber para avaliar. Em Minas Gerais existiam 335 mil empresas. O Simples II ficou com 307 mil. Pelos dados atuais, temos 302 mil. Tivemos decréscimo, redução, do início do Governo Itamar Franco até hoje.

O Rio de Janeiro, pasmem, tinha 187 mil empresas no início do Governo Garotinho. Pelos dados atuais, existem hoje 307 mil. Isso mostra que quando há ação de Governo eficiente os resultados aparecem. Mas o mais grave ainda não é isso. Esta Assembléia votou o primeiro modelo para o Micro Geraes. Tive a honra de, na época, ajudar a conduzir a votação, que previa a criação de um fundo chamado FUNDESE, que recebeu o nome de Gera Minas, porque a idéia era gerar desenvolvimento, crescimento. Em 1998, no início da aplicação da lei, foram arrecadados R\$30.000.000,00, foram creditados no Fundo R\$30.000.000,00, e não foi feito nenhum investimento. Em 1999, no início do atual Governo, foram arrecadados R\$48.627.379,87, e apenas R\$22.996.000,00 foram para o Fundo. E esse Fundo é exatamente para capital de giro, para financiamento de equipamentos, para capacitação profissional, para permitir que as pequenas e as microempresas possam ter recursos para o seu crescimento e desenvolvimento. Temos que esperar que cresçam para depois exigir delas. Mas esse Governo insensível mete a mão em R\$26.000.000,00, no primeiro ano, criando uma diferença de 47%. Em 2000, foram arrecadados R\$56.555.237,68. E quanto foi creditado no Gera Minas? Apenas R\$33.147.900,00. E o orçamento não prevê lei que pudesse desviar esse recurso. Foi esse Governador que pediu a CPI dos Fundos. Mas ele mesmo estava desviando. Foram 58% desviados. Em 2001, foram R\$61.509.599,09, e apenas R\$24.061.350,00 foram creditados. Deveria ter no FUNDESE R\$197.585.753,64 para emprestar para os microempresários e pequenos empresários; capacitar, aparelhar, dar condições às microempresas e pequenas empresas de crescer e gerar empregos de que Minas Gerais precisa. Mas o Governo desviou esse recurso. O total desviado foi de R\$91.691.896,79.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores da galeria, imprensa, senhoras e senhores que nos assistem pela TV Assembléia, isso o Governador não mostra com a publicidade caríssima que está pagando, mas são esses os dados, os números. Não tem como ludibriar, enganar, mentir. Os dados estão aqui, todos prontos para uma análise e uma avaliação nossa.

Esperamos que o Governo tenha, pelo menos, 5 minutos de bom-senso e que reveja sua posição e oriente sua base de apoio para derrubar esse veto, pois, dessa maneira, estaria ajudando Minas Gerais a crescer. Cerca de 60% ou 70% dos empregos gerados no Estado vêm das microempresas e pequenas empresas, e vocês viram por quê. Oitenta e seis por cento das empresas são pequenas ou microempresas, ou seja, temos 247 mil empresas. Quantas mais poderíamos ter? No Rio de Janeiro, tivemos um crescimento na ordem de 80%. Imaginem se tivéssemos crescido 80% relativamente a essas pequenas e microempresas também, se houvesse incentivo, se esses R\$91.000.000,00 não tivessem sido desviados e se outros incentivos tivessem sido dados. Poderíamos ter não apenas 1.200.000 empregos, mas, quem sabe, 2 milhões, ou seja, 1 milhão a mais de empregos em Minas Gerais.

Os dados são muito claros. É hora de começarmos a encarar a verdade. Governador Itamar Franco, diz a imprensa que V. Exa. está tirando férias. Mas só pode tirar férias quem trabalha, Governador! É preciso, primeiro, trabalhar. V. Exa. fez "road show", passeou, fez turismo o tempo todo. Até na matinê em Brasília, às 3 horas da tarde, em um dia de semana, V. Exa. compareceu. Se V. Exa. tivesse ficado em Minas Gerais, preocupado com o Estado, esses números não estariam assim. E o pior é sua insensibilidade de querer manter esse veto, prejudicando as pequenas e microempresas. É lamentável.

Quisemos cumprir o nosso dever de mostrar os números, para que cada um faça seu julgamento. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados, Deputada Elaine Matozinhos, conseguimos, hoje de manhã, a derrubada de um veto do Governador, importante para os servidores do IPSEMG, porque garantiu-lhes um reajuste salarial que vinham reivindicando desde outubro. Infelizmente, parece que não teremos quórum na parte da tarde para fazer o mesmo, derrubando o veto ao projeto que solicita gratificação de saúde para os administradores da Secretaria. Entretanto, quero deixar com todos vocês a solidariedade da Bancada do PT, que é favorável à derrubada do veto. Se fizemos justiça a um setor, devemos fazer também ao outro. Vamos continuar, portanto, lutando para a derrubada desse veto.

Mas, Sr. Presidente, solicitei esse tempo de liderança, porque acabei me atrasando para a inscrição da 1ª Parte. Já gostaria de ter usado da palavra, mas tive de me demorar mais no gabinete porque recebi um comerciante de Belo Horizonte que sofreu um atentado no sábado, recebendo um tiro nas costas. Ele vem denunciando, há muito tempo, que três policiais civis que participaram de um processo de extorsão o estão ameaçando. Essa denúncia já é antiga. Um desses policiais já foi condenado, por outro processo, a mais de 3 anos de cadeia. A partir da denúncia que o comerciante fez à Corregedoria, começou a ser perseguido. Essa é uma ação da chamada banda podre da Polícia Civil, cuja existência o Secretário da Segurança nega, mas que todos sabem que existe. Infelizmente, não se toma uma atitude mais corajosa para acabar com esse cancro que dominou a Polícia Civil do Estado. Infelizmente, os bons policiais civis sentem-se amedrontados diante da truculência dessa banda podre, que é acobertada, pois não há notícia de ações mais seguras da Secretaria da Segurança para terminar com esse absurdo.

Por isso, demorei e não pude usar da palavra na primeira parte. Julgo importante seja discutida aqui a questão relativa aos funcionários da Assembléia Legislativa, que têm sofrido um processo de perseguição. Esse processo tem tomado conta também de algumas Prefeituras no interior de Minas Gerais.

Nesse final de semana, estive em Montes Claros para participar de um balanço da organização do PT na região do Norte de Minas. Tenho ido àquela região freqüentemente para organizar o PT, que cresceu muito lá. Deparei com funcionários públicos municipais cujos direitos estão sendo desrespeitados a tal ponto que, há, aproximadamente, 2 meses, os funcionários tentam conversar com o Prefeito. Infelizmente, o Prefeito Jairo Ataíde optou por não receber o Sindicato nem os funcionários públicos, dizendo que não atenderia a nenhuma de suas reivindicações. Simplesmente fechou o diálogo, que nunca foi aberto. O desprezo e o desrespeito do Prefeito pela organização sindical foi tomando dimensão tão grande que o Presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Montes Claros subiu no telhado da Prefeitura, e disse que só sairá de lá no dia em que o Prefeito o receber. Já faz uma semana que está aprisionado no telhado. O Prefeito não deixa ninguém subir, e ele não desce, recebendo a alimentação por uma corda, em que sua marmitta é amarrada. Consegui um colchão para dormir no telhado da Prefeitura, ao relento, e, até hoje, o Prefeito continua dizendo que não conversará. Enquanto isso, o restante da Diretoria fica lá embaixo, fazendo manifestação pública e vigília o dia inteiro. Mas o Prefeito Jairo Ataíde disse que não recebe o Sindicato porque não o reconhece. Na realidade, não reconhece a Constituição, que deu aos funcionários públicos o direito à sindicalização. Trata-se de desrespeito às normas constitucionais e um tremendo autoritarismo. Fui fundador da UNE, hoje Sind-UTE, e participei da primeira diretoria da CUT na região metropolitana, ou seja, fui fundador dessa Central, participando, com muito orgulho, do Congresso que fundou a Central. Desde essa época, lutamos contra as leis do regime militar, para que o funcionário público tenha o seu direito de sindicalização, que foi escrito na Constituição. Portanto, isso é letra da Constituição. Um Prefeito não pode simplesmente desconhecer reivindicação dos funcionários, fazendo com que o Presidente do Sindicato chegue a ponto de subir no telhado da Prefeitura.

É ridículo o que o Prefeito está fazendo. Lá fica o sindicalista, recebendo solidariedade da população, e nada de o Prefeito o receber. O rapaz fica, evidentemente, ao relento, sob sol forte - quem conhece o norte-mineiro, Montes Claros, sabe - com protetor solar que lhe foi dado, para não morrer de insolação. Recebe tudo através de uma corda. Amarraram um microfone também, a que tem acesso, para fazer pedidos e se comunicar com a população. Já faz uma semana e diz o Prefeito que pode morrer lá em cima, que não o recebe, não se digna a conversar com o sindicato dos servidores públicos.

Visto isso, de longe, já julgamos um absurdo. Estive lá e pude ver esse sindicalista aprisionado no telhado da Prefeitura. Vi o absurdo que o Prefeito está fazendo. Agora, quando chego à Assembléia Legislativa, deparo com outro absurdo. Funcionários que estão reivindicando o pagamento da URV sofrem punição por parte da Mesa da Assembléia e do Presidente da Casa. Os funcionários perderão cargo em comissão em que estão há muito tempo. Ora, são funcionários de carreira. O cargo em comissão é uma conquista por mérito. Não é apenas um cargo em confiança que o Presidente pode, de repente, simplesmente, retirar. Não tem o direito de fazer isso. São funcionários de carreira que, por mérito, conseguiram o cargo em comissão, que é de recrutamento limitado, mas são funcionários da Casa, servidores que passaram em concurso, que têm ótimo desempenho nesta Assembléia Legislativa - todos conhecemos - e não podem ser punidos, porque estão fazendo

reivindicações salariais. Um dos servidores até está com inquérito administrativo, porque escreveu carta de solidariedade a outra funcionária que reivindicou a URV. É um companheiro do Partido dos Trabalhadores, militante do PT, companheiro Jorge Possa, que está sendo perseguido com esse inquérito administrativo, por ter dado opinião a respeito de questões administrativas e por ter se solidarizado com a reivindicação de pagamento de URV sobre o qual uma funcionária escreveu.

Sinceramente, não concordo. O Presidente Antônio Júlio que me desculpe, mas não posso deixar de fazer este pronunciamento, porque isso é injusto. Conversei agora, por telefone, com o Deputado Ivo José, representante do PT na Mesa da Assembléia. Ele autorizou-me a dizer que, na próxima reunião da Mesa da Assembléia, levará o posicionamento da Bancada do PT, para que toda essa punição seja revista. Vamos lutar por uma mudança desse quadro, mas julgo que não vamos ficar apenas nisso. Não estou fazendo ameaça, não se trata disso, mas de um posicionamento político, favorável à liberdade de organização, à liberdade sindical e de manifestação.

Especialmente nós, parlamentares, não podemos transigir no direito à liberdade de organização e de manifestação. O parlamento é, por excelência, o canal de defesa das liberdades políticas e das liberdades democráticas, incluindo-se aí as liberdades sindicais. Se nós, parlamentares, não fizermos essa defesa, se não formos tolerantes com as divergências que existem, imaginem se o Poder Executivo o será. Nós, que muitas vezes somos vítimas do autoritarismo do Poder Executivo, que passa por cima do Poder Legislativo, se muitas vezes reclamamos - e com razão - de desrespeito à Constituição por parte do Executivo, que não dá ao Legislativo o respeito que merece e acaba infligindo-lhe a intolerância política, não podemos fazer o mesmo que fazem aqueles de quem reclamamos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos transigir com isso. Não se trata de ameaça, porque não nos caberia fazê-la, mas de colocar um posicionamento político muito claro. O Deputado Ivo José levará para a próxima reunião da Mesa uma discussão com o conjunto dos seus membros, a fim de se refazer não só o inquérito administrativo instaurado contra o companheiro Jorge Possa, repito, militante do PT - não é por isso que o estou defendendo, mas pelo excelente trabalho que presta, como funcionário que tem o respeito dos Deputados e dos demais companheiros -, mas também a situação de todos os outros funcionários, como o Maurício, o Aloísio, o Augusto, a Mirlene, a Celise, a Marta, o Fernando José, a Cris, que têm a nossa solidariedade. Vamos buscar a reversão por meio de um processo de discussão com a Mesa da Assembléia.

Vamos também solicitar que o Colégio de Líderes se pronuncie a respeito, porque isso extrapola decisão da Mesa, porque fere um direito democrático, e não cabe ao Legislativo mineiro ferir o direito democrático de nossos trabalhadores de se organizarem em seus sindicatos e de se manifestarem. Não entrei no mérito da reivindicação que fazem, acho até que se tivesse de defender o pagamento da URV, se fosse eu o Presidente da Casa, mesmo que na justiça isso pudesse depois vir a ser quebrado, pagaria a URV para quem ganha até R\$6.000,00, ou seja, um teto salarial que deve ser estabelecido por esta Assembléia. Mas o direito de organização e de manifestação é sagrado e não pode ser desrespeitado com atos de punição contra aqueles que se organizaram.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Obrigado, Deputado Rogério Correia. Concordo com as suas palavras. Amanhã, esse assunto será tema da nossa reunião de bancada.

Aproveitando este momento, abordarei o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.052, que institui a gratificação-saúde de 30% aos servidores da área administrativa da Secretaria da Saúde. A área administrativa ficou para trás, porque não teve o aumento que os outros setores da saúde tiveram. Esse aumento vem no bojo da corrosão salarial de mais de oito anos sem reajuste. A área administrativa é extremamente importante para que as áreas de ponta possam funcionar, para que o enfermeiro, o médico e o bioquímico possam trabalhar, enfim, para que todas as áreas da saúde possam trabalhar. Para que isso ocorra, é fundamental que o coração da administração funcione, ou seja, aqueles que trabalham na área administrativa.

É injusto não se dar aumento também aos servidores da área administrativa da saúde, que carregam este Estado nas costas, trabalhando ininterruptamente, ficando estressados, porque são poucos. A área de pessoal da saúde, a cada dia, fica menor, porque aqueles funcionários mal-remunerados acabam sendo atraídos pelas áreas privadas. Portanto, é nesse setor tão importante para um País como o nosso - que tem grande necessidade de assistência, de promoção à saúde, de um sistema de saúde o mais moderno e avançado possível -, é no coração de um setor que deve funcionar para que os outros funcionem que, agora, teremos de depositar as nossas preocupações.

Da forma como está, esse quadro está extremamente injusto. Coordenadores ou chefias de área em vários setores estão ganhando menos que seus subordinados, se assim podemos chamá-los. E isso cria um ambiente de constrangimento, um ambiente de sentimento de injustiça, pois alguém que ganha menos, além do seu trabalho, tem a responsabilidade de ser coordenador ou chefe de determinada área. É o acúmulo da responsabilidade do serviço de um grupo ou de um setor, e não só o trabalho diuturno que se tem de fazer.

Hoje de manhã, quando votávamos a derrubada do veto para que os trabalhadores do IPSEMG tivessem os seus 27,5% retroativos a outubro de 2001, fazíamos justiça a esses trabalhadores. Mas, quando não pudemos votar, porque não havia possibilidade de vencer, a derrubada do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.052, fizemos o seguinte questionamento: não é injusto, então, não derrubar o veto para que os 30% de gratificação passem para o setor administrativo da Secretaria da Saúde?

Estamos sendo justos com os servidores do IPSEMG, mas, por outro lado, não estaremos cometendo injustiça com os servidores da saúde? Como podemos ser justos, se usamos duas moedas, dois pesos e duas medidas? Não é possível. Se não adotarmos medidas de justiça para os servidores que têm o seu salário corroído por tantos anos sem aumento; se não fizermos justiça a esse pessoal da saúde, a justiça que fizemos ao pessoal do IPSEMG fica pela metade, porque justiça se faz para todos ou para ninguém.

Sou servidor do Estado desde o último concurso, como médico, em 1983, 1984. Esse foi o último concurso, na área da saúde, para médico do Estado. E sei perfeitamente como é o servidor público que chega para trabalhar e veste a camisa. Tem vontade de servir, tem vontade de fazer o melhor trabalho possível. Mas, senhores e senhoras, o próprio Estado é o primeiro a promover o desânimo progressivo dos funcionários, dos servidores, que se iniciam em seu trabalho com paixão, mas que, ao longo dos anos, vão desanimando, pelo quase abandono absoluto que ficam em suas salas, atendendo, trabalhando.

E não é só a questão dos salários, mas também a da capacitação, do olhar para o servidor público. Às vezes há falta de um instrumento de trabalho, até de papel. Os servidores são os melhores colaboradores do Estado, mas, se não são remunerados justamente e não são qualificados e capacitados, não têm seu valor reconhecido. Que Estado é esse e que serviço é esse que o Estado vai produzir com os funcionários e servidores desanimados, porque o próprio Estado não lhes dá valor? E quando a sociedade precisa de um serviço melhor, como produzir, se nós mesmos estamos desanimados, porque o Estado nem nos olha direito?

Porque um Estado que fica oito anos sem dar um aumento sequer ao servidor é um Estado que não o valoriza, que não acha que o servidor deva servir bem.

Essa é somente uma primeira fala sobre o veto à Proposição de Lei nº 15.052. Esta Casa está vazia hoje, mas era preciso iniciarmos essa discussão, era preciso que começássemos a dizer o que pensamos sobre isso, porque conhecemos os fatos, estamos lá dentro e sabemos da necessidade da recomposição, pequena, ainda, parcial, ainda, de 30% de gratificação para os servidores da administração. Esta Casa há de fazer justiça. Conclamo e convoco todos os que estão aqui para que multipliquem o número de pessoas nas galerias. Vocês sabem que os

1.200 ou 1.500 servidores que estão aqui, hoje, fizeram a diferença. E vocês, da saúde, precisam aglutinar-se num exército de vontade de mudar, de estar aqui, sensibilizando os Deputados, para que possamos votar e fazer justiça. Este é o momento, e não podemos perdê-lo, porque não sei se haverá outro tão propício.

É por aí que caminharemos, com o apoio da Bancada do PT, que já definimos por apoio à derrubada desse veto do Governador, porque achamos que é justa a gratificação de 30%. Aliás, muito mais que os 30%, mas esses 30% já garantem pelo menos uma pequena parcela de recomposição. Vamo-nos juntar, para que nossa luta consiga encher essas galerias e possamos ganhar essa causa. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Edson Rezende. Sr. Presidente, para concluir, pois já extrapolamos, e muito, nosso tempo, agradeço a paciência de V. Exa. Quero apenas resumir a necessidade de derrubada do veto, abordada agora, com muita propriedade, pelo Deputado Edson Rezende, que tem o apoio da Bancada do PT, e também concluir minha fala, com a solicitação ao Prefeito Jairo Ataíde, de Montes Claros, para que atenda o sindicato e que seu Presidente, companheiro Valmure, possa descer do telhado da Prefeitura e discutir com o Prefeito a pauta de reivindicações da categoria. O mínimo que se pode exigir de um Prefeito é que receba seus funcionários públicos, para com eles discutir.

Quero solicitar ao Presidente Antônio Júlio que, num gesto de grandeza, possa revogar os atos publicados pela Assembléia Legislativa e, da mesma forma, abrir um processo de negociação com o sindicato e com seus representantes. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

342ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 10/4/2002

O Deputado Ambrósio Pinto* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores presentes na galeria, iniciativas que visam a atender ao social merecem de nós, parlamentares comprometidos com os interesses da coletividade, total apoio e reconhecimento. Um bom exemplo disso é a criação do Serviço de Engenharia Pública em Belo Horizonte.

Como é do conhecimento geral, as médias e grandes cidades mineiras, a exemplo do resto do País, sofrem, atualmente, com os problemas causados pelas construções clandestinas em suas periferias. As moradias são edificadas fora das normas técnicas, em desacordo com a legislação municipal. Isso põe em risco a vida da população mais carente, que não possui recursos para arcar com a elaboração de um projeto arquitetônico.

A adequação de projetos de edificação para a regularização, a consultoria para o atendimento a situações isoladas de risco à moradia, a assessoria técnica a comunidades e entidades assistenciais e o atendimento à população de baixa renda em empreendimentos de pequeno porte são alguns dos muitos benefícios que o novo serviço, criado em Belo Horizonte no último dia 17 de janeiro, através da Lei nº 8.604, prestará. Com isso, a população carente poderá ter suas casas construídas seguindo as normas técnicas, através da elaboração de um projeto arquitetônico gratuito, que inclui as partes estrutural, elétrica e hidráulica, além da assessoria de um profissional durante a construção.

Os engenheiros civis e os arquitetos associados às entidades de classe também serão beneficiados, pois poderão se cadastrar para participar do programa. Além disso, as universidades terão a oportunidade de fornecer mão-de-obra técnica e qualificada.

Não podemos nos esquecer do trabalho árduo realizado pelo Instituto Mineiro de Engenharia Civil - IMEC -, através de seu Presidente, engenheiro civil e Conselheiro do CREA, Ivan Carlos da Costa, para a concretização desse projeto.

Trata-se de um projeto que tem como princípio básico criar uma cultura de utilização do espaço urbano, adequada aos aspectos legal, técnico, ambiental, da segurança e da estabilidade das construções.

A criação desse Serviço deverá servir de exemplo para outras cidades mineiras de médio e grande portes, que enfrentam, atualmente, problemas semelhantes em se tratando da utilização do espaço urbano.

Os programas na área social, com gestão e formato inovadores, baseados em parcerias com diversos setores da sociedade são aqueles que merecem o apoio político e o respeito da sociedade.

Respeitar o direito do cidadão, principalmente daqueles menos favorecidos, no que se refere à vida e à moradia, não é uma concessão, é uma obrigação que deve ser adotada por todos os parlamentares comprometidos com o conceito básico de um governo democrático.

Parabéns ao Prefeito de Belo Horizonte em exercício, Fernando Pimentel, e a todos os que contribuíram para a concretização de um projeto tão importante, que visa a atender ao social. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Geraldo Rezende* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a palavra ditadura remete-nos a formas de governo em que todos os poderes se concentram nas mãos de um partido, de uma classe, de um grupo, de uma assembléia ou mesmo nas mãos de um único indivíduo. Não há espaço para nova proposta, nova idéia nem pensamento modificador. Não há lugar para questionamentos, esclarecimentos nem para nenhum movimento que abale, ou mesmo vislumbre, a partilha do poder decisório. Essa é a ditadura comum. É a ditadura que conseguimos facilmente perceber em virtude de seu claro, aberto e evidente interesse na obtenção do domínio absoluto. É o inimigo do qual sabemos a posição, o objetivo e a forma de agir. É o inimigo identificado que torna a batalha mais franca e menos covarde, se é que assim podemos considerar.

Srs. Deputados, vivi na pele a chamada ditadura da baioneta. No início de minha carreira política, lutei contra o regime autoritário que dominava o Brasil desde 1964. Fui perseguido. Recordo-me bem das reuniões secretas de que participei em porões, casas abandonadas e outros lugares de difícil acesso e desconhecidos dos militares, senhores do poder. Aliás, na época, senhores de tudo e de todos, donos da razão e detentores da verdade absoluta.

O que me fez continuar lutando foi o mesmo motivo que me mantém vivo e ativo até os dias de hoje. Foi a certeza da existência de luz no fim do túnel. Foi a crença na liberdade acima de tudo. Foi a esperança de que dias menos dolorosos e mais promissores viriam, como, até certo ponto, vieram. Acreditei. Acreditei com todas as minhas forças. Acreditei que não viveria mais a dura implantação declarada de um regime ditatorial. Minhas crenças se confirmaram. Não vivi, realmente, um novo e declarado regime ditatorial. Vivi algo pior. Vivi a implantação sub-reptícia de um regime mais nefasto, mais covarde, desumano, hipócrita e muito, muito mais disfarçado, camuflado e perigoso. Vivi a

implantação da ditadura financeira que trocou a baioneta pela cédula, pelo título, pela nota promissória e por tudo aquilo que faz prevalecer o milhão sobre a razão. Acordei num mercado persa. Tudo é vendido, tudo é comprado, tudo tem preço. Nada resiste à oferta milionária. Consciência, moral, ética, sensibilidade, tudo tem preço. Não sou eu quem diz.

Os meios de comunicação vêm noticiando, freqüentemente, os efeitos da ditadura financeira. Compra-se lugar na fila, vaga na escola, título de cidadão honorário e, como sempre, e infelizmente, compra-se voto.

Se alguém compra de tudo, alguém vende de tudo. É a corrupção. O Brasil perde, anualmente, vultosas quantias graças à corrupção. A empresa X teve sua proposta favorecida em processo licitatório em troca de propina. A empresa Y pagou mais e ganhou a concorrência. O Deputado X tem muito dinheiro, é dono de rádio, é fazendeiro, dono de cartório, pecuarista, exportador, vai ganhar a eleição, contratou 30 mil cabos eleitorais. Adeus ideologia. A plataforma eleitoral é a cédula de R\$100,00. Corruptor e corrompido juntos, de mãos dadas, em busca da manutenção do pernicioso ciclo que nunca se extingue, o ciclo da ditadura financeira. A variação da ditadura da qual o Brasil é hoje vítima é a forma mais nociva de despotismo, se é que existe a menos nociva. Instala-se como infecção em nossa sociedade. Opera com sistemas próprios que contam com a adesão incondicional de inúmeros grupos, interessados unicamente na dominação e na manutenção de modelos declaradamente opressores.

A ditadura financeira usa como principal instrumento de dominação e opressão, como não poderia deixar de ser, o abuso do poder econômico. Através desse abuso, a verdade deixa de ser considerada, em troca das milionárias somas; talentos são sufocados em virtude de mediocres mensagens capazes de imbecilizar os povos que se vêem como reféns do que deve ser visto, feito, aprendido e utilizado. Através do abuso do poder econômico, são mantidas posições hipócritas que oferecem dois pães com manteiga como remédio para a fome e a miséria, mas guardam, a sete chaves, o caviar e o champanhê, para oportuna degustação.

Tudo parece estar a venda. As consciências são tabeladas, as decisões revertem-se através do financiamento de longo prazo, operações de "leasing" são a solução para obtenção de vantagens, a moral se deprecia e ainda sobra o saldo devedor.

Tudo é levemente negociado, e, às vezes, nos pegamos neste flagrante comportamento como se a melhor maneira de atingir nossos objetivos fosse essa. Aprendemos e ensinamos assim.

Conceituados jornais da capital nos chamam a atenção para o fato de que o Estado perde R\$1.000.000.000,00 a cada período de quatro anos, em razão da corrupção. São R\$250.000.000,00 por ano. Mais de R\$20.000.000,00 por mês.

É muito difícil pensar. É difícil até imaginar.

Segundo esses mesmos jornais, o dinheiro tem destino certo. Serve para manter a ditadura financeira, para comprar votos e corromper Prefeitos, através das emendas apresentadas ao orçamento da União.

Cada brasileiro já nasce devendo R\$6.700,00 em virtude da corrupção, além de ser o Brasil o 46º país mais corrupto do mundo, segundo dados do Banco Mundial. A estrutura que alimenta que esse honroso 46º lugar é a da ditadura financeira, que, em troca, se alimenta da corrupção.

Abordo esse tema com a certeza de que se faz urgentemente necessária a tomada de posição relativa à situação explicitada.

Já não podemos suportar os efeitos dessa, desculpem o termo, roubalheira.

Quem usa práticas como as anteriormente citadas, rouba. Rouba mesmo! Rouba do povo, de si próprio e atrasa todo o processo do desenvolvimento.

Corrigir desvios de caráter e de conduta é muito difícil, mas nem sempre o desonesto é desprovido de inteligência.

Apelando para a inteligência do desonesto, sugiro-lhe que seja honesto por inteligência, sob pena de não sobrar nada para ninguém. Esse processo é autodestrutivo, autofágico, suicida.

Sozinho, não se vai a lugar nenhum. Sei que minhas palavras encontram eco em muitas consciências e corações aos quais peço, encarecidamente, que trabalhem, arduamente, contra essa devastadora e maldosa ditadura financeira.

O Deputado Agostinho Silveira (em aparte)* - Prezado Deputado Geraldo Rezende, faço coro com as palavras de V. Exa., parabenizando-o por denunciar e chamar a atenção da sociedade para uma questão importante e presente no cotidiano, que ajuda a fazer a história e que, lamentavelmente, está dentro do que V. Exa. bem denomina de ditadura financeira, que compra as consciências, inclusive as dos mais humildes, dos mais sofridos. Utilizam-se do poder econômico para corromper a consciência das pessoas e ditar regras para a sociedade. Usurpam, roubam o sacrifício e o suor do povo brasileiro. E V. Exa. chama a atenção para uma questão importante: aqueles que disputam os mandatos nesta Casa e nos outros parlamentos pelo Brasil afora, principalmente em Brasília, custeados, financiados pelo poder econômico, que compromisso poderão celebrar com o povo brasileiro, a não ser ajudar na indústria da corrupção, da safadeza, da roubalheira que capitaneia o País?

Por isso, prezado Deputado Geraldo Rezende, aplaudo a atitude de V. Exa. por chamar a atenção do povo de Minas Gerais, a fim de que, em outubro, as consciências se voltem para os homens e para as mulheres de bem de Minas e do Brasil. Parabéns.

O Deputado Geraldo Rezende* - Parabenizo e agradeço ao ilustre Deputado Agostinho Silveira o oportuno aparte. Sr. Presidente, não podemos aceitar essa ditadura financeira. Parece-me que não terá fim. Mas vamos lutar, vamos em frente. É preciso coragem. É preciso vencê-la. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente nas galerias, ocupo esta tribuna para abordar fatos que ocorreram na Divisão de Tóxicos e Entorpecentes envolvendo os nomes do Delegado Alexandre Liberal e da Dra. Andrea. Posso falar isso com muita tranquilidade, porque, como ex-Presidente da CPI do Narcotráfico, batemos diretamente com essa Divisão, que era alvo de várias denúncias, que foram comprovadas por nós. Foram afastadas várias pessoas, vários Delegados.

O Dr. Alexandre Liberal, a Dra. Andrea, o Inspetor Gabriel e os Detetives Eduardo, Marcelino e Santana hoje fazem parte dessa Divisão, que

está sendo comandada por pessoas capacitadas e honestas.

"Pela matéria divulgada no jornal "Estado de Minas" do dia 26 de março, podemos perceber claramente a desvalorização dos homens públicos e o incentivo ao crime organizado, pois, ao expor e tentar ridicularizar a força pública, também se nos depara uma comparação inverídica e desmoralizadora de um importante órgão estadual, quando intencionalmente se fez mostrar fotografias antigas, que em nada têm que ver com o presente.

Conhecendo os policiais expostos indevidamente, e apenas por uma "vontade inescrupulosa" e sensacionalista, temos a certeza de que a verdade, em breve, será refletida na conclusão dos trabalhos da justiça criminal, que julgará a ramificação do crime organizado em tela.

Deve ser objeto de preocupação social a atitude de um profissional do direito que, obrigatoriamente e por formação acadêmica, sabia que tudo deveria ser levado a efeito através do respectivo processo legal, motivo bastante para repudiar a total falta de ética nas denúncias elaboradas em um canto de escritório.

Você, cidadão do bem, tenha garantia de que muito mais está por trás das denúncias apresentadas.

Delegado Alexandre, Delegada Andrea, Inspetor Gabriel, Detetives Eduardo, Marcelino e Santana, a sociedade civil precisa se organizar e banir do nosso convívio social tudo o que decorre da disseminação do mal. Será que o mal está ou estava no coração responsável pelas diversas inverdades publicadas?

A nossa verdade é que a Polícia Civil, através da Divisão de Tóxicos e Entorpecentes, acertou ao mexer no vespeiro do segmento do narcotráfico em evidência, que era um dos mais preocupantes nas Zonas Leste e Norte da Capital mineira.

Tanto é que até um dos órgãos da imprensa demonstrou estar submisso a falsas verdades.

Lamentamos muito, Dr. Alexandre Liberal, Dra. Andrea, Inspetor Gabriel, Detetives Eduardo, Marcelino e Santana, essa publicação, pois conhecemos o trabalho que os senhores vêm fazendo na Divisão de Tóxicos e Entorpecentes, o qual realmente mudou aquela cara que nós, da CPI do Narcotráfico, conhecemos. E conhecemos de perto a vergonha que era a cadeia de tóxicos e entorpecentes em Minas Gerais. Hoje o seu trabalho honesto, transparente, incomoda muita gente.

Quero fazer minhas as palavras de vários colegas desta Assembléia, que pensam o mesmo. Gostaria também de dizer ao Dr. Alexandre Liberal, à Dra. Andrea, ao Inspetor Gabriel, aos Detetives Eduardo, Marcelino e Santana que continuem o seu trabalho, porque o trabalho honesto e sério incomoda muita gente, e não podemos parar.

O Deputado Wanderley Ávila (em aparte)* - Agradecemos ao Deputado Marcelo Gonçalves o aparte que nos concede. Mas também não poderíamos nos silenciar, não poderíamos nos calar.

Primeiramente, vemos pela imprensa a divisão da Polícia Civil, quando se fala "banda podre" da polícia. Não concordo com esta expressão: "banda podre", porque dá a entender que metade da polícia tem práticas não condizentes com a das Polícias Civil e Militar. Não concordo com a expressão "banda", mas existem pessoas que são indesejáveis em todos os segmentos da sociedade.

Mas o meu aparte tem o intuito de atestar e afirmar, de público, que o Dr. Alexandre Liberal é uma pessoa honesta, competente, homem livre, de bons costumes, que honra e dignifica a Polícia Civil de nosso Estado. Muito obrigado.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Agradeço o aparte do Deputado Wanderley Ávila. Antes de ceder a palavra ao Deputado Rogério Correia, gostaria de dizer que o Deputado Wanderley Ávila disse uma grande verdade.

Infelizmente, em toda a sociedade, em todas as classes, existem os bons e os maus profissionais. Hoje, na Comissão de Direitos Humanos, apareceu um jovem empresário chamado Márcio João Ribeiro, que vem, há quatro anos, sendo ameaçado de morte e, no último sábado, sofreu uma tentativa, com seis tiros disparados em sua empresa. Por incrível que pareça, são as mesmas pessoas, os mesmos Detetives, inclusive um Detetive que já foi condenado a três anos e oito meses de prisão e continua em atividade, cujo nome é Ricardo, e, também, o Detetive Jamerson Dutra de Miranda, que também já teve seu nome envolvido em alguns casos. E tudo fica na Corregedoria da Polícia Civil, nunca se declarou nada. Hoje, na Comissão de Direitos Humanos, apresentei um requerimento com o nome de vários Delegados e Detetives que foram indiciados na CPI do Narcotráfico. Até agora, os nomes estão na Corregedoria da Polícia Civil, e ninguém sabe para onde foram. Fizemos o requerimento, e não obtivemos resposta.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Marcelo Gonçalves, nosso Presidente da CPI do Narcotráfico, da qual tive o prazer de ser o relator. Quero, mais uma vez, parabenizar V. Exa. por abordar novamente esse assunto, que temos a obrigação de não deixar desaparecer das nossas palavras e dos atos práticos que fazemos. Nós dois, Deputado Marcelo Gonçalves, somos algumas vezes cobrados por possíveis injustiças que estaríamos cometendo com a instituição Polícia Civil. Mas não é verdade. O problema é que sabemos que a CPI, não só a nossa, mas outras também, demonstraram a existência de uma "banda podre" na Polícia Civil. Não é a metade, 2/3, não sei quanto, mas uma parte podre, que existe. O Dr. Alexandre Liberal pode, por sinal, estar sendo vítima dela, porque substituiu o Dr. Odimar, que era o Delegado da Divisão de Tóxicos, que foi denunciado e indiciado pela CPI, exatamente porque recebemos inúmeras denúncias de que ele próprio ajudava o tráfico de drogas, liberando presos no final de semana, que voltavam com propinas, que eram distribuídas para a "banda podre" da Polícia Civil. Foi essa denúncia que a CPI recebeu e comprovou, fazendo com que o Dr. Odimar saísse da Divisão de Tóxicos. Agora, denúncias são feitas contra o Dr. Alexandre Liberal, sem nenhuma prova, provavelmente por essa parte podre, querendo prejudicar a parte honesta da Polícia Civil, que esperamos seja maioria, mas que às vezes fica acuada, amedrontada e nos procura para dizer que é preciso tomar algum tipo de atitude contra os maus policiais que compõem a "banda podre".

Quero parabenizar V. Exa., que está fazendo justiça, falando o nome de pessoas que, no interior da polícia, procuram fazer um trabalho limpo e que são, muitas vezes, vítimas dessa "banda podre". Na maioria das vezes, "passam a mão na cabeça" desses maus policiais: os que foram indiciados pela CPI do Narcotráfico ganharam prêmios, continuam Delegados, são transferidos de um lugar para outro, mas jamais são afastados. Nada é feito da maneira radical que seria necessária: tirar o distintivo deles e afastá-los da polícia, para que esta possa ser honrada, que é o desejo de todos nós. Parabéns, Deputado Marcelo!

O Deputado Marcelo Gonçalves - Quero agradecer a palavra do Deputado Rogério Correia. Por incrível que pareça, a denúncia contra o Dr. Alexandre foi feita pelo Detetive Francisco Maciel, que fez concurso na Polícia Militar, não tendo sido aprovado, e que foi expulso da Polícia Militar, onde o Inspetor Gabriel não aprovou sua ficha como Detetive. De um dia para o outro, apareceu Detetive em Contagem, promovido pelo ex-Secretário da Segurança.

Não tenho dúvida de que foi feita uma armação em cima dessas pessoas honestas, que fazem um trabalho transparente.

Espero e tenho a certeza de que o Delegado Alexandre e todos os seus funcionários - estive lá visitando a cadeia de Tóxicos e Entorpecentes - estão de cabeça erguida e de que a sociedade confia nele e em sua equipe. No passado, eu, como Presidente, e os Deputados Rogério Correia, Sargento Rodrigues, Paulo Piau e Carlos Pimenta atacamos frontalmente e provamos que havia envolvimento de policiais na facilitação de traficantes na Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes. Hoje, podemos dizer com tranquilidade que, graças a Deus, mudou a cara. Isso incomoda determinadas pessoas.

Espero que o Secretário da Segurança, Márcio Domingues, por quem tenho grande admiração e respeito, possa realmente cobrar, daqui para frente, da Corregedoria. Esperamos que a Corregedoria dê alguma satisfação à sociedade sobre todos os Delegados envolvidos.

Houve prova do caso de um Delegado que recebeu das mãos do maior traficante de Minas Gerais, com conexão de Rondônia, Paulo Geovanni Sheffers, aproximadamente R\$80.000,00. Quando recebeu do traficante, disse que vendeu uma blazer numa agência em Contagem. Juntamente com o Corregedor, verificamos toda a documentação comprovando o fato. A notícia que tenho é que esse Delegado foi promovido e que o Detetive continua atuando até hoje com muita tranquilidade. Com relação ao outro Delegado, foi provado que tinha envolvimento com narcotráfico e quadrilha. No entanto, recentemente foi promovido para uma delegacia em outra cidade. E assim vai.

Queremos denunciar esse corporativismo. Temos a certeza de que o nosso Secretário da Segurança tomará as devidas providências, mesmo porque a Comissão de Direitos Humanos pediu audiência junto ao Secretário por causa do empresário Márcio João Ribeiro, que vem sendo ameaçado, há mais de quatro anos, por dois Detetives. Um deles já foi condenado, mas continua na ativa.

Sr. Presidente, lamentamos a situação dos bons policiais que querem realmente moralizar. Pena que um grupo de cima, maior - não é gente pequena que está fazendo isso -, vem atrapalhando o belo serviço da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes.

Quero fazer um apelo também ao Secretário de Obras para ver a vergonha em que se encontra a estrada de Jequitinhonha a Itaobim. Quer dizer, não há estrada, só buracos. Já enviamos requerimento à Secretaria para tomar as devidas providências, porque essa estrada se encontra em estado de calamidade pública. Onde não há asfalto, por causa dos buracos, os carros atolam. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, pessoas que nos acompanham através da TV Assembléia, a região que temos a honra de representar nesta Casa, o Norte de Minas e o vale do Jequitinhonha, tem sido motivo de nossas preocupações porquanto sabemos ser essa região uma das mais carentes e que necessitam do apoio público de nosso Estado. Trata-se de região de grande potencial, mas, ao mesmo tempo, em passado muito recente, os Governos desdenharam de nossa região, desinteressaram-se e deixaram em terceiro plano o Norte de Minas e o vale do Jequitinhonha, freqüentemente lembrados apenas em épocas de eleição.

Hoje, o que estamos vendo é que há um esforço do Governo do Estado em, pelo menos em pontos essenciais, cuidar dos interesses dessa região. Duas obras estão sendo iniciadas, uma delas quase concluída, que vão marcar época no progresso, no desenvolvimento da nossa região. No Norte de Minas já está quase pronto o Jaíba II. No Jequitinhonha está começando a barragem de Irapé. O Jaíba II, para quem conhece o potencial do Norte de Minas, com os canais que foram construídos para permitir a irrigação e a produção, principalmente de frutigranjeiros, vai produzir frutas e alimentos para Minas, para o Brasil e para o mundo. Há muitos anos ouvimos falar no Jaíba. Há muitos anos o Projeto Jaíba estava no papel sendo implantado. E é neste Governo, que tem à frente o Governador Itamar Franco e o Vice-Governador Newton Cardoso, que estamos vendo materializar-se, concretizar-se um sonho de toda uma região. A região do Jaíba nunca será a mesma depois de esse projeto ser implantado por inteiro. Hoje já existe movimentação das forças vivas da sociedade para comporem dentro do Jaíba. Temos convicção de que ficará na história de Minas Gerais a implantação do Jaíba II. Lá, bem recentemente, estivemos com o Governador Itamar Franco, inaugurando uma das etapas e lançando o asfaltamento da rodovia que termina o asfalto entre Janaúba e Jaíba, até à beira do rio São Francisco.

A obra de Irapé, por sua vez, ao produzir energia elétrica que vai garantir os projetos agroindustriais do Norte de Minas, da Jaíba e do próprio Jequitinhonha, é um projeto que, por si só, se justifica. Tanto é verdade que há um consórcio de empresas nacionais e internacionais que se interessaram em implantar o projeto. A CEMIG pilota um projeto que vai ser orgulho de Minas e do Brasil, que já na sua construção vai empregar de 4 a 5 mil pessoas. Portanto, é motivo de alegria ver o Governo presente com duas obras maiúsculas no Norte de Minas e no Jequitinhonha.

Em termos da segurança, que é outro setor que nos preocupa sobremaneira, a Polícia Militar, quer agora ampliar sua presença em todos os recantos da nossa região, e a Polícia Civil, a Secretaria de Estado da Segurança Pública, que tem à frente o Dr. Márcio Barroso Domingues, tem feito um trabalho de convivência pacífica, de bom resultado em termos de segurança na região.

Em Montes Claros, no entanto, nos preocupa os níveis de segurança. Deixou de ser nossa pacata cidade onde, por dois mandatos, tive a alegria de ser Prefeito. Era uma cidade onde se podia ficar na porta de casa vendo o movimento da rua, uma cidade bucólica, que agora só existe em nossos recônditos. A Montes Claros de hoje cresceu, está para lá de 300 mil habitantes, recebe o fluxo da Rio-Bahia que vem para o Triângulo Mineiro. Com a ligação da BR-251 há um fluxo migratório do Norte e Nordeste que está passando dentro de Montes Claros, transformando-a numa cidade onde os furtos, roubos e assaltos têm sido uma constante. Especialmente a questão da falta de segurança pela ação de "gangs", com a presença de menores em conflito com a lei, fez com que projetássemos, através da Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos, a construção de um centro de recuperação de adolescentes infratores em Montes Claros, para a região do Norte de Minas.

Lançamos a semente desse projeto por determinação do Governador Itamar Franco, que recomendou que implantássemos cinco centros, um em cada região do Estado. Parabenizo a Secretária Ângela Pace, pois acaba de ser decidida a licitação, começando, ainda este mês, a construção de um centro de recuperação de adolescentes em conflito com a lei, em Montes Claros, e outro, em Governador Valadares. Com o término dessa obra até o final do ano, haverá lugar para onde serem enviados esses meninos em conflito com a lei, onde receberão assistência e boa condição de realizar seu trabalho. São presenças como essas, do Governo do Estado, do Centro de Recuperação de Adolescente Infrator em Montes Claros e da Penitenciária Regional de Máxima Segurança, em Francisco Sá, quando nós também, como Secretário, estivemos plantando essa idéia. É bom ver que a Secretária está conseguindo recurso federal e do caixa estadual para viabilizar esses dois empreendimentos, obra da maior importância para a segurança pública de Montes Claros e região. Obras como a COPASA tem feito em Montes Claros, nos últimos dias, quando foram assinados convênios no valor de R\$32.000.000,00 para implantação de obras de canalização de áreas condutoras, assim como de uma estação de tratamento de esgoto, uma das primeiras do Estado de Minas Gerais naquela cidade. Lamentavelmente, o convênio da COPASA foi assinado com a Prefeitura de Montes Claros. E o que se vê, quando a obra se inicia: o Prefeito, ao anunciar a obra, esquece-se de que todo o dinheiro é do Governo do Estado, é dinheiro da COPASA; omite essa informação à população. Mas nós, que tivemos a alegria de apoiar Itamar Franco e Newton Cardoso na região do Norte de Minas, nos dois turnos, estamos aqui para testemunhar que essa é mais uma obra do Governo do Estado, presente em Montes Claros. Aqui estamos agradecendo obras como essas e reivindicando mais. O Norte de Minas e o Jequitinhonha, regiões que ficaram durante anos atrasadas em relação às demais, precisam do apoio que têm recebido para recuperar o tempo perdido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderia deixar de abordar o momento mais importante e fecundo que estamos vivendo: o momento político de Minas Gerais, envolvendo a decisão que será tomada pelo PMDB nos próximos dias, para definir sua candidatura ao Governo do Estado. Não fugirei a esse assunto, embora seja difícil para nós, do PMDB, que aguardamos a definição dos nossos próceres. Reconhecemos nas pessoas de Itamar Franco e Newton Cardoso as duas maiores e mais respeitadas instituições do nosso partido em Minas Gerais. E, neste momento, quando é perguntado a um Deputado do PMDB qual a sua decisão, quem apoiará para Governador, não é motivo de surpresa se não souber dizer. Isso porque nós, peemedebistas, estamos vivamente interessados, mesmo que existam divergências como parecem hoje existir, que, muito em breve, sentem-se à mesa o nosso Governador Itamar e o nosso Vice-Governador Newton e decidam como marcharemos nessa campanha. O PMDB não pode se omitir neste momento; seu Diretório Regional não pode ficar de braços cruzados. E é por essa razão que, ainda hoje, teremos uma reunião da Bancada Estadual do PMDB com lideranças do partido no interior do Estado, principalmente Prefeitos das cidades mais importantes, que são do nosso partido. Hoje, à noite, estaremos reunidos para trocar idéias, buscar alternativas, encontrar caminhos para este momento de grande importância que vive o PMDB em nosso Estado. Os Prefeitos das cidades-pólo, do PMDB, quase nunca são chamados a debater essas questões, porque se encontram envolvidos no dia-a-dia de seus governos municipais.

Pois bem hoje à noite eles terão oportunidade de falar para o partido, e o partido, de ouvi-los num momento em que a decisão será tomada. O povo mineiro, que tem o PMDB na alma, não aceita que ele fique de fora dessa disputa. Não podemos, nem de longe, imaginar que o PMDB que está no Governo, que conquistou o poder nas urnas nas últimas eleições, que derrotou os tucanos e colocou para fora do Palácio da Liberdade aqueles que tratavam de forma desrespeitosa o patrimônio do povo mineiro, fique fora dessa disputa. O povo mineiro não aceita que o PMDB se omita meu momento como esse. O nosso problema não é de falta de candidato, o nosso problema é que temos dois bons candidatos. Temos dois candidatos com condições de ganhar as eleições e derrubar os adversários na campanha deste ano. E, por essa razão, o PMDB está vivendo o seu momento de definição política. Não é de estranhar que estejamos aguardando uma definição, mas, ao mesmo tempo, estamos juntos participando do dia-a-dia da definição que vai ser dada.

O Governador Itamar Franco assumiu este Estado num momento de imensa carência, num momento em que Minas Gerais estava devastada, como se tivesse passado por aqui um bando de gafanhotos. S. Exa. soube recuperar as finanças de Minas, levantar a cabeça de Minas Gerais. Portanto, tem feito um governo honesto, correto e justo. Junto com ele esteve o Vice-Governador Newton Cardoso, que não foi figura decorativa neste Governo. Ao contrário, participou, atuou e investiu neste Governo. Neste momento o PMDB tomará uma decisão das mais difíceis, mas confiamos que tanto Itamar Franco quanto Newton Cardoso chegarão a um denominador comum. Minas Gerais tem uma história muito longa e muito profícua no seu passado e tem um porvir que é da maior importância. Temos tempo e temos homens para preencher esse porvir e dar ao futuro de Minas o que Minas merece. Haverá tempo para um e para outro, só não vê quem não quer. Por essa razão fazemos um apelo desta tribuna, um apelo à sensibilidade do Governador Itamar Franco, um apelo à grandeza de espírito do Vice-Governador Newton Cardoso, para que saiamos com a fumaça branca de um candidato que atenda nossas necessidades e que o partido caminhe rumo às eleições de outubro com a certeza da vitória. Essa expectativa não é apenas minha, é dos peemedebistas de todos os recantos de Minas Gerais, onde sentimos a expectativa, mas sentimos a confiança, a certeza na vitalidade desse partido. Hoje à noite o PMDB poderá dar o primeiro passo para termos a decisão que definirá os destinos da nossa Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente às galerias, com muita tristeza, com muita decepção percebo que nossa imprensa mineira está fazendo, como fez hoje no "Estado de Minas", "mea culpa". "Mea culpa" porque entendo que a grande imprensa brasileira, em hora alguma, abriu espaços para a discussão, para os questionamentos das primeiras e das grandes privatizações deste País.

Refiro-me, principalmente, à privatização ocultada pela grande imprensa. O Congresso Nacional e o Governo Fernando Henrique sonegaram aos brasileiros essa informação, para que não a debatêssemos em tempo oportuno. Quando o debate veio à imprensa, as privatizações já estavam em cima da hora, as opiniões já estavam formadas, e o povo, iludido. Somente as grandes centrais sindicais posicionaram-se e levaram pancadas no lombo, heroicamente. Nesta Casa, um grupo de parlamentares levantou-se também contra a privatização da Vale.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Marco Régis, escutaria, se tivesse oportunidade, o resto do pronunciamento de V. Exa., pois é importante o combate, ainda hoje, ao processo de privatização. É necessário combater o que foi feito, para que outros não aconteçam.

Sei que V. Exa. vai nesse rumo, sempre na crítica ao que foi feito no Governo Fernando Henrique Cardoso.

O Deputado Marco Régis - O "Mea culpa" de que falo a V. Exa., Deputado Rogério Correia, é o fato de hoje estar estampado no "Estado de Minas" que a compra de prédios reforça a suspeita nas privatizações das teles. Temos também o cambalacho acontecido na privatização das "teles". Ouvi, por meio de emissora de TV a cabo - a TVE, espanhola -, a colocação de um jornalista espanhol: "las joias de la corona" -, pois, na verdade, eram as jóias da coroa.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado, gostaria de parabenizá-lo. Infelizmente, não poderei escutar todo o pronunciamento de V. Exa., porque marcamos para hoje, na Comissão de Direitos Humanos, a vinda dos trabalhadores rurais de Buritis, que pertencem ao MST e que, recentemente, fizeram a ocupação da fazenda do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Pedi o aparte porque alguns setores da imprensa quiseram colocar esses trabalhadores rurais, que lutam por terra, como bandidos, quando, na verdade, passam necessidades, já que a terra não é dividida. Estamos aqui para que essa ilusão não seja vendida ao povo brasileiro. Estão no teatro. Iremos escutá-los e constatar que são trabalhadores rurais. Precisam da terra e fizeram um protesto justo, para mostrar ao Presidente da República que a reforma agrária é necessária, assim como queremos manifestar que a privatização não é um programa que serve ao povo brasileiro. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Menezes (em aparte) - Sr. Presidente e Srs. Deputados, minha cidade é o berço da CVRD, e todos sabemos que essa Companhia foi vendida a preço de banana. Basta dizer que, em Itabira, o minério sondado pela Vale, que já exportou 1.500.000.000t de minério de ferro, é capaz de abastecer o mundo durante mais 200 anos. Se dividirmos o minério existente em Itabira para a comunidade mundial, haverá 2t para cada habitante da terra. A companhia foi vendida a preço de banana, e isso revolta o povo itabirano. Obrigado.

O Deputado Marco Régis - Deputado Luiz Menezes, com muito orgulho recebemos o aparte de V. Exa., expressiva figura da Itabira de Carlos Drummond de Andrade e da Itabira berço da Vale. Ninguém melhor que V. Exa. para recheiar o nosso pronunciamento com as cores vivas do sentimento do itabirano.

Retomo minhas palavras, afirmando que cito a manchete do jornal "Estado de Minas" como "mea culpa", porque, na verdade, a grande imprensa se calou no episódio das grandes privatizações, principalmente no que se refere àquela que foi o grande fiasco, a grande tragédia e pela qual me sinto menos brasileiro até hoje: a privatização da CVRD.

Naquela época, dizia que os meus brios nacionalistas estariam esmaecidos com a venda da Vale do Rio Doce, que se concretizou. Isso foi reforçado pelas palavras desse Deputado idealista, nosso decano, Deputado Luiz Menezes. A imprensa faz "mea-culpa" quando faz essa denúncia brilhantemente. Sinto que isso é salutar, porque está nas entrelinhas, pois criticar as privatizações é levar-nos ao remorso, pois, no passado, houve um grande esforço e o suor do povo brasileiro e de Presidentes da República. Cambalachos feitos por elementos como esse Sérgio Ricardo de Oliveira, ex-Diretor do Banco do Brasil, que ajudou a aliciar pessoas ligadas a fundos de pensão, para a privatização da Vale do Rio Doce e do Consórcio Tele-Norte e Leste, hoje a TELEMAR, estão estampados na primeira página do "Estado de Minas". Deixarei aqui,

para que os telespectadores não pensem que há maquinação dos Deputados contrária às privatizações. O Edifício Inconfidentes, situado na R. dos Inconfidentes, em Belo Horizonte, foi avaliado em R\$9.200.000,00. O Edifício Samos, situado na R. Sete de Setembro, no centro do Rio de Janeiro, foi avaliado em R\$4.500.000,00. A venda desses edifícios possui uma conotação suspeita. Pelas investigações feitas pelo Ministério Público, eles foram propinas recebidas por um Diretor do Banco do Brasil, que aliciou segmentos dos fundos de pensão da PETROS e da PREVI: um na privatização da Vale do Rio Doce, e o outro na privatização das nossas empresas de telefonia. Isso nos deixa entristecidos, revoltados e indignados, porque, como disse, foi usado o suor de milhões de brasileiros e de outros Presidentes da República para alavancar o progresso e o desenvolvimento do Brasil, como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek de Oliveira. Esse dinheiro saiu pelos vãos dos dedos a preço de banana, como disse o Deputado Luiz Menezes, nas privatizações da Vale do Rio Doce e das empresas de telefonia deste País. Isso nos deixa entristecidos, indignados e revoltados. Estamos vendo que o Brasil caiu nas mãos de cambalacheiros, de trambiqueiros e de empresas multinacionais. Uma empresa como a Vale do Rio Doce, que fazia jus ao figurino do neoliberalismo, eficiente, lucrativa e competitiva, preenche os três requisitos da cartilha neoliberal, assim mesmo, foi vendida a preço de banana. E o Brasil perdeu um grande trunfo e um enorme cacife na mesa das negociações internacionais. A Vale poderia ser um instrumento forte de negociação do Brasil frente aos estrangeiros. Se não fosse o Governador Itamar Franco, viraríamos outra Argentina. Temos de dar valor a isso. O Governador pode ser criticado por isso e aquilo, mas foi o seu sentimento nacionalista que impediu a privatização das Centrais Elétricas de Furnas. Ele também impediu que a CEMIG continuasse sendo dominada por sócios minoritários.

Portanto, temos de fazer este pronunciamento, porque o que está registrado no "Estado de Minas" é revoltante. Um cidadão, que foi Diretor do Banco do Brasil, comprou a metade dos prédios que mencionamos. Um amigo seu, dono de uma empresa de consultoria, comprou o restante. Isso cheira a trambique e a cambalacho, embora esteja processando o ex-Senador Antônio Carlos Magalhães, que o denunciou por isso. Na verdade, de acordo com as investigações do Ministério Público, há sérias evidências de que ele participou desse trambique das privatizações.

Sr. Presidente, aproveito os minutos que me restam para pedir, implorar, rogar à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária desta Casa que analise com carinho e muita ênfase o nosso projeto protocolado nesta Casa no auge da crise energética. Trata do aproveitamento da energia da biomassa, especificamente do bagaço da cana, para a produção de energia, ou seja, co-geração de energia em Minas Gerais.

É um projeto que, não sei por que motivo, sofreu descaracterização total na Comissão de Constituição e Justiça. Ela deveria analisar o projeto quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade, mas, não sei por que motivo, foi apresentado o Substitutivo nº 1, que descaracterizou o projeto totalmente.

Felizmente, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a pedido do Deputado Ivair Nogueira, tivemos hoje representantes do Sindicato dos Produtores de Açúcar e de Usinas, do Assessor de Comunicação da Federação de Agricultura de Minas Gerais - FAEMG -, os quais elogiaram o nosso projeto. Disseram que está completo, porque não só prevê a co-geração de energia por parte das usinas, como também cuida do meio ambiente e da geração de emprego.

Estranhamos, pois são dados incentivos neste País para empresas multinacionais, como montadoras de automóveis, em que o emprego tem custo muito alto. Cada emprego numa montadora de automóveis tem um investimento de R\$300.000,00, enquanto um emprego no campo ficaria por muito menos, por R\$15.000,00.

Embora a crise de energia tenha sido superada - aparentemente -, porque choveu bastante este ano, não podemos permitir que esse projeto não vá adiante, porque significa energia verde, de recursos renováveis, produzida com recursos brasileiros. Poderíamos, com isso, ressuscitar o Pró-Álcool, criação brasileira, descoberta nossa durante a crise energética do petróleo, na época do Presidente Geisel. O Pró-Álcool foi sepultado aqui, mas renasceu em outras partes do mundo. Estados Unidos, China e França já misturam etanol na gasolina e, portanto, estão produzindo etanol, mas, quando importam o combustível brasileiro, sobretaxam-no em 100% nas suas alíquotas, especialmente os EUA.

Portanto, Srs. Deputados, especificamente membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, peço-lhes atenção para o nosso projeto, que é verde-amarelo, ajuda este País a obter renda e emprego. Além do mais, incentiva a produtividade no campo, o incremento da nossa produção sucroalcooleira e, com isso, a geração de emprego e a fixação do homem nos pequenos municípios. Obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo de Minas Gerais, tenho um assunto importante a ser tratado: o II Encontro das Estradas, que acontecerá em Montes Claros, nos dias 18 e 19 de abril.

Antes, porém, gostaria de fazer um testemunho, enaltecendo o trabalho de um Secretário de Estado que deixou as funções no dia 5, para candidatar-se à Câmara Federal, mas prestou, principalmente nesse período chuvoso, de dificuldades, um grande trabalho no Jequitinhonha e no Norte de Minas.

Refiro-me ao ex-Deputado, ex-Prefeito, ex-Secretário da Habitação Ronaldo Perin. É importante mostrarmos a força da eficiência. Em momentos difíceis, quando algumas cidades de Minas Gerais, principalmente do Jequitinhonha, sofreram com as intempéries, com as chuvas que caíram abundantemente, derrubando centenas de casas e deixando desabrigadas centenas de pessoas, o então Secretário da Habitação Ronaldo Perin, mostrando a sua experiência como homem público, socorreu prontamente as cidades. Esteve pessoalmente em cada uma delas. Por meio do programa da COHAB a fundo perdido, consegui recursos para a construção de mais de 2 mil casas e reforma de mais de 3 mil residências no Norte de Minas e Jequitinhonha. Em Januária, 80 casas serão reconstruídas. Com a ajuda do Prefeito Josefino, 80 famílias que não tinham a quem recorrer tiveram o apoio amigo do Secretário Ronaldo Perin e do Governador Itamar Franco. Em Jaíba, serão 107 casas; em Verdelândia, 42; em Juramento, 20; em Francisco Dumont, 20; em Manga, 18; em Campo Azul, 16. São 303 casas sendo construídas e mais 120 reformadas, num total de 423 residências no Norte de Minas.

Fica registrado o agradecimento ao Secretário Ronaldo Perin e o reconhecimento do povo do Norte de Minas. Não há nada mais importante e digno do que construir uma casa para uma família de baixa renda, principalmente porque as chuvas, tão escassas no Norte de Minas, num temporal sem precedentes, destruíram 423 casas em nossa região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna para falar sobre um importante encontro que acontecerá em Montes Claros: o II Encontro das Estradas. Durante um ano, tenho usado a tribuna para denunciar o descaso com a BR-135, para anunciar a morte de tantas e tantas pessoas devido à irresponsabilidade do Governo Federal e do DNER, que têm conhecimento da precariedade das nossas estradas, e não fazem nada para frear essa sucessão de acidentes fatais. Agora, uma luz aparece no fim do túnel.

No dia 19 de abril, autoridades como o Senador José Alencar, o Deputado Federal Eliseu Rezende, o Secretário do Planejamento Dr. Frederico Penido, o Deputado Federal Aécio Neves, o Dr. Paulo Paiva, representando o BID, e o Sr. Clésio Andrade, representando a Confederação Nacional de Transportes, estarão frente a frente com Prefeitos, Vereadores e entidades de Montes Claros e do Norte de Minas, debatendo a recuperação da BR-135, da BR-365, que liga Montes Claros a cidades importantes, e da BR-251, Rio-Bahia. O evento será patrocinado pelo Banco do Nordeste, com o apoio da ADENE. Estaremos cobrando efetivamente, de forma clara, olhando nos olhos, dizendo que não queremos e não aceitamos mais a situação dessas BRs tão importantes para o Norte de Minas.

Será, Sr. Presidente, um passo importante, porque, além da recuperação dessas estradas, estaremos debatendo e mostrando a importância das rodovias para o escoamento da nossa produção, principalmente na interligação com o oceano Atlântico, com os portos dos Estados do

Espírito Santo e da Bahia.

Fica, portanto, o registro não só da nossa esperança renovada, mas também do fruto de um trabalho de tantos e tantos meses, que culminou com o pronunciamento, com o choro de todos os parlamentares. Agora, podemos sonhar com o processo de recuperação das BRs do Norte de Minas, que são tão importantes para a economia do nosso Estado. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembléia, nesta oportunidade, discutirei mais um veto do Governador do Estado a um projeto que foi discutido com muito cuidado e com muito tempo nesta Casa. O mais interessante é que esse projeto foi discutido com o próprio Executivo, sendo que o Governador, a todo o momento, não só tomou conhecimento da discussão feita na Assembléia, mas também opinou sobre a matéria. No entanto, agora estamos diante do veto a um projeto que foi discutido com muito cuidado nesta Casa.

Hoje, pela manhã, quando iniciava a discussão acerca desse veto, solicitei à Presidência que encerrasse a reunião, porque não havia quórum para realizar a discussão de um veto a uma matéria tão importante, que diz respeito a grande parte da sociedade de Minas Gerais e está ligada às microempresas. Foi feita a recomposição de quórum pelo Presidente, mas, como imaginávamos, não havia número sequer para se fazer a discussão.

Gostaria de ter a oportunidade de me defender. Na manhã de hoje, enquanto cumpria o meu trabalho na Comissão de Direitos Humanos, para a qual fui designado pelo meu partido, fui acusado de obstruir a pauta. Quero me defender dessa acusação, pois não estava presente, já que estava nos Plenarinhos, discutindo um projeto.

Quero dizer que, da nossa parte, em nenhum momento, houve a intenção de obstruir os trabalhos. O PSB cumpriu tudo que acordou no Colégio de Líderes. Cumprimos todos os entendimentos acordados em relação à pauta da Assembléia. Não há, da nossa parte, deliberadamente, a intenção de obstruir; temos de lamentar que cumprimos os entendimentos, os acordos firmados, e não percebemos o mesmo da parte daqueles que também assumiram conosco acordos e entendimentos cumpridos. É lamentável que isso ocorra. Depois ainda temos que suportar acusações, mesmo quando não estamos presentes.

Alguns tentam dizer que a nossa obstrução se deu por questões pessoais. Se fosse - estou com a ordem do dia de ontem, dia 9/4/2002 -, o primeiro veto apreciado e mantido foi a um projeto de minha autoria. Logo depois, foi apreciado o veto que dispõe sobre a recomposição das tabelas dos valores mensais dos vencimentos dos cargos de chefia da FHEMIG, do HEMOMINAS e do IPSEMG.

Não existe, da nossa parte, essa idéia de promover vingança pessoal, mesmo porque estou convencido de que aqueles que votaram anteriormente pela aprovação do projeto, e, agora, votaram pela manutenção do veto, pela derrota do projeto que incentiva o esporte no Estado, não me derrotaram. Estou convencido de que derrotaram os jovens, as crianças do nosso Estado, aqueles que precisam tanto do esporte para o seu desenvolvimento, para que tenham possibilidade de transformação social. Por isso não me sinto derrotado.

Lembro-me sempre de algo que foi dito sobre Abraão Lincoln, que é um pensamento de lenhadores: "Uma árvore é mais bem medida quando cai por terra". E algo que aprendi na vida é que nem sempre é possível vencer, mas não precisamos ficar derrotados e temos de continuar nossa luta. Animo-me também com aqueles que não ficaram pequenos e votaram no interesse público, não votaram contra uma pessoa, mas pelo interesse público, e merecem essa ressalva da minha parte.

Quero dizer da nossa incompreensão. Não conseguimos compreender como o Governador conseguiu, em tão pouco tempo, vetar tantos projetos e quebrar tantos acordos. Talvez passe isso para sua base na Assembléia Legislativa, que não consegue cumprir os acordos feitos. O Estado de Minas Gerais, que detém, de acordo com os números do IBGE publicados hoje, um desemprego crescente, não consegue compreender a importância de suas microempresas. Sabemos que praticamente 70% dos empregos em Minas Gerais estão nas microempresas e entendemos que o Governador não tem razões para vetar o projeto. É interessante quando, nas razões do veto, ele diz que veta o projeto porque considera que ele dificulta a proteção da economia mineira. Ora, é uma aberração achar que dar melhores condições, não impor às pequenas empresas impostos as impede de sobreviver; achar que diminuir esses impostos dificultaria a proteção da economia mineira. Isso é uma pérola nas razões do veto. Imagino que não foi o Governador quem fez essa mensagem, alguém deve ter feito.

Consideramos que o melhor imposto é o menor imposto, cobrado sobre uma base maior. E o que vemos é a possibilidade, cada vez maior, de termos o fechamento de empresas e de postos de trabalho. E entende o Governador que, vetando esse projeto, mantendo uma carga excessiva de impostos sobre as microempresas, estaria protegendo a economia de Minas Gerais. Não é possível que, na assessoria do Governador, não tenha alguém que mostre o elevado número de empresas que, a cada dia, no nosso Estado, estão fechando. E, quando isso acontece, fecham-se postos de trabalho também. O emprego no nosso Estado, cada dia mais, some, temos um crescente desemprego. Essa é uma matéria importante para ser discutida, é matéria que merece, por parte dos Deputados da Assembléia Legislativa, uma resposta vigorosa.

Imagino que os Deputados estão vendo a situação no Estado como um todo, com o desemprego e as pessoas vindo à Assembléia em busca de um emprego. Quando o Governador veta nossa proposta, vemos a possibilidade, cada vez maior, de haver o aumento desse desemprego.

É lamentável que isso aconteça e não se tenha a possibilidade de ter um imposto menor, mas que defenda a permanência dessas pequenas empresas gerando emprego para o jovem, para o cidadão e para a cidadã de Minas Gerais. Essa não é uma visão moderna. Não é isso que acontece no mundo como um todo. O que os países fazem - e estamos acompanhando o que os Estados Unidos estão fazendo neste momento com o Brasil - é proteger o emprego no seu país, sobretaxando o aço brasileiro. Isso tem ação direta em Minas Gerais.

No entanto, do lado de cá, o Governo do Estado impõe taxas e impostos pesados às nossas empresas, especialmente as microempresas, tirando a possibilidade de sobrevivência. Onde está a proteção da economia mineira? Qual é a visão e o projeto do Estado nessa área de geração de emprego? Será que é realmente isso que o Governador está conseguindo fazer no nosso Estado? Será que está protegendo a economia mineira ao fazer com que o imposto cresça cada vez mais? Será que as nossas empresas estão sobrevivendo a esse imposto alto que vemos no Estado? Enquanto isso, do outro lado da divisa, temos alíquotas diferenciadas para as empresas. Gostaria de conhecer o projeto e o planejamento do Governo. Já tivemos quatro ou cinco Secretários de Planejamento e não conhecemos o projeto.

Temos um peso sobre a empresa mineira que a impede de sobreviver. Quando as microempresas de Minas Gerais vão competir com as empresas dos outros Estados, encontram alíquotas diferentes. Vemos também esse peso sobre as empresas de grande porte do Estado, que quando vão disputar espaço no mercado internacional encontram proteção às empresas dos outros países.

No entanto, em Minas Gerais, vemos essa visão que é diferenciada de setor para setor. Não há planejamento ou proposta para que o empresário de Minas Gerais possa saber como investir no Estado. Ao mesmo tempo, há diferença em relação aos outros Estados, e as nossas empresas não conseguem competir com eles. Isso é lamentável.

Já temos o parecer pela rejeição a esse veto à Proposição de Lei nº 15.050. Não conseguimos entender por que a Assembléia Legislativa

perdeu tanto tempo discutindo com o Poder Executivo, que até deu sugestões, entendendo que, da maneira como foi votado o texto final, estavam de acordo. No entanto, quando chega ao Governador, vem o veto ao projeto.

Agora temos uma nova discussão sobre um projeto a respeito do qual já havia entendimento. Houve acompanhamento dos empresários, dos trabalhadores, do Poder Executivo, do Poder Legislativo. E agora, por parte do Governador, temos um veto. É lamentável. Gostaria de dizer que temos uma pauta cheia de vetos. A maioria já está em fase de votação. Temos apenas dois em fase de discussão. Com relação aos diversos vetos, a Bancada do PSB já tem um entendimento. Votaremos por sua rejeição. Acompanharemos a maioria dos pareceres. Não há, da minha parte, esse sentimento de vingança, um sentimento menor. Aprendi que o que é público deve estar acima daquilo que sentimos. Sem dúvida, para alguém que militou tantos anos no esporte e tinha a expectativa de ver aprovado um projeto que dava oportunidade para o esporte crescer no Estado, foi uma decepção. Como todos os mineiros, sofro também a cada vez que temos uma olimpíada e acompanhamos os resultados, muitas vezes fracos, daqueles que representam o nosso País. Não tenho dúvidas de que somente uma política de financiamento do esporte nos daria a oportunidade de termos melhores resultados. Faz-me sofrer também a falta de visão de muitos em relação ao esporte, daqueles que fazem construção de prédios públicos em cima dos campos de futebol amador, daqueles que fazem construções dentro de uma quadra de esportes das nossas escolas, impedindo o acesso das nossas crianças e dos nossos jovens ao esporte. Daquele que teve a excelente idéia de retirar do currículo das nossas escolas a Educação Física. Até hoje acompanhamos esse erro. Temos colhido recordes nas nossas escolas públicas com a violência crescente, o que nos faz ver como foi totalmente equivocada a decisão de retirar a Educação Física do currículo escolar. É lamentável. É a falta de visão de alguns, que acham que esporte é só rolar uma bola e não entendem a importância da atividade esportiva. Essas pessoas têm muitos aliados. Vários administradores públicos retiraram de suas cidades os espaços esportivos, retiraram a Educação Física das escolas. No futuro essas pessoas serão reconhecidas como destruidoras do esporte brasileiro. São essas pessoas de visão míope que, por razões pessoais, vetam ou mantêm vetos a projetos e que devem ser reconhecidas, no futuro, como aquelas que retiraram das nossas crianças a possibilidade do acesso ao esporte.

Presidente, considero esta discussão importante, já que se trata de veto do Governador a um projeto que interessa a toda a população de Minas Gerais. Mas a mesma falta de quórum que tínhamos pela manhã persiste nesta tarde.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 16/4/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 2.147, de 2001, 2.229, 2.252, 2.279 de 2002, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado João Pinto Ribeiro

exonerando Maurílio Juraci Pinto do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 4 horas;

exonerando Wagner Antunes do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 4 horas;

nomeando Gláucio Sebastião Gonçalves de Oliveira para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 4 horas;

nomeando Wagner Antunes para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão AL-25, 4 horas.

Gabinete do Deputado Mauro Lobo

exonerando Consuelo Maria de Assis do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

exonerando Suzana Pena Calcagno do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Consuelo Maria de Assis para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Giuseppe Gazzinelli Silva de Barros para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Jaime Silva para o cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Suzana Pena Calcagno para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rêmolo Aloise

exonerando Maria Aparecida Vilela Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Patrícia Maria Vilela para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.195, de 4/7/2000, assinou os seguintes atos:

nomeando Renato Luis Marques Pessoa para o cargo de Procurador, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público;

nomeando Roberto Sorbilli Filho para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Consultor - Área I - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público;

nomeando Wladimir Rodrigues Dias para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Consultor - Área I -, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 2º lugar em concurso público;

nomeando Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Consultor - Área II - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público;

nomeando Maurício Boratto Viana para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Consultor - Área III - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público;

nomeando Ana Carolina Caldeira de Mendonça para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Consultor - Área IV - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público;

nomeando Maria Regina Alvares Magalhães para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Consultor - Área VI - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público;

nomeando Adriana Cecy Renan para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Comunicador Social - Área I - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público;

nomeando Patrícia Helena Salazar Porto para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Comunicador Social - Área I - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 2º lugar em concurso público;

nomeando Gleidson Batista dos Santos para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Comunicador Social - Área I - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 3º lugar em concurso público;

nomeando Fernando César de Affonseca para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Comunicador Social - Área I - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 4º lugar em concurso público;

nomeando Rivadávia Souza e Pinho para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Comunicador Social - Área I - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 5º lugar em concurso público;

nomeando Aline de Figueiredo Xavier para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Comunicador Social - Área I - padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 6º lugar em concurso público;

nomeando Paulo César Gomes de Oliveira para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Engenheiro, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público;

nomeando Denise Gontijo Machado para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Redator-Revisor, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público;

nomeando Ana Márcia Passarini de Resende para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Redator-Revisor, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 2º lugar em concurso público;

nomeando Ana Martins Marques para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Redator-Revisor, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 3º lugar em concurso público;

nomeando Isalino Silva de Albergaria para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Redator-Revisor, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 4º lugar em concurso público;

nomeando César Plotz Frois para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Redator-Revisor, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 5º lugar em concurso público;

nomeando Ângela Leite de Castilho Souza para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Redator-Revisor, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 6º lugar em concurso público;

nomeando Marina Carneiro Prates para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Taquígrafo, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público;

nomeando Helma Clark Hattler para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Taquígrafo, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 2º lugar em concurso público;

nomeando Daniela de Paiva Ferreira para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Taquígrafo, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 3º lugar em concurso público;

nomeando Adriana Valente Federico para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Taquígrafo, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 4º lugar em concurso público;

nomeando Francisca de Alencar Andrade para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Taquígrafo, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 5º lugar em concurso público;

nomeando Leila Gandra Gomes para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Taquígrafo, padrão EL-28, nível VII, código AL-GS, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, em virtude de sua classificação em 6º lugar em concurso público.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Renata Maciel da Silva Braga para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Sudoeste Serviços Gerais Ltda. Objeto: prestação de serviços de adaptação de instalações, consertos, reparação e manutenção predial. Objeto deste aditamento: prorrogação contratual. Dotação orçamentária: 01.122.001 -127. 0001 33903900. Vigência: 2/4 a 2/5/2002.

AVISOS DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2002

TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2002

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 2/5/2002, às 9h30min, na Rua Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho, na sala de reuniões da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, a abertura dos envelopes da Tomada de Preços nº 5/2002, do tipo menor preço, destinada à contratação de serviços de transporte aéreo.

O edital poderá ser adquirido no endereço acima mencionado, mediante pagamento da importância não reembolsável de R\$2,10.

Belo Horizonte, 16 de abril de 2002.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 13/4/2002, na pág. 54, col. 2, sob o título "Gabinete do Deputado Alberto Bejani", onde se lê:

"Osni Mendonça da Silva", leia-se:

"Osni Mendonça da Silva".